

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**O fetiche da “Responsabilidade Social”: a falácia de
uma “nova consciência”**

Marcela Soares Silva

Rio de Janeiro
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Marcela Soares Silva

**O fetiche da “Responsabilidade Social”: a falácia de
uma “nova consciência”**

Orientador: Carlos Eduardo Montaña Barreto

Dissertação de mestrado apresentada à
banca examinadora para aprovação como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Serviço Social

Rio de Janeiro, 2008

Marcela Soares Silva

O fetiche da “Responsabilidade Social”: a falácia de uma “nova consciência”

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora para aprovação como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Carlos Montaña
Presidente

Prof^a Yolanda Guerra
Membro

Prof^o Haroldo Abreu
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e a todos os funcionários da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por todos os esforços e lutas que travam para construir e permanecer a excelência do curso frente à precarização e privatização do ensino superior na atualidade.

Agradeço ao professor Carlos Montañó pela orientação, incentivos e constante interlocução no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Haroldo Abre e Yolanda Guerra, meus agradecimentos pela disponibilidade em participar da Banca Examinadora e trazer inúmeras relevantes contribuições. E também ao professor José Paulo Netto pelos excelentes apontamentos na ocasião do exame de qualificação do projeto de dissertação.

Agradeço aos meus amigos da graduação, da pós-graduação e das pesquisas PPETS e do GPTEC que me alegraram, apoiaram e incentivaram o meu estudo ao longo desses 6 anos na Escola de Serviço Social

Agradeço ao Alberto pela força, amor e companheirismo por partilhar minhas angústias e inquietações acerca do tema

Aos meus pais agradeço imensamente por sempre me motivarem ao estudo e à pesquisa e terem proporcionado minha trajetória até aqui.

Sou um homem comum
de carne e de memória
de osso e esquecimento.
e a vida sopra dentro de mim
pânica
feito a chama de um maçarico
e pode
subitamente
cessar.

Sou como você
feito de coisas lembradas
e esquecidas
rostos e
mãos, o guarda-sol vermelho ao meio-dia
em Pastos-Bons
defuntas alegrias flores passarinhos
facho de tarde luminosa
nomes que já nem sei
bandejas bandeiras bananeiras
tudo
misturado
essa lenha perfumada
que se acende
e me faz caminhar

Sou um homem comum
brasileiro, maior, casado, reservista,
e não vejo na vida, amigo,
nenhum sentido, senão
lutarmos juntos por um mundo melhor.

Poeta fui de rápido destino.
Mas a poesia é rara e não comove
nem move o pau-de-arara.
Quero, por isso, falar com você,

de homem para homem,
apoiar-me em você
oferecer-lhe o meu braço
que o tempo é pouco
e o latifúndio está aí, matando.

Que o tempo é pouco
e aí estão o Chase Bank,
a IT & T, a Bond and Share,
a Wilson, a Hanna, a Anderson Clayton,
e sabe-se lá quantos outros
braços do polvo a nos sugar a vida
e a bolsa

Homem comum, igual
a você,
cruzo a Avenida sob a pressão do imperialismo.

A sombra do latifúndio
mancha a paisagem
turva as águas do mar
e a infância nos volta
à boca, amarga,
suja de lama e de fome.

Mas somos muitos milhões de homens
comuns
e podemos formar uma muralha
com nossos corpos de sonho e margaridas.

(Brasília, 1963 – Ferreira Gullar)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o real papel da “Responsabilidade Social” das empresas e desvendar a sua funcionalidade social, político, ideológica e econômica, no atual contexto de reestruturação do capital sob a égide neoliberal - iniciado em meados da década de 1990.

O estudo realizado identifica a “Responsabilidade Social” empresarial como fetiche de uma “nova consciência”. A partir da constatação empírica de dados que revelam irregularidades presentes nas cadeias produtiva, comercial ou no produto final de pequenas a grandes empresas com essa titulação. E também, por meio da crítica à literatura empresarial, verifica-se as funções político-ideológica como na legitimação da contra-reforma do Estado, em que valida a transferência da responsabilidade estatal com os serviços sociais para o mercado e para uma sociedade civil transfigurada num “Terceiro Setor”, através da premissa da solidariedade e da parceria, que supõe uma “nova sociabilidade”.

Este trabalho apresenta também a “Responsabilidade Social” como uma estratégia para encobrir irregularidades que são necessárias e inerentes à lógica da acumulação capitalista, com funcionalidade político-ideológica, econômica, cultural e social nesse contexto de reestruturação do capital. E verifica que a principal idéia que se tenta consensualizar com o mote “Responsabilidade Social” é de que é possível uma “reforma ético-moral” no capitalismo deixando intocada a estrutura econômica.

ABSTRACT

This research has the aim of understanding the true role of corporations' discourse of "social responsibility" and to reveal its social, political, ideological and economical functions. This is placed in the context of capital restructuring which began in the mid-1990's in Brazil.

This study identifies "social responsibility" as a fetish of a "new consciousness." An empirical study of data revealed irregularities in the supply chains, final products and/or trade practices of companies labeled as "socially responsible." By a critique of the firms' literature, it was also possible to identify politico-ideological functions. Namely, the legitimating of the reform of the State, validating the transfer of social services from the State to the market and to a civil society transformed into a "third sector", using the idea of partnership which presumes a "new sociability."

This paper also demonstrates "social responsibility" as a strategy to cover irregularities which are necessary and inherent to the logic of capitalist accumulation, with politico-ideological, economic, cultural and social functions within the context of capital restructuring. It is possible to understand "social responsibility" discourse as posed within in a context an ethic-moral reform of capitalism, which leaves its economic structure untouched.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. O Brasil no contexto da crise e a estratégia do capital	17
1.1. Trabalho e a acumulação capitalista.....	17
1.2. A crise do capital e seus desdobramentos no mundo do trabalho.....	28
1.3. A ofensiva neoliberal.....	39
2. A “Responsabilidade Social” como estratégia do capital	47
2.1. O discurso hegemônico da “Responsabilidade Social”.....	52
2.2. Situação real de algumas empresas com “Responsabilidade Social”.....	66
3. A funcionalidade da “Responsabilidade Social”	93
3.1. A (ir)racionalidade que legitima a reversão conservadora e o neoliberalismo.....	93
3.2. A sociedade civil: um espaço ardiloso.....	105
3.3. Os ganhos de empresa com a “Responsabilidade Social”.....	112
3.3.1. Engajamento dos trabalhadores.....	114
3.3.2. Envolvimento da comunidade / poder local.....	128
3.3.3. <i>Marketing</i> social.....	132
3.3.4. Isenção fiscal.....	134
3.4. A funcionalidade para a manutenção da hegemonia burguesa sob o ideário neoliberal.....	139
3.4.1. Contra-reforma do Estado.....	140
3.4.2. Produção Sustentável.....	146
4. Considerações finais	151
5. Bibliografia	161

INTRODUÇÃO

No atual momento histórico do capitalismo, neoliberal, um de seus objetivos ideológico-político é a desresponsabilização da atuação direta do Estado frente às seqüelas da “Questão Social”. Dessa forma, promove-se a refilantropização, remercantilização e despolitização daquela, transferindo a responsabilidade para o mercado e para uma sociedade civil transfigurada num “Terceiro Setor”¹, através da premissa da solidariedade e da parceria.

É nesse contexto que o objeto de estudo é definido, o qual se refere à “Responsabilidade Social” de empresas². Atualmente, essa titulação, segundo a literatura empresarial, é fundamental tanto para grandes corporações quanto para pequenas empresas, para estarem inseridas no mercado competitivo, uma vez que são inúmeros os benefícios que as corporações conseguem com essa nomeação.

O objetivo desta pesquisa consistiu em compreender o real papel da “Responsabilidade Social” e desvendar a sua função social, político, ideológica e econômica e tentar identificar os seus impactos sociais e econômicos.

Partimos da constatação que, neste momento histórico de crise³ estrutural do capitalismo e de contra-reforma do Estado - reestruturação produtiva e “flexibilização” das relações trabalhistas sob o ideário neoliberal -, desenvolve-se um real e amplo retrocesso das conquistas sociais dos trabalhadores. (ANTUNES; 2003).

A partir dessa regressão viabilizada pela agenda neoliberal, o que se pretende é a mudança político-ideológica na concepção da “solidariedade social” classista, para

¹ Para um esclarecimento crítico sobre o chamado “Terceiro Setor”, verifique em Montañó (2002).

² A “Responsabilidade Social” das empresas pode ter diversas aparentes contradições como a relatada no jornal *A Folha de São Paulo* de setembro de 2004, que foi o caso do Grupo José Pessoa, que recrutou 500 trabalhadores no Vale do Jequitinhonha/MG para trabalhar, em condições análogas à de escravo, na Usina Santa Cruz - Campos/RJ. A partir da denúncia, o Grupo José Pessoa, o qual o seu presidente é também conselheiro consultivo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, perdeu o selo *Balanço Social/Betinho*.

³ As crises capitalistas acontecem quando o movimento da rotação do capital é substantivamente perturbado, ou seja, é determinada endogenamente, obedece a determinações internas ao movimento do capital – deve-se ao movimento interno do próprio capital – a crise não é gerada por problemas de natureza geopolítica ou política - é claro que influenciam ou deflagram as crises e não são as causas dela. Reconhecer que as causas da crise são econômicas seria reconhecer as problemáticas inerentes do sistema, por isso o pensamento burguês não pode ter uma teoria econômica das crises. Dessa forma, existem interpretações burguesas da crise de cunho técnico, no sentido de caracterizar como causa o déficit técnico de planejamento das empresas ou localizá-la como um elemento localizado e superável, em que a dinâmica interna não é colocada em questão ou analisada. (NETTO & BRAZ, 2007). É importante lembrar, que Mandel sinalizou mais de uma centena de crises a partir do século XIX.

uma “solidariedade supraclassista ou transclassista” – um discurso que supõe a solidariedade entre as classes sociais e a ausência de embate entre elas ou até mesmo a inexistência delas. Além disso, o ideário neoliberal promove a supressão da concepção de direitos universais em relação às políticas sociais estatais (garantidas na Constituição Federal de 1988). E isso incorre numa cultura de auto-ajuda e de ajuda mútua para o enfrentamento das seqüelas da “Questão Social”, em que a responsabilidade passa para o indivíduo. (MONTAÑO; 2002).

Promove-se o fetiche de que há uma “solidariedade supraclassista ou transclassista”, uma parceria entre as classes, um colaboracionismo entre essas. Partindo do pressuposto de que com a ajuda de cada indivíduo poderemos construir uma sociedade “sustentável e justa”.

As empresas-cidadãs têm um papel a cumprir neste contexto: através de suas ações sociais, resgatam a solidariedade e a sociabilidade perdidas e desprezadas na sociedade e nas comunidades. (MELO NETO & FROES; 2001: 18).

Para os ideólogos do mercado, a “Responsabilidade Social” das empresas sucedeu à ética da “responsabilidade comunitária”. Agora os agentes sociais são as empresas, as ONG’S, as associações comunitárias e filantrópicas e não mais os movimentos e grupos sociais. Afirmam que o enfoque atual não é a luta dos movimentos sociais contra o Estado, muito menos conflitos ideológicos do tipo direita *versus* esquerda. Mas sim, o desenvolvimento da comunidade local a partir de novas inserções e “parcerias” envolvendo as empresas, as ONG’S, entidades filantrópicas e o próprio Estado na viabilização do “bem comum”. (MELO NETO & FROES, 2001).

Podemos verificar que esse novo “paradigma empresarial” prima pela “parceria”, pelo trabalho voluntário com o falso ideário de um “consenso” entre as classes.

A conseqüência desse processo de despolitização da análise da realidade social favorece a precarização das políticas sociais prestadas pelo Estado, e também a substituição desses serviços sociais por ações voluntárias prestadas pelo “Terceiro Setor”, que desprofissionaliza os serviços assumindo um caráter filantrópico.

Nesse caminho, a iniciativa privada abarca uma demanda altamente lucrativa, seja na mercantilização desses serviços sociais ou via *marketing* social com a “Responsabilidade Social”, apontada acima. Portanto, a implicação dessas estratégias é econômica, mas também político-ideológica.

A “Responsabilidade Social” objetiva melhorar a imagem da empresa através da nomeação com selos sociais⁴, tendo como pressuposto que aquelas cumprem as leis trabalhistas, atuam de forma compromissada com o meio ambiente (“desenvolvimento sustentável”), conseqüentemente com a sociedade e que ainda, “assumem” o trato da “Questão Social” com suas ações pontuais e de caráter filantrópico, através de projetos sociais aplicados por suas fundações ou ONG’s.

No Brasil, a “Responsabilidade Social” ganhou forte impulso na década de 1990, através da ação de entidades não governamentais, de institutos de pesquisa e de empresas que verificaram a importância das empresas conciliarem “lucratividade e bem-estar social”, em especial a Ação pela Cidadania, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Dessa forma, essas instituições emitem selos sociais, elaboram normas como a SA 8000 (um sistema de auditoria similar ao ISO 9000) listas de empresas “cidadãs” para fiscalizarem e qualificarem as corporações.

Tendemos a afirmar que os benefícios da “Responsabilidade Social” para as empresas podem ser traduzidos em vantagens como: o fortalecimento da marca e imagem da organização; a diferenciação perante os concorrentes; a geração de mídia espontânea; a fidelização de clientes; a proteção contra ação negativa de funcionários⁵; a menor ocorrência de controles e auditorias de órgãos externos; a atração de investidores, deduções fiscais e, conseqüentemente, maior lucratividade. (MELO NETO e FROES, 1999).

⁴ Instituições como o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, por exemplo, certifica através do selo *Balanco Social/Betinho*, a responsabilidade social de diversas empresas.

⁵ Neste caso porque para a *responsabilidade social corporativa* ser efetiva, a empresa deve investir na responsabilidade social interna, ou seja, ter “compromisso” com seus funcionários, beneficiando-os com salários melhores, benefícios sociais, entre outras coisas, de forma que ele esteja satisfeito com a empresa na qual trabalha, sendo assim um parceiro e cooperando para o bom funcionamento da empresa e conseqüentemente da sociedade. É assim que afirmam os teóricos neoliberais estudiosos desse tema.

E não como a afirmação do Instituto Ethos, que empresa “social e ambientalmente responsável” é o padrão para que todas sejam “*parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa*”. Essa organização não-governamental afirma também incentivar as empresas a estabelecerem “*padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e com o meio ambiente*”⁶. Pois apesar de se estabelecerem diversas iniciativas de ONG’S para incentivar a “Responsabilidade Social” das empresas pela cadeia produtiva e / ou comercial e para atuar com projetos sociais e ambientais⁷. Existem diversos exemplos, como o Instituto Ethos em parceria com a Organização Internacional do Trabalho que elaboraram o Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo⁸ lançado em maio de 2005, na qual 84 empresas são signatárias⁹, sendo que 9 foram denunciadas por submeter trabalhadores em condições análogas à escravidão em sua cadeia produtiva.

A breve análise dessa situação nos permite entender que a existência de todas essas fiscalizações, normas, pactos, selos sociais, não eliminam a permanência das denúncias sobre uma diversidade de irregularidades. Isso parece demonstrar que esses instrumentos podem constituir: tanto uma estratégia econômica, para a otimização dos lucros com o *marketing* social; quanto uma forma de camuflar todas essas irregularidades existentes na cadeia produtiva e comercial necessárias ao processo de acumulação em contexto de crise e reestruturação capitalista sob a hegemonia do capital financeiro, atuando também de forma funcional no sentido sociopolítico e ideológico à contra-reforma do Estado.

Sabemos que, no caso do uso da mão-de-obra escrava, a rede dos que a

⁶ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa. Seus 1214 associados – empresas de diferentes setores e portes – têm faturamento anual correspondente a aproximadamente 35% do PIB brasileiro e empregam cerca de 2 milhões de pessoas, tendo como característica principal o interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e com o meio ambiente. <http://www.ethos.org.br>

⁷ Temas como aquecimento global, Amazônia e agronegócio, por exemplo, estiveram na pauta da Conferência Internacional Empresas e Responsabilidade Social 2007, realizado entre os dias 12 e 15 de junho de 2007, no Hotel Transamérica, na Zona Sul da capital paulista.

⁸ O Instituto Ethos, OIT e o Governo Brasileiro deram início ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, esse que para os empresários, distingue-se das ações governamentais por representar o esforço voluntário das empresas e demais entidades signatárias para dignificar, formalizar e modernizar as relações de trabalho em todos os segmentos econômicos no Brasil.

⁹ Na última atualização da lista das empresas que compõe o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo realizada em 26 de maio de 2006.

utilizam, conta com um grande e importante respaldo econômico e com o apoio de vários políticos¹⁰, fato que nos aclara como a impunidade e freqüentes infrações são habituais na ordem burguesa, em que a “ilusão jurídica”¹¹ (MÉSZAROS, 1993) é inerente.

Destarte, em nossa pesquisa partiremos da hipótese de que a “Responsabilidade Social” aparenta se tratar de uma estratégia capitalista - como a falácia de uma “nova consciência” -, em que o verdadeiro interesse é a função político-ideológica e econômica na legitimação da mudança de um novo padrão de intervenção social de grande expressividade na contra-reforma neoliberal do Estado, e ainda como interesse das empresas de obterem essa nomeação para ganharem isenções fiscais ou benefícios governamentais, otimizarem os lucros, através do *Marketing* social, e também camuflarem as irregularidades necessárias à acumulação do capital.

Assim, torna-se necessário, para aclarar esse fenômeno, estudar o atual momento histórico do capitalismo no Brasil, para entendermos como esse fenômeno ocorre e quais são suas conseqüências na totalidade da realidade social. Entretanto, excede o fôlego desse trabalho demonstrarmos a análise sobre a formação do capitalismo no Brasil.

¹⁰ Os latifundiários sempre foram favorecidos em critérios próprios do Direito, como ainda hoje, são defendidos no Congresso Nacional pela bancada ruralista. Assim para benefício dos seus interesses, a bancada ruralista está propondo uma medida provisória para reformar o Código florestal de 1965, para aumentar a fronteira agrícola em detrimento da reserva florestal amazônica. Favorecendo o desenvolvimento do agronegócio e para justificar esta expansão, utilizam o argumento falacioso de que melhoraria as condições de vida de 20 milhões de habitantes da região norte. Sabemos que o agronegócio além de grilar terras federais, utiliza o “trabalho escravo por dívida” e contrata uma ínfima parcela de peões para operacionalizarem o maquinário agrícola.

Dessa forma, ainda impede a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438/2001, que estabelece nova redação ao art. 243 da Constituição Federal *pena de perdimento de gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo, revertendo a área a projetos de reforma agrária.* (REZENDE FIGUEIRA, 2004: 47).

¹¹ MÉSZAROS (1993) caracteriza a ilusão jurídica a partir da *objeção principal de Marx* [que] diz respeito à *contradição fundamental entre os “direitos do homem” e a realidade da sociedade capitalista, onde se crê que esses direitos estejam implementados. Marx esclarece em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844 que “O economista político reduz tudo (do mesmo modo que a política, em seus ‘direitos do homem’) ao homem, isto é, ao indivíduo que ele despoja de toda determinação, de modo a o classificar como capitalista ou trabalhado”. (...) Os direitos humanos de “liberdade”, “fraternidade” e “igualdade” são, portanto, problemáticos, de acordo com Marx, não por si próprios, mas em função do contexto em que se originam, enquanto postulados ideais abstratos e irrealizáveis, contrapostos à realidade desconcertante da sociedade de indivíduos egoístas. Ou seja, uma sociedade regida pelas forças desumanas da competição antagônica e do ganho implacável, aliados à concentração de riqueza e poder em um número cada vez menor de mãos.* (IDEM: 204-206)

Portanto, estudamos o atual contexto de crise estrutural do capital e sua estratégia de rearticulação no Brasil, em que o ideário neoliberal promove a “Responsabilidade Social”.

Desse modo, tentamos compreender os reais interesses do capital e as verdadeiras funções da “Responsabilidade Social”, desvendar o seu sentido real do ponto de vista político-ideológico. Contribuindo, de forma geral, para o esclarecimento de alguns aspectos das atuais configurações do capitalismo neste seu momento de reestruturação capitalista, em contexto de crise, no Brasil.

Intenta-se desvelar quais são os impactos sociais e econômicos promovidos por estas empresas ao empregarem a “Responsabilidade Social”, em um contexto em que a atuação do Estado se torna ínfima para o social, havendo uma total precarização das relações de trabalho mediante a regressão dos direitos sociais e trabalhistas.

Tendemos a afirmar também que essas tentativas de estimular certos comportamentos empresariais (a “Responsabilidade Social”), a partir de listas de compromisso com a cadeia produtiva ou selos sócio-ambientais, que estão na direção das estratégias do capital, conforme o ideário neoliberal, existem para apaziguar as pressões dos setores progressistas da sociedade e repolitizá-los.

JUSTIFICATIVA

O estudo que ora se apresenta desdobra-se das questões que se impunham sobre o tema – “trabalho escravo por dívida”¹² - abordado inicialmente no trabalho de conclusão de curso da graduação em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O interesse por aquela temática surgiu a partir da minha inserção no Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, alocado no Centro de Filosofia e

¹² *Trabalho temporário sob coerção, como pretexto de dívida, existente com muita regularidade em empresas agropecuárias, principalmente desde os anos 1960.*(REZENDE FIGUEIRA, 2004: 34). Para designar essa forma de relação de exploração do trabalho têm sido utilizadas outras nomenclaturas também, como: formas de imobilização, trabalho repressivo ou coercitivo, peonagem, escravidão temporária e por dívida. Existe uma grande polêmica no âmbito acadêmico e jurídico, que gira em torno da utilização destas nomenclaturas. Identifico esta realidade como “trabalho escravo por dívida” conforme diversos autores, (REZENDE FIGUEIRA, 2004; MARTINS, 1994; ESTERCI, 1987), apesar de considerar que o fundamental é que estes instrumentos conceituais possibilitem um real entendimento da realidade das relações de trabalho.

Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde o segundo semestre de 2003. Os mais de 20 mil documentos¹³ presentes na pesquisa surpreenderam-me com a realidade por eles retratada sobre o “trabalho escravo por dívida”.

A partir da aproximação com aquele tema, verifiquei a existência de unidades de produção¹⁴, ou mesmo, grandes corporações que estavam ligadas direta ou indiretamente com uma cadeia produtiva que utilizava o “trabalho escravo por dívida”, mas que também eram consideradas empresas “responsáveis socialmente”. Como o grupo Bradesco, que desde a década de 1970 (época em que já existia a Fundação Bradesco¹⁵), possuía diversas fazendas no sul do Pará, que submeteram diversos trabalhadores em condições análogas à de escravo.

Outro exemplo que proporcionou meu interesse pelo atual tema de estudo foi o caso da usina *Santa Cruz*, que pertence ao grupo José Pessoa, que tem como presidente José Pessoa de Queiroz Bisneto, que foi conselheiro consultivo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social até o ano de 2007. Em abril de 2003, o Ministério do Trabalho e Emprego recebeu uma denúncia de que 500 trabalhadores foram recrutados do Vale do Jequitinhonha/MG para essa usina em Campos e foram encontrados em condições análogas à de escravos. Logo, foi movida uma ação pelo Ministério Público do Trabalho contra a usina *Santa Cruz*, uma das sete do Grupo José Pessoa. A partir disso, a empresa perdeu o selo social que possuía, o Selo Balanço Social/Betinho, concedido pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e econômicas), fundado pelo Hebert de Souza.

¹³ Documentos do Ministério do Trabalho e Emprego, da Comissão Pastoral da Terra, do Grupo Móvel de Fiscalização, depoimento dos peões, cópias dos cadernos dos “gatos”, reportagens, etc.

¹⁴ O termo “unidade de produção” é o utilizado pelo banco de dados do grupo de pesquisa (GPTEC - Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo) do qual faço parte, para a identificação destes empreendimentos que utilizam mão-de-obra “escrava”, pois nem sempre são fazendas, podem ser carvoarias, usinas, etc.

¹⁵ *A Fundação Bradesco foi criada em 1956 por Amador Aguiar o fundador do Bradesco, com o objetivo de proporcionar educação e profissionalização a crianças, jovens e adultos. Sua primeira escola foi inaugurada em 29 de junho de 1962, na Cidade de Deus (Osasco, SP), com 300 alunos e sete professores. Hoje, são 40 escolas em 26 Estados e no Distrito Federal, com atendimento de 108.151 alunos em 2006. As escolas constituem uma referência sociocultural nas regiões em que se encontram. Essas comunidades vêem na Fundação Bradesco possibilidades de ampliar horizontes de trabalho e de realizações. Em cada unidade, multiplicam-se os princípios éticos que orientam ações coletivas e pessoais. Essas unidades destacam-se pela qualidade de trabalho e excelente infra-estrutura; por essa razão, há grande procura de moradores de cada região por matrículas em todos os cursos. Verifique no site: <http://www.fb.org.br/Institucional/FundacaoBradesco/NossaHistoria/>*

Existem inúmeros casos dessa (aparente) contradição, sendo assim, esperamos compreender a partir desta pesquisa as verdadeiras funções da “Responsabilidade Social” das empresas.

1. O BRASIL NO CONTEXTO DA CRISE E A ESTRATÉGIA DO CAPITAL

O intuito desta pesquisa é discutir e desvelar o papel político-ideológico da “Responsabilidade Social” das empresas. Em que afirmam “assumir” o enfrentamento das seqüelas da “Questão Social”¹⁶ (sabemos que com medidas pontuais e de caráter filantrópico) e o “compromisso” com a sociedade, adotando uma “responsabilidade sócio-ambiental”, que objetiva o comprometimento com o meio ambiente, com a legislação trabalhista, com a comunidade local etc.

“Empresa Cidadã” para nós é um termo ideológico, vinculado ao *marketing* social, voltado para a otimização dos lucros das empresas, aliado aos incentivos fiscais e / ou deduções dos impostos concedidos pelo Governo. Identificamos que essa “nova lógica empresarial” se insere na base cultural do capitalismo contemporâneo¹⁷ e é necessária para otimização do capital e saída da crise que estourou em 1973¹⁸.

Para aclarar nosso objeto de estudo, resgataremos brevemente a lógica da acumulação capitalista e sua grande crise que se iniciou na década de 1970.

1. 1. Trabalho e a Acumulação Capitalista

Neste ponto, temos o objetivo de resgatar a categoria trabalho sob a ótica burguesa, tendo em vista sua primordialidade no sustento da ordem capitalista,

¹⁶ Entende-se por “questão social”, como problemas sócio-econômicos, culturais, políticos advindos da relação de exploração do trabalho pelo capital, no momento em que a classe trabalhadora deixa de ser “classe em si” para se tornar “classe para si”, havendo embate político entre as classes antagônicas. (NETTO, 1999).

¹⁷ JAMENSON (2003) usa o termo “lógica cultural do capitalismo tardio”, que integra a chamada condição “pós-moderna”, que legitima a estática, o superficial, o simulacro e a imagem acima de tudo.

¹⁸ A crise do petróleo deflagrou mais uma crise cíclica do capital, mas não foi sua principal causa. A causa da crise do petróleo foi a Guerra Árabe-israelense em 1973 – decisão árabe de embargar as exportações do petróleo para o Ocidente. (HARVEY, 2004: 136).

partindo da crítica da economia política marxiana e da tradição marxista que analisa a centralidade do trabalho na sociedade do capital. Para assim, desvelarmos o processo de crise hegemônica do capital.

Neste primeiro momento, uma breve análise do sistema capitalista é fundamental para o entendimento do atual momento histórico do capital. Por isso, torna-se necessário, inicialmente, resgatar a categoria trabalho, para podermos identificar de que maneira se deu a apropriação do trabalho pela ordem do capital, tornando-a o pilar fundamental do seu sustento.

O trabalho em seu sentido ontológico é o *“processo composto pela prévia ideação (teleologia)¹⁹ e pela objetivação²⁰. Resulta, sempre, na transformação da realidade e, ao mesmo tempo, do indivíduo e sociedade envolvidos”* (LESSA; 1999: 22).

Em outros termos, ao transformar a natureza, os homens também se transformam, porque adquirem novos conhecimentos e habilidades, logo, o trabalho é a fonte da criação e libertação do homem.

MARX (1984) considera o trabalho como uma categoria fundamental, pois permite o entendimento e o domínio do homem em relação à natureza, sendo um processo que se remete à libertação do homem. É *“uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade do homem natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”* (IDEM: 50).

Porém, no contexto histórico do capital, esse se apropriou do trabalho²¹, convertendo-o em mercadoria (força de trabalho) e subsumindo-o à condição de gerador de valor de troca, tornando-o abstrato para aquele que produz,²² transformando antagonicamente o sentido libertador do trabalho. Assim, passou a aprisioná-lo, quando o homem foi desapropriado dos meios de produção, obrigando-o a vender sua única fonte de subsistência: sua força de trabalho.

¹⁹ Teleologia é capacidade do indivíduo idealizar antecipadamente o resultado a ser alcançado pelo trabalho, realizando seus próprios fins.

²⁰ Objetivação para LESSA (1999) é *a transformação do que foi previamente idealizado em um objeto pertencente à realidade externa ao sujeito. Transformação da realidade no sentido da prévia ideação.* (LESSA; 1999: 22).

²¹ Este conceito de trabalho concreto, como foi referido anteriormente, produz um valor de uso para o homem e esse adquire, no momento teleológico e de objetivação, novos conhecimentos.

²² O capital não considera valor de uso e valor de troca como coisas separadas, mas como um modo que subordina o primeiro ao último. Essa tendência de diminuir o valor de uso das mercadorias reduzindo a sua vida útil, agiliza o ciclo reprodutivo, produzindo um alto crescimento do capital.

Conseqüentemente, essa apropriação, faz com que o produto final do trabalho tenha primordialmente um valor de troca, tornando a mercadoria²³ fetichizada, à medida que esconde em si as relações sociais existentes no processo que a produziu.

A subordinação estrutural do trabalho ao capital, segundo MÉSZÁROS (IN: ANTUNES, 2003:19) *"é o resultado de um processo historicamente constituído, onde prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital"*.

Ontologicamente, os homens na sociedade capitalista, assumem relações entre si e combinadas dentro de uma estrutura social, em que um "sistema de mediações de 2ª ordem"²⁴ subordinou suas mediações básicas, às de "1ª ordem"²⁵. As "mediações de 1ª ordem" priorizam a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal, estabelecendo interação com a natureza. Funções vitais que permitem satisfazer as necessidades humanas, preservando a natureza. Essa mediação não necessita de hierarquia, estrutura de dominação e subordinação.

A emergência das "mediações de 2ª ordem" equivale a um período específico da história da humanidade, que afetou profundamente a funcionalidade das "mediações de

²³ *A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. (MARX; 1984: 45)*

Conforme o dicionário do pensamento marxista: *Como uma mercadoria encerra ao mesmo tempo um valor de uso e um valor de troca, o trabalho que a produz tem duplo caráter. Em primeiro lugar, qualquer ato de trabalho é uma "atividade produtiva de um determinado tipo, que visa a um objetivo determinado" (O capital, I, cap. I); assim considerado, é "trabalho útil" ou "trabalho concreto", cujo produto é um valor de uso. Esse aspecto da atividade de trabalho "é uma condição da existência humana independentemente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre homem e natureza e, portanto, a própria vida humana". (ibidem) Em segundo lugar, qualquer ato de trabalho pode ser considerado separadamente de suas características específicas, simplesmente como dispêndio de FORÇA DE TRABALHO humana, "o trabalho humano puro e simples, o dispêndio do trabalho humano em geral" (ibidem). O dispêndio de trabalho humano considerado sob esse aspecto cria valor e é chamado de "trabalho abstrato". O trabalho concreto e o trabalho abstrato não são atividades diferentes, mas sim a mesma atividade considerada em seus aspectos diferentes. Marx assim resume:*

"De um lado, todo trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana, no sentido fisiológico, e é nessa qualidade, de trabalho humano igual, ou abstrato, que ele constitui o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana de uma determinada forma e com um objetivo definido e é nessa qualidade de trabalho concreto útil que produz valores de uso" (ibidem). (BOTTOMORE; 1993: 383)

²⁴ As mediações de segunda ordem, segundo MÉSZÁROS apud ANTUNES (2003) são os meios de produção alienados, dinheiro, produção para troca, o mercado global, a formação do Estado do capital em seu contexto mundial, estas mediações subsumem e conduzem a atividade produtiva essencial dos sujeitos sociais e a mediação primária que está relacionada entre eles. (ANTUNES, 2003).

²⁵ Conforme ANTUNES (2003): *determinações ontológicas fundamentais, os indivíduos devem reproduzir sua existência por meio de funções primárias de mediações, estabelecidas entre eles e no intercâmbio e interação com a natureza, dadas pela ontologia singularmente humana do trabalho, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem. (IDEM: 20).*

1ª ordem”, com a introdução de elementos fetichizadores e alienantes de controle social.

Esse processo permite entender que o capital é um meio totalizante e dominante da mediação reprodutiva, subordinando todas as funções reprodutivas sociais.

A finalidade essencial desse sistema é expandir constantemente o valor da troca com a total subordinação das necessidades humanas à reprodução daquele valor, o que se constitui num dos maiores êxitos do capital.

No capitalismo instaura-se uma divisão hierárquica do trabalho capaz de promover o novo “sistema de metabolismo social”²⁶, direcionado para a necessidade crescente de ampliar os valores de troca, no qual o trabalho deve se subsumir totalmente ao capital.

As condições fundamentais para a vigência das “mediações de 2ª ordem”, decorrentes do advento do sistema capitalista, são por meio de vários elementos como: a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção; personificação do capital, voltada para atender os ditames da expansão do capital; a personificação do trabalho, com uma relação de dependência com o capital, historicamente dominante. E outro fator fundamental é que as funções produtivas e de controle de processo de trabalho devem estar totalmente separadas entre aqueles que produzem e os que controlam.

O sistema de “mediação de 2ª ordem” é constituído pelo tripé: capital, trabalho abstrato (alienado) e Estado, que são três dimensões inter-relacionadas necessárias para o funcionamento do sistema. A partir disso, constata-se a impossibilidade de superar esse sistema do capital, sem que elimine o conjunto de elementos que formam esse tripé. Como explicita Mézaros apud Antunes (2003)

Dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articuladas – capital, trabalho e Estado – é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital (...). Enquanto as funções controladoras vitais do metabolismo social não forem efetivamente tomadas e autonomamente

²⁶ Esse novo sistema de metabolismo social é estruturado pelo capital tendo como base de sustento o trabalho subsumido e alienado, ou seja, a partir da condução e sobreposição das mediações de segunda ordem em relação às de primeira ordem, a lógica societal ou sistema de metabolismo social se inverte e se transforma.

exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o trabalho como tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si mesmo, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade. (IDEM: 22 – 23)

Para o mesmo autor (IDEM: 23), a partir de Marx (1983), capital²⁷ e capitalismo²⁸ são fenômenos distintos, em que o capital antecede e também é posterior ao capitalismo, ou seja, o capital é o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho subordinado ao capital e é uma estrutura de organização e de controle social, com tamanho poder, na qual todos devem se adaptar. E o capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, na qual o trabalho foi totalmente subordinado e dominado pelo capital.

O processo de alienação²⁹ produzido pelo sistema, no qual o capital degrada o sujeito real da produção – o trabalhador - à condição de uma objetividade reificada³⁰. O

²⁷ *Em linguagem comum, a palavra “capital” é geralmente usada para descrever um bem que um indivíduo possui como riqueza. Capital poderia, então, significar uma soma de dinheiro a ser investida de modo a assegurar uma taxa de retorno, ou poderia indicar o seu próprio investimento: um instrumento financeiro, ou ações que constituem títulos sobre os meios de produção, ou ainda os próprios meios físicos de produção. Dependendo da natureza do capital, a taxa de retorno a que o proprietário tem um direito jurídico é um pagamento de juros ou uma participação nos lucros. A ciência econômica burguesa amplia ainda mais o uso da expressão, entendendo-a também como qualquer bem, qualquer tipo, que possa ser usado como fonte de renda, ainda que apenas potencialmente. (...) Na verdade, o capital não é uma coisa, mas uma relação social que toma a forma de coisa. Assim, Marx escreve:*

“ (...) o capital não é uma coisa, mas uma relação de produção definida, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, que se configura em uma coisa e lhe empresta um caráter social específico (...) São os meios de produção monopolizados por um certo setor da sociedade, que se confrontam com a força de trabalho viva enquanto produtos e condições de trabalho tornados independentes dessa mesma força de trabalho, que são personificados, em virtude dessa antítese, no capital. Não apenas os produtos dos trabalhadores transformados em forças independentes - produtos que dominam e compram seus produtores -, mas também, e, sobretudo, as forças sociais e a (...) forma desse trabalho, que se apresentam aos trabalhadores como propriedades de seus produtos. Estamos, portanto, no caso, diante de um determinada forma social, à primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo de produção social historicamente produzido. (O capital, II, cap. XLVIII) ”. Assim, o capital é uma categoria muito complexa, que não é passível de uma definição simples, e a maior parte dos escritos de Marx foi dedicada à exploração de suas múltiplas expressões. (BOTTOMORE; 1993: 44).

²⁸ O conceito de capitalismo conforme o dicionário do pensamento marxista é a: *denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. O capital pode tomar a forma de dinheiro ou de crédito para a compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física (capital em sentido estrito), ou, finalmente, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo. Qualquer que seja sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exclusão do restante da população, que constitui característica básica do capitalismo como modo de produção. (IDEM).*

²⁹ *(...) no sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam ou permanecem alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e e/ou à natureza na qual*

trabalho deve reconhecer outro sujeito acima de si mesmo. É para obter esse efeito que o capital necessita de suas personificações, com a finalidade de impor e mediar seus imperativos objetivos, fazendo com que o sujeito real do processo produtivo se sujeite.

É na transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, ou melhor, mercadorias, na venda de sua força de trabalho, situação que permite sua sobrevivência. E é assim, nesse processo, que Tavares (2002) demonstra a partir de Marx, o objetivo central do capitalismo - a produção de mais-valia através da compra da única mercadoria que gera mais valor: a força de trabalho.

Segundo Marx, a força de trabalho é a única mercadoria que quando consumida produz valor, portanto, não existe capital sem trabalho, embora, historicamente, no cenário montado pelo capital, às vezes quase todos os trabalhadores tenham papéis definidos e, em outras, como agora, grande parte seja transformada em meros figurantes. Isso, no entanto, não altera a lei fundante do capital: “o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista”. (IDEM: 50)

Nessa passagem, Tavares (2002) caracteriza os trabalhadores como “*meros figurantes*”, no sentido de que com o avanço tecnológico inúmeros trabalhadores foram dispensados, fato que não alterou a forma de como o processo de produção se constitui, apenas exacerbou a exploração para uma maior produção de mais-valia.

Entretanto, esse processo de constantes revoluções tecnológicas poupadoras de força de trabalho, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade do trabalho social, gera o desemprego comprometendo a realização da mais-valia pelos impactos

vivem, e/ou a outros seres humanos, e – além de, e através de, - também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente) (...) (BOTTOMORE; 1993: 5)

³⁰ Reificação: *É o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana. Mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de ALIENAÇÃO, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista.* (BOTTOMORE; 1993: 314)

desse na constituição do mercado consumidor. Por outro lado, a extração da mais-valia³¹ relativa, a partir de um determinado momento, também fica comprometida, pois o trabalho vivo, transferido para o capital constante, fica subutilizado não podendo operar com sua capacidade total pelos riscos de superprodução, dada a situação do mercado consumidor. Assim, mesmo que o capital revolucione constantemente no sentido da redução do peso do capital variável na composição orgânica do capital. Esse movimento não pode ser totalmente exitoso, uma vez que somente o trabalho vivo pode “gerar mais valor que seu próprio valor” (MARX, 1984).

O núcleo dessa questão, como afirma Marx (1984), reside na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção no capitalismo. Visto que a mais-valia é produto do trabalho dos homens na esfera da produção, na qual o capitalista, além de se apropriar da mercadoria, apropria-se de parte do trabalho realizado e não pago ao trabalhador, qualquer modificação na dinâmica basal dessa relação tem impactos sobre a sua extração e conseqüente realização, na esfera da circulação - esse é o cerne central das crises atravessadas pelo capitalismo.

Destarte, o sistema capitalista assume uma lógica essencialmente destrutiva. A “destruição criativa” (HARVEY; 2004) é inerente à ordem burguesa, a qual precisa destruir o que é anterior a ela para criar o “novo”, mesmo que esse seja novo somente na aparência; tornando, por exemplo, mercadorias rapidamente obsoletas, tendo cada

³¹ Conceituando conforme o Dicionário do Pensamento Marxista: (...) *A história da produção capitalista pode ser vista como a luta entre a tentativa do capital de aumentar a taxa de mais-valia e a tentativa, de parte da classe trabalhadora, de resistir a este aumento. Isto ocorre basicamente de duas maneiras. A primeira extração de mais-valia absoluta - envolve o crescimento da taxa de mais-valia através de um aumento do valor total produzido por cada trabalhador sem alteração do monte de trabalho necessário. Isto pode ocorrer devido a uma ampliação (intensiva e extensiva) da jornada de trabalho que, no entanto, se defronta com a resistência organizada da classe operária e atinge limites físicos, em que a saúde da classe da qual o capital como um todo (ou mesmo os capitalistas individuais) depende deteriora-se devido às horas excessivamente longas ou à alta intensificação do trabalho ou a salários insuficientes. (...) Quando a extração da mais-valia absoluta atinge seus limites, a alternativa para o aumento do valor total do que cada trabalhador produz é dividir a mesma quantidade em proporções mais favoráveis ao capital, ou seja, manter a mesma duração da jornada de trabalho e redividi-la de modo a obter mais mais-valia a ser apropriada pelo capital. Isso exige a redução do tempo de trabalho necessário, ou seja, uma redução no valor da força de trabalho. Essa é a extração da mais-valia relativa, que pode ocorrer segundo dois modos: ou se reduz a quantidade de valores de uso consumidos pelo trabalhador, ou se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mesma quantidade de valores de uso. O primeiro método encontra os mesmos limites da extração de mais-valia absoluta: resistência da classe trabalhadora e deterioração de suas condições físicas. O segundo caminho é que fez do capitalismo o modo de produção mais dinâmico de todos os tempos, transformando continuamente seus métodos de produção e introduzindo incessantemente inovações tecnológicas. Pois é apenas através da mudança técnica que o tempo de trabalho socialmente necessário pode ser reduzido“.*

(BOTTOMORE; 1993: 228)

vez mais um menor tempo de uso. Isso pode ser considerado como uma das condições inexoráveis para o sistema se manter³².

Essa lógica destrutiva se acentuou no capitalismo contemporâneo, em que deu origem a uma das tendências mais importantes do modo de produção capitalista, conforme Mészáros apud Antunes (2003: 25) denomina de “*taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas*”.

Essa tendência da redução da vida útil das mercadorias vem-se aprofundando desde os anos 1970, num determinado momento histórico do capital, no qual foi necessário buscar alternativas à crise que reduzia o processo de crescimento. Diante disso, entram em cena seus conteúdos destrutivos, ativando a característica de incontabilidade total, em uma forma autodestrutiva, tanto do sistema reprodutivo social como da humanidade em geral.

O sistema capitalista devido à sua abrangência no mercado global, assume uma estrutura crítica. Capitais maiores derrotam os menores, na luta pela concorrência, a qual é conduzida pelo capital por meio do barateamento das mercadorias, cujo baixo custo depende da produtividade do trabalho e essa da escala de produção.

A centralização dos capitais reforça e acelera simultaneamente sua parte constante à custa de sua parte variável³³ e conseqüentemente diminui a demanda relativa de trabalho, ou seja, produz progressivamente uma *superpopulação relativa* ou *exército de reserva*.

Com o avanço da acumulação, modifica-se a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, pois a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável e esse cresce de modo proporcionalmente menor se comparado ao crescimento do capital global. Ou seja, é necessário que a acumulação do capital global seja acelerada em progressão crescente para absorver um número adicional determinado de trabalhadores ou para manter os trabalhadores que se encontram empregados.

³² Verifique na nota 22.

³³ O capital constante, correspondente ao valor despendido em meios de produção, que é simplesmente transferido para o produto durante o processo de produção; e o capital variável, que é utilizado para empregar trabalhadores, pagos pelo valor daquilo que vendem, sua força de trabalho. O capital variável é assim chamado porque sua quantidade varia do começo ao fim do processo de produção; o que no início é valor da força de trabalho ao término é valor produzido por esta força de trabalho em ação. (BOTTOMORE; 1993: 227).

Uma população de trabalhadores excedente é condição necessária para a acumulação e para o desenvolvimento da riqueza capitalista, pois com o desenvolvimento da produtividade do trabalho cresce a força de capital, e a massa de riqueza cresce e impulsiona novos ramos de produção; nesses casos, grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem exploradas, sem prejudicar a escala de produção nos ramos já existentes. Os novos métodos de produção dependem, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados.

Com a liberação de trabalhadores possibilitada cada vez mais pelo progresso tecnológico, o capitalista passa a ter mais capital para investir em capital constante, assim com a introdução do progresso tecnológico, parte do capital variável³⁴ se

³⁴ (...) Marx define o “capital variável” como a parte do capital adiantado pelo capitalista que é transformada em força de trabalho, e que, primeiro, reproduz o equivalente ao seu próprio valor e, segundo, produz valor adicional ao seu próprio valor, uma mais-valia que varia de acordo com as circunstâncias (...)

Distinguem-se portanto os elementos do capital, primeiro com relação ao processo de trabalho, de acordo com o qual eles são fatores objetivos (meios de produção) ou fatores subjetivos (força de trabalho), e, segundo, com relação ao processo de valorização, de acordo com o qual eles são capital constante ou capital variável. A distinção entre capital constante e variável é característica da obra de Marx, e constitui um elemento fundamental para sua interpretação do modo de produção capitalista. Uma vez estabelecida essa distinção, Marx pode usá-la para criticar a análise do capital feita por economistas anteriores a ele, que tenderam a fazer uma distinção diferente, entre capital “fixo” e capital “circulante”. Essas categorias são empregadas com relação a um determinado período de tempo (um ano, por exemplo), e os elementos do capital distinguem-se conforme sejam totalmente consumidos dentro desse prazo (capital circulante: tipicamente, força de trabalho e matérias-primas) ou sejam apenas consumidos parcialmente no mesmo período, depreciando-se apenas uma parte de seu valor que é transferida para o produto (capital fixo: tipicamente, máquinas e edifícios). Marx criticou com rigor a maneira pela qual se recorreu a esse tipo de distinção atribuindo-lhe tanta importância. Em primeiro lugar, essa distinção aplica-se apenas a uma forma de capital, o capital produtivo; o capital sob forma de mercadoria ou de dinheiro é ignorado. E, em segundo lugar,

“A única distinção, aqui, é se a transferência e, por conseguinte, a reposição do valor processam-se pouco a pouco e gradualmente ou de uma só vez. A distinção verdadeiramente importante entre capital variável e capital constante desaparece com isso, e com ela todo segredo da formação da mais-valia e da produção capitalista, ou seja, as circunstâncias que transformam certos valores e as coisas nas quais estão representados em capital. Os componentes do capital distinguem-se então simplesmente pelo modo de circulação (e a circulação de mercadorias obviamente só tem a ver com valores já existentes, já dados) (...). Podemos compreender assim porque a economia política burguesa aferrou-se instintivamente à confusão de Adam Smith entre as categorias de ‘capital fixo e capital circulante’ e as categorias de ‘capital constante e capital variável’, transmitindo-a sem crítica de geração a geração. Ela já não distinguia entre a parcela do capital empregada em salários e a parcela do capital empregada em matérias-primas, e apenas formalmente distingue a primeira do capital constante pelo fato de que um circula pouco a pouco e a outra de uma só vez através do produto. Com isso, sepultava-se, de um só golpe, a base para a compreensão do movimento real da produção capitalista e, portanto, da exploração capitalista. Tudo o que interessava, para esse modo de ver, era o reaparecimento dos valores adiantados.” (O Capital, II, cap. XI.)

Este é um dos elementos mais importantes do FETICHISMO pelo qual o caráter social conferido às coisas pelo processo de produção social é transformado num caráter natural inerente à natureza material dessas coisas. O conceito de capital de Marx e sua divisão em capital constante e capital variável é fundamental para a revelação dessa inversão real; e oferece a base analítica para a sua

transforma em capital constante, o que acarreta no aumento do exército de reserva ou superpopulação relativa.

As formas de superpopulação relativa assumem periodicamente três tipos seguintes: flutuante, latente e estagnada³⁵. Graças à intensificação da produtividade, o constante uso de máquinas e de novas técnicas de produção podem ser mobilizados com um dispêndio progressivamente menor de força de trabalho. Quanto maior a produtividade, maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego e mais precária a condição da própria venda da força de trabalho.

Para Marx, na “Lei Geral da Acumulação Capitalista” em “O Capital”, o desemprego é algo estrutural ao sistema capitalista, ou seja, é necessário manter uma população supérflua, denominada como exército de reserva, em que esse pressiona os ativos (empregados), fazendo com que os empregados intensifiquem a produtividade, otimizando a produção, gerando um maior percentual de mais-valia relativa e absoluta.

Quanto maior a produtividade, maior a acumulação, maior a abundância de riqueza e ao mesmo tempo a escassez. Nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento da produtividade, desenvolve-se um cenário de condições que só gera riqueza para a burguesia.

(...), a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação do capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (IDEM: 210)

explicação da produção da mais-valia, da parcela que é reinvestida ou capitalizada e, de modo geral, das leis do movimento da produção capitalista (...) (BOTTOMORE, 1983: 46)

³⁵ *Primeiro, os aptos para o trabalho (...). Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, (...), são rapidamente e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho (...) sucumbem devido sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc.* (MARX; 1984: 208-209).

A vigência e a expansão desse sistema não ocorrem mais sem demonstrar a crescente tendência da crise de sua estrutura que atinge a totalidade de seus mecanismos. Devido à necessidade do capital se globalizar, tornando-se praticamente onipresente, a crise se tornou global, ou seja, a fusão dos capitais gera a autodestruição.

Diferente dos ciclos longos de expansão alternados com crises de superprodução³⁶, o que se tem neste período, que se iniciou na década de 1970, são crises cumulativas, ou no dizer de Antunes (2003: 27) “*uma crise permanente e crônica*”.

Harvey (2004), em uma síntese, explicita como as contradições inerentes ao sistema prejudicam a sua longa expansão iniciada no período do pós-guerra.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do Keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável nos mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período de 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir a acumulação do capital. (IDEM:135-136)

³⁶ Pode-se exemplificar a crise de 1929.

É dessa forma, que a profunda crise do capital deu seus primeiros sinais de esgotamento, quando o padrão produtivo fordista / taylorista³⁷ não respondia mais às expectativas de acumulação, gerando a necessidade de um novo rumo da lógica do capital. Tratava-se de criar um novo “modelo”³⁸ que garantisse a ordem burguesa. É nesse sentido que se apresenta o regime da “acumulação flexível”.

1.2. A Crise do Capital e seus Desdobramentos no Mundo do Trabalho

Este segundo momento destina-se à investigação sobre a reestruturação produtiva e suas repercussões no mundo do trabalho. As causas que fizeram necessária essa reestruturação da produção são essenciais para se entender a profundidade desse redesenho do padrão de acumulação para a reprodução do capital.

No sistema capitalista as crises são inerentes, e para superá-las a racionalidade burguesa³⁹ procura buscar meios, instrumentos às vezes extra-econômicos para

³⁷ O padrão produtivo fordista/taylorista vigorou praticamente durante todo o século XX, conforme Antunes (2003) *baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada (...)* Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração.

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor dos veículos. (IDEM: 37).

³⁸ O termo está entre aspas por entendermos que é um aporte teórico-metodológico positivista. No caso de “modelo” de produção fordista ou toyotista, sabemos que essas formas de organização da produção se adequaram de acordo com as particularidades de cada região. Pois, inexistem, no Brasil por exemplo, empresas que sejam integralmente toyotistas ou fordistas.

³⁹ Conforme Guerra (2001: 256), a racionalidade burguesa legitima-se na combinação de dois elementos aparentemente inconciliáveis: o primeiro refere-se a razão formal-abstrata, esta que identifica a aparência com a essência, fragmentando a realidade social em partes, ou seja, conformando desta forma, uma maneira de pensar e agir, conveniente ao modo de produção capitalista. Atribuindo aos fatos, fenômenos e processos sociais, total objetividade e autonomia, este nível da razão isola os problemas da vida social pela naturalização e independentização dos sujeitos. Esse tipo de racionalidade neutraliza qualquer possibilidade de os indivíduos organizarem-se, sobretudo, modificarem a realidade. O segundo elemento desta combinação é o irracionalismo, que entende a realidade, tomando como referência a subjetividade, a emoção e a intuição, ou melhor, a razão não é o elemento central para o desvelamento do real e sim a representação simbólica e subjetiva.

A tentativa da ordem burguesa é conciliar estes dois elementos, desde que estes contribuam para o alcance dos fins, ou seja, a manutenção da ordem social, pela via da reprodução ampliada do capital e de sua ideologia. Assim amplia-se a razão instrumental.

Esta razão instrumental se amplia de modo que adota a aparência de ter se tornado a única razão vigente e possível para o capitalismo. Rompem-se seus vínculos com a razão dialética e disso resulta a ampliação e intensificação de uma racionalidade que se atém aos resultados imediatos, independentes dos seus fundamentos e princípios ético-políticos. E nas relações sociais, os homens se

manter a acumulação do capital. Pode-se citar um momento importante de rearticulação interna do capital, quando a partir da crise de 1929 e principalmente no 2º pós-guerra, o capitalismo identificou que para manter a ordem, era necessária a intervenção de uma instância extra-econômica, como o Estado. Esse, para colaborar na garantia da acumulação, absorveu naquele momento várias novas funções, como a de mantenedor da força de trabalho. Era necessário reproduzir socialmente a classe trabalhadora, tornando-a consumidora em massa. Logo, o Estado se tornou interventor, que enfrentava as seqüelas da “Questão Social” por intermédio de políticas sociais públicas, - Estado de Bem-Estar Social.

Porém, como já foi referido anteriormente, o capitalismo é permeado por crises cíclicas (MANDEL; 1982). De forma, que os ideólogos neoliberais afirmam que o Estado entrou numa “crise fiscal”⁴⁰, e não conseguiu suportar as necessidades estruturais do capitalismo para a manutenção de si próprio e da lógica de acumulação. Assim, legitimam a partir dessa afirmativa que é necessária uma “reforma” do Estado.

Historicamente, observou-se que o padrão de produção fordista/taylorista se tornou incapaz de responder à diminuição do consumo que se acentuava na medida em que o desemprego aumentava. A “flexibilização” (precarização) foi uma alternativa para essa nova rearticulação do capital, afetando de forma nefasta a classe trabalhadora, conforme vasta bibliografia recente: Antunes (2003), Harvey (2004), Mattoso (1995), Tavares (2002) etc.

Por isso, a partir dos principais elementos que compõem a crise do modo de produção capitalista, pautado até então na forma de produção taylorista/fordista, notar-se-á que a reestruturação produtiva – ao lado da financeirização, da globalização, que compõem o ideário neoliberal – constituiu-se numa resposta do capital à sua crise.

De acordo com Antunes (2003), a crise estrutural do capital se expressou fortemente na crise do padrão de produção fordista / taylorista. Seus elementos

tornam meios dos próprios homens e são submetidos à manipulação e ao controle. Verifica-se que a razão instrumental é funcional à manutenção da ordem burguesa, para a qual os fins justificam os meios.

Os princípios da racionalidade burguesa expressam-se através de mecanismos que são utilizados pelo capitalismo em momentos de crise. No atual momento histórico de crise do capitalismo, que teve início na década de 70, esses mecanismos podem ser observados nos processos que envolvem a reestruturação produtiva, o neoliberalismo, a globalização e a financeirização.

⁴⁰ Os teóricos do mercado utilizam esse termo para legitimar todo o processo de contra-reforma do Estado, sabemos que se trata na verdade de uma crise da regulação do processo de acumulação ou crise da regulação entre trabalho e capital, a partir da necessidade de retomada das taxas de lucro. Em que o capital para recompor suas taxas de lucro necessita reduzir a transferência da taxa de mais-valia para o Estado.

centrais foram a crise de produtividade do capital e a tendência decrescente da taxa de lucro⁴¹, que esse padrão não conseguia resolver. O quadro se desenhava da seguinte maneira: a enorme competitividade internacional, que levou a um excesso de capacidade e de produção fabril somada ao aumento do preço da força de trabalho, fez com que se pressionasse a taxa de lucro para baixo. Os reflexos desse quadro são: a “... *retração do consumo em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava*” (IDEM:29), a queda nos patamares da acumulação de capital que levaram conseqüentemente ao deslocamento de parte do capital produtivo para o capital financeiro (como resposta à queda na taxa de lucro), e a chamada “crise fiscal” do Estado de Bem-Estar Social com conseqüente retração nos gastos públicos.

(...) começou uma onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. (...) O mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação. A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários (...) e severas dificuldades nas instituições financeiras. Somaram-se a isso os efeitos da decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo e da decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973. (...) A forte deflação de 1973-1975 indicou que as finanças do Estado estavam muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação. (HARVEY, 2004:136-137).

As formas de regulação⁴² do capital, típicas do Estado Keynesiano –, são incompatíveis com o momento atual do sistema capitalista. Todas as relações de reprodução da ordem capitalista, para que ela permaneça, devem, neste atual momento histórico do capital, serem livres de certas regulações⁴³. Ou seja, deve haver

⁴¹ Entendemos por conceito de taxa de lucro, sendo: (...) *a razão entre a mais-valia e o investimento total de capital.* (SWEEZY; 1962:98).

⁴² O Estado Keynesiano, de caráter interventor, foi um modo de regulação do sistema, que se deu na medida em que havia pressão da classe trabalhadora junto aos movimentos sociais, atrelado a insegurança do capital e da expansão do ideal comunista.

Existem alguns mecanismos de regulação necessários para a acumulação capitalista (para os ciclos do movimento de rotação do capital), mecanismo que não impedem a crise, mas reduzem os seus impactos. Como nos referimos agora sobre a intervenção seletiva e sistemática do Estado, que teve início na fase atual monopolista do capitalismo; o protecionismo dos mercados, créditos a serviços dos monopólios, subsídios diretos e indiretos; planejamento e investimentos estatais diretos na garantia das altas taxas de lucro; e por sua vez, a indústria bélica.

⁴³ Basta-nos, para se ter uma percepção profunda dos riscos que isso representa, que toda e qualquer forma de proteção ambiental (quando existem) são desrespeitadas, lembremos que o imperialismo norte-americano não é sequer signatário do tratado de Quioto (que também não representa alteração da relação destrutiva que o atual sistema metabólico tem com a natureza).

uma desregulamentação dos mercados e uma contra-reforma do Estado, que privatize e desnacionalize setores estratégicos da economia, além da retirada sistemática de direitos e garantias da classe trabalhadora promovida pela política neoliberal (que tem cumprido o papel político e ideológico desse padrão de acumulação).

A tendência decrescente da taxa de lucro demonstra a dimensão estrutural da crise do capital. O que está na estrutura do capital, de seu “metabolismo social”, é a extração de sobre-trabalho (a produção de mais-valia); o aumento da produção de mais-valia se dá com a tendência decrescente do valor do uso das mercadorias e o incremento do valor de troca das mesmas. É com base em valor de troca cada vez maior em relação ao valor-de-uso, que se aumentam mais lucros, que se reproduz o capital.

A mais-valia social é dividida, não fica somente com o capitalista que comprou a força de trabalho que a produziu. É a partir do orçamento do Estado – grande instrumento para a repartição – que a mais-valia é repartida. E o capitalista para recompor as suas taxas de lucro tem que reduzir ao máximo essa transferência da taxa de mais-valia social para o Estado

A relação entre valor de troca e valor de uso, entendemos que se trata da valorização do trabalho abstrato – criador de valores-de-troca – em detrimento do trabalho concreto (útil) – criador de valores de uso. É importante frisar, que trabalho abstrato e concreto são a mesma coisa. Pois, o capitalismo não pode funcionar se não considerar o trabalho de forma abstrata, de forma a equalizar todos os modos que os trabalhadores se relacionam com seus instrumentos para poder pensar o trabalho posto (trabalho concreto) na mercadoria, como trabalho abstrato mensurável em unidades de tempo, isso permite a regulação salarial. Em outras palavras, quando afirmamos que na ordem do capital aquilo que é relevante é o trabalho abstrato, não se oculta a expressão concreta do trabalho abstrato que é um bem - que o torna trabalho útil, mas a dimensão que o integra enquanto elemento da valorização é a sua dimensão abstrata.

Retomando a questão da otimização da extração da mais-valia para a retomada de lucros – sabemos que pode ser absoluta ou relativa a forma de incrementar a extração do valor excedente. E que na atualidade a forma relativa é a mais usual por uma série de motivos, além da natureza fisiológica dos trabalhadores, é a questão política (resistências e lutas dos trabalhadores) o principal deles. Os capitalistas

introduzem a inovação tecnológica no setor produtivo e reduzem o valor dos bens necessários para a reprodução da força de trabalho para otimizar a extração da mais-valia relativa.

Por esse motivo também podemos entender a ampliação do desemprego – com o desenvolvimento da tecnologia informacional e da robótica.

não é tanto para economizar trabalho mas, mais diretamente, para eliminar trabalhadores. Por exemplo, se 33% dos movimentos desperdiçados são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário. A história da racionalização da Toyota é a história da redução de trabalhadores, esse é o segredo de como a Toyota mostra que sem aumentar trabalhadores alcança surpreendente aumento na sua produção. Todo o tempo livre durante as horas de trabalho tem sido retirado dos trabalhadores da linha de montagem, sendo considerado como desperdício. Todo o seu tempo, até o último segundo, é dedicado à produção. (ANTUNES, 2003: 56).

Apesar dessa citação se referir à linha de montagem referente à nova forma de organização do trabalho, ela é ilustrativa. O trabalho assalariado se reduz de tal forma que postos de trabalho são eliminados, ao mesmo tempo em que se intensifica a exploração da mão-de-obra, aumentando a produção de mais-valia.

A partir dessa citação de Antunes (2003) notar-se-á que a resposta do capital expressa as reais dimensões da sua crise. Pois, ao conservar os pilares de seu processo de “metabolismo social”, buscando apenas modificar o padrão de produção capitalista, acentua mais ainda os fundamentos do sistema do capital.

O capital na busca da retomada do seu ciclo reprodutivo intensificou a exploração do trabalho. O fez por meio da “*falácia da qualidade total*”, que se pode traduzir em “*taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias*” Mészáros apud Antunes (2003: 25), que significa a diminuição do tempo entre produção e consumo, com redução da vida útil dos produtos – acentuando o caráter destrutivo do capital. Esse ritmo acelerado impõe a inovação dos produtos e dos processos produtivos, que se desenvolveram a partir da introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho - parte constitutivas da resposta do capital a sua crise -, cujos traços característicos são a flexibilização do processo produtivo, a terceirização e as mais variadas formas de precarização das relações trabalhistas (trabalhador *part-time*,

subcontratado, *just in time*), além da horizontalização da empresa, do trabalho em equipe e dos círculos de controle da qualidade.

Inovações tecnológicas, organização da produção baseada na “flexibilização” e precarização do trabalho e diminuição do tempo de vida das mercadorias, levam a “... *um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração de mais-valia*”. (ANTUNES, 2003: 56).

É dentro de um contexto da queda da taxa de lucro e extrema competição, e ainda, localizado em unidades de produção que se caracterizavam pelo processo parcelar, seriado e de massa contendo uma força de trabalho considerada como “*cara*”, estável e concentrada que o capital procurará dar resposta a sua crise de acumulação. A intensificação da informatização do processo de produção acelera ritmos, o que dá base para “*uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa...*” (IDEM: 54).

Com a informatização da produção é possível a sua organização em termos flexíveis, seja pela operação de várias máquinas por um operário, ou pela terceirização de partes do processo da produção. Mas, a forma de produção flexível não se caracteriza apenas pelo desenvolvimento tecnológico da linha de produção, mas por uma diversidade de formas da organização do trabalho que objetivam a “*intensificação das condições de exploração da força de trabalho*” (ANTUNES, 2003: 53), que se dá pelo aumento dos ritmos da produção, do manuseio de várias máquinas por um operário e da peculiaridade introduzida pelo toyotismo ou “modelo” japonês que é a apropriação do “*savoir faire intelectual e cognitivo do trabalho*” (IDEM: 55). Esse processo se materializa nos chamados CCQ’s (círculos de controle de qualidade), que atenuam as separações existentes entre o processo de idealização do produto e sua produção.

As inovações tecnológicas e as novas formas de organização permitiram uma especialização máxima a cada parte constitutiva do processo global da produção, o que assentou vastíssimo terreno onde se proliferaram as mais variadas formas de precarização do trabalho (terceirizações, subcontratação, trabalho temporário), necessárias para uma produção de ritmos acelerados e voltadas para exigências

individualizadas do mercado, obrigando a trabalhar com estoques mínimos (kanban)⁴⁴, mas em conformidade com a dinâmica da linha de montagem (*just in time*)⁴⁵. Destarte, podemos observar que

(...)o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional.(HARVEY, 2004:150-151)

Retomando os aspectos característicos que compõem a reestruturação produtiva, são importantes para sua eficácia os círculos de controle de qualidade e trabalho em equipe, em que o trabalhador “participa”, mas segundo a ótica do capital, dos interesses da empresa. Dessa forma, o aviltamento que se processava de forma agressiva pelo fordismo, tem agora um falso abrandamento. Como se por essa “participação” do trabalhador na elaboração do produto, o mesmo fosse expressão de sua subjetividade e vontade. Ao contrário, o trabalhador ao se sentir participante do processo, é mais facilmente cooptado pelos interesses da acumulação, tornando-se mão-de-obra mais dócil e desmobilizada politicamente, adequando-se aos ritmos e intensidade do processo de produção.

É importante dizer que as origens da intensificação do trabalho não estão no advento de novas tecnologias na produção e sim na manutenção dos pilares do processo de reprodução do capital na resposta à crise de seu ciclo reprodutivo, expressa na modificação do seu padrão de produção, que acentuou ainda mais as contradições do sistema capitalista. Nas palavras de Antunes (2003):

⁴⁴ Kanban é uma técnica japonesa de gestão dos estoques. Até então, *o sistema de tração é um modo de produção em que cada uma das operações, começando no local de carga e voltando atrás através do processo, empurra o produto da operação anterior para a seguinte apenas quando isto é necessário. Ele contrasta com o ciclo de produção tradicional, que fabrica o produto e o empurra para a operação seguinte, esteja ela pronta ou não para isso. A Toyota chamou esta técnica particular de Kanban, e por um tempo o kanban foi sinônimo de JIT. Kanban é uma palavra japonesa, e uma de suas acepções é “cartão”.* (HAY, 1992: 115)

⁴⁵ (...) é uma filosofia de produção voltada para a eliminação de desperdícios no processo total de fabricação, das compras à distribuição (IDEM: 07).

Claro que aqui não está se questionando o efetivo avanço tecno-científico, quando pautado pelos reais imperativos humano-sociais, mas sim a lógica de um sistema de metabolismo do capital que converte em descartável, supérfluo e desperdiçado aquilo que deveria ser preservado, tanto para o atendimento efetivo dos valores de uso sociais quanto para evitar uma destruição incontrolável e degradante da natureza, da relação metabólica homem e natureza. Isso sem mencionar o enorme processo de destruição da força humana de trabalho, causada pelo processo de liofilização organizativa da empresa enxuta. (ANTUNES, 2003: 52)

Também é bom ressaltar que o conjunto de elementos pertinentes à reestruturação produtiva aqui indicados conformam o exemplo paradigmático do atual “modelo” de produção: o toyotismo ou japonês. A adaptação ao “modelo” por outros países subordinar-se-á às particularidades da região em questão (aspectos políticos, econômicos, culturais e geográficos), bem como sua relação com a economia mundial.

A modificação do padrão produtivo originou uma enorme complexidade da classe trabalhadora de hoje⁴⁶. Assim, conforme Antunes (2003), foram dissipando-se, no interior da classe trabalhadora, as características do operário-massa (“*chão de fábrica*”)⁴⁷ da era do fordismo. A classe trabalhadora não é somente composta pelos operários de fábricas, mas também por aqueles presentes no setor de serviços, que embora não produzam mais-valia também são explorados pelo capital. O que se verifica é que a reestruturação produtiva não está restrita à fábrica. Como podemos identificar na maioria dos bancos, por exemplo, com a substituição de inúmeros trabalhadores por máquinas, que são operacionalizadas pelo próprio cliente.

Identifica-se assim uma crescente desproletarização, conseqüência imediata do desenvolvimento da automação da produção, gerando desemprego, inchaço no setor de serviços, informalidade, promovendo um refluxo dos direitos e conquistas trabalhistas.

⁴⁶ Ao alto grau de heterogeneidade que vem assumindo o mundo do trabalho, por força desses motivos acima relacionados, incorporam-se os debates sobre gênero e classe – devido a entrada de altos contingentes de mulheres no mercado de trabalho, principalmente, trabalho precarizado -, etnia e classe – devido a localização, quando não manutenção, de altos contingentes de trabalhadores (as) negros (as) em trabalhos precários e na maioria das vezes informal -, nacionalidade e classe – com a reestruturação produtiva trabalhadores herdeiros da era do fordismo passaram a disputar os empregos que antes eram só executados por imigrantes, o que tem feito ressurgir no mundo, principalmente no centro, movimentos xenófobos e neonazistas.

⁴⁷ Refere-se aos operários da fábrica que estão inseridos no âmbito direto da exploração da mais-valia, ou seja, na produção.

Com a reestruturação produtiva, os trabalhadores passaram a submeter-se com mais intensidade a qualquer ditame do capital para manter seu emprego, assim intensificando sua produtividade, tornando-se multifuncionais e polivalentes, aceitando qualquer proposta, decorrente do aumento do índice de desempregados.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. (MARX, 1984: 203)

Há um desemprego massivo e uma precarização também de profissionais qualificados⁴⁸, conseqüência das metamorfoses no mundo do trabalho, que traz impactos negativos para a classe trabalhadora, como a flexibilização da jornada de trabalho, das relações trabalhistas, do salário, enfim, do processo produtivo como um todo.

O desemprego é uma dimensão ainda mais crítica, que não garante nem a mínima sociabilidade possível. Podemos encontrar uma excelente síntese na citação de Ramtim presente em Antunes (2003):

Para os permanentemente desempregados e desempregáveis, a realidade da alienação significa não somente a extensão da impotência ao limite, mas uma ainda maior intensificação da desumanização física e espiritual (...) O aspecto vital da alienação deve-se ao fato de que a impotência está baseada na condição da integração social pelo trabalho. Se essa forma de integração social está sendo crescentemente prejudicada pelo avanço tecnológico, então a ordem começa a dar claros sinais de instabilidade e crise, levando gradualmente em direção a uma desintegração social geral. (RAMTIM apud ANTUNES, 2003: 132-133)

⁴⁸ É a tendência de “flexibilizar” a legislação trabalhista, estabelecendo contratos temporários e instáveis em todo locus empregatício.

Esses fatos, acima relacionados, decorrem primeiro da necessidade do capital reestruturar sua produção, que modificou o padrão de produção⁴⁹ em alguns setores como o de serviços, por exemplo. Segundo, foi fundamental prevalecer o setor financeiro, para a especulação, em detrimento do setor produtivo, reflexo da própria crise do capital. E terceiro, com a crise do mecanismo de regulação do sistema, o *Welfare State*, identificada pelos neoliberais, como “crise fiscal” do Estado burguês, ocasionou a privatização dos serviços públicos, pois houve a necessidade de diminuir os gastos públicos sociais, para manter a acumulação, acarretando conseqüências nefastas para a classe trabalhadora.

Com a reestruturação produtiva reduz-se o trabalho assalariado, em que se tem relativa estabilidade e garantia de direitos trabalhistas, ou seja, é o trabalho formal. Mantendo o trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado, informal, com contratos temporários e até o “trabalho escravo por dívida”. O trabalho continua sendo a fonte da acumulação do capital, portanto não há o fim do trabalho, como alegam alguns. E Harvey (2004) demonstra que essa precarização não é mais um apêndice do processo produtivo.

A transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial. Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo. (IDEM: 145)

Para o capital, o importante é colocar em prática o que lhe proporciona maior acumulação e valorização. No setor agropecuário, por exemplo, o uso de máquinas é mais oneroso, devido à necessidade de trabalhadores qualificados e habilitados na operacionalização do maquinário, porque a máquina transfere valor proporcional ao seu desgaste – não proporciona extração da mais-valia. Logo, prefere-se o uso de peões, com contratos temporários, sem carteira assinada e às vezes submetido à

⁴⁹ O padrão fordista/taylorista se esgotou em alguns setores produtivos, pois não podemos generalizar o exaurimento desse padrão de produção no Brasil e também devido a alguns produtos não possibilitarem a fragmentação territorial da produção (como o petróleo), porém existem as desregulações das relações de trabalho próprias desse novo padrão produtivo da “acumulação flexível”.

condição análoga de “escravo”. Essa situação, freqüente nos dias atuais, não se trata de uma questão moral, mas sim pragmática, que otimiza a acumulação do capital.

Portanto, para manter sua acumulação a ordem burguesa mescla elementos arcaicos e contemporâneos. E assim como Harvey (2004), Iamamoto (2001) demonstram como a acumulação capitalista remonta sua produção.

Nela se mesclam o “Arcaico” e o “moderno”, distintos mas mutuamente referidos e recriados. O novo realiza-se pela mediação de heranças históricas persistentes, atualizando-as e simultaneamente transformando-as, ao subsumi-las às novas condições de uma sociedade globalizada. (IAMAMOTO, 2001: 19).

As precarizações das relações de trabalho são tão significativas, que o “trabalho escravo” ou peonagem retoma um lugar importante na produção, a partir das terceirizações, que ocupam uma centralidade na organização produtiva.

Essa perda de direitos trabalhistas e o aparecimento de formas ultrajantes de exploração do trabalho podem ser explicados, conforme a “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, pois o sobretrabalho engrossa as fileiras de desempregados, tendo em vista que esses intensificam o sobretrabalho daqueles empregados, submetendo-os a trabalhos cada vez mais degradantes. Isso pode explicar a existência desse “trabalho escravo contemporâneo por dívida”, pois os peões, sem a menor expectativa de encontrar emprego em suas cidades, aceitam qualquer proposta de trabalho.

A desregulamentação econômica e a liberalização deram passagem a uma nova regulamentação, de forma que a política industrial era redesenhada, com o propósito de atender às exigências de incorporar novas tecnologias, novas formas de produção e estratégias, pois eram requisitos primordiais para que o país enfrentasse a competitividade na economia globalizada.

E assim, colocaram como meta a maior “flexibilização” no processo de produção, das relações de trabalho, dos direitos e garantias trabalhistas e da seguridade social, a partir de um sistema de subcontratação, que impactou o mercado de trabalho e debilitou o poder sindical.

Na verdade, podemos identificar como um “modelo” destrutivo direcionado ao país, para a reestruturação e reordenamento do capital mundial, que instalou um regresso em relação ao sistema de proteção social de caráter universal, constituído na Constituição de 1988. O início desse recuo foi com o governo do Fernando Collor de Mello, mas intensificado no governo do Fernando Henrique Cardoso, numa conjuntura de rearticulação das forças do capital no país.

Essa reversão conservadora e esse retrocesso dos direitos trabalhistas e sociais, que nos deparamos neste momento, decorrem do ideário neoliberal, que veio como alternativa ao capital para saída de sua crise, mas o que constatamos é que tem cumprido apenas seu papel político-ideológico, porque economicamente não superou as expectativas.

1.3. A OFENSIVA NEOLIBERAL

Os anos 1990, em nosso país, foram densamente marcados pela agenda neoliberal, configurada pelo *Consenso de Washington*⁵⁰, cujas “reformas” fazem parte das chamadas “condicionalidades” dos empréstimos externos do Fundo Monetário Internacional. Os pontos centrais dessa agenda eram diminuir o déficit fiscal atribuído ao gasto público (sobretudo o gasto social); promover a “reforma” do Estado, remodelando suas funções na perspectiva de aumentar a sua “eficiência” através da diminuição de custos; aumentar a “competitividade” reduzindo os custos sociais das empresas e flexibilizando a mão-de-obra.

Essas propostas nada mais são do que um ajustamento estrutural do país estabelecido pelo capital internacional e suas instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento,

⁵⁰ Consenso de Washington é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas do FMI, do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, baseado num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países periféricos. As dez regras básicas são: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação (afrouxamentos das leis econômicas e trabalhistas); e direito à propriedade intelectual.

impondo-se ao Estado a desresponsabilização das obrigações públicas de proteção e garantia dos direitos sociais, sancionados na Constituição Federal de 1988, decorrente de um movimento contra-hegemônico no Brasil, onde o “pacto social” constituído na Carta Constitucional estabelecia mecanismos político-democráticos com o intuito de expandir o sistema de proteção social. E enquanto o projeto de uma *democracia de massas* se inicia no Brasil, nos países com um Estado de Bem-Estar Social consolidado, substituíam-se esses mecanismos pela privatização, focalização e “flexibilização” (precarização).

Para as classes dominantes, que sempre resistiram aos avanços sociais efetivar esse “pacto social” acarretaria, no plano econômico, a redução das taxas de exploração e, no plano político, a construção de mecanismos democráticos de controle social, dessa forma, os empresários buscaram medidas legais para eliminar as garantias sociais, como direitos universalizados, mobilizando-se durante a revisão da constituição e agindo frontalmente contra os direitos sociais e trabalhistas.

Foi com o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) em 1995, que conformou os postulados do *Consenso de Washington*, com o intuito de “reformular” o Estado de forma a substituir a administração burocrática, por um novo modo de administração pública de tipo gerencial, ou seja, modernizar o Estado e conformá-lo nos moldes empresariais.

A justificativa para a adequação do país ao PDRE é uma análise da crise contemporânea, uma avaliação que é explicada pela chamada “crise do Estado” (uma “crise fiscal”). Pois, a competitividade internacional devido ao novo processo de globalização reduziu a capacidade do Estado financiar as políticas públicas.

Dessa forma, a crise é explicada, pelos defensores da “Reforma” do Estado, como uma crise da burocracia estatal da administração pública, ou seja, excesso de regulação, rigidez burocrática, privatismo e ineficiência do serviço público, a partir de uma incapacidade financeira e administrativa de governar. Logo, apresentam a necessidade de garantir condições de mais “governabilidade e governança”, mais eficiência para atender as demandas dos cidadãos com melhor qualidade e um custo menor. (BRESSER PEREIRA, 1998).

Verificam, dessa forma, que é fundamental “reconstruir” o Estado, por meio do ajuste fiscal e da flexibilização das relações de trabalho, para assim reduzir os encargos sociais.

Montaño (2002) contesta Bresser Pereira, quando esse afirma a “volta ao passado” com a Constituição de 1988.

Para o autor [Bresser Pereira], é a constituição de 1988 que condenou o Brasil a uma “volta ao passado” (*idem*:173), já que, justamente ‘em um momento em que o país necessitava urgentemente reformar a sua administração pública, de forma a torná-la mais eficiente e de melhor qualidade, aproximando-a do mercado privado de trabalho, o inverso foi realizado’ e ela ‘revelou-se irrealista’ (*idem*: 192). Nossa atual Carta Magna, segundo o ex-ministro da Reforma do Estado, seria responsável pelo retorno ao patrimonialismo (ou clientelismo e fisiologismo), pela burocratização e ineficiência da atividade social estatal e por uma crise de ‘governança’. Isto é, todos os males das formas prévias de administração estatal estariam presentes a partir da Constituição de 88 (*sic*), tamanha a responsabilidade que Bresser Pereira atribui à atual Constituição brasileira.” (IDEM: 39-40).

Segundo Montaño (2002: 41), o argumento da “retirada” do Estado do controle econômico das esferas estratégicas de produção (com as privatizações) e a “desresponsabilização” estatal frente às seqüelas da “Questão Social”,

não foi precisamente o da sua articulação com um novo projeto de desenvolvimento exigido pelo grande capital (financeiro/internacional), mediante os postulados do Consenso de Washington. O argumento (*ideológico*) foi o contrário: não se mostrou o novo projeto (econômico-político) como causa da (contra-)reforma do Estado; apontou-se a burocracia, ineficiência e corrupção do Estado como as supostas causas para a sua reforma. (...)

Desta forma, a Carta magna, desenvolvida num longo processo de luta e de negociação do ‘setores democráticos’ (triumfantes nas eleições de 1986), resultado dos maiores avanços sociais e políticos atingido no país até então, é acusada de ‘um novo populismo patrimonialista’ que ‘promoveu um surpreendente engessamento do aparelho estatal’ (Presidência da República, 1995: 27). (IDEM: 41).

Esse retrocesso que a ofensiva neoliberal trouxe ao país, a partir do PDRE, é a estratégia contemporânea de reestruturação do capital para saída da crise profunda, que teve seu início na década de 70. Podemos vislumbrar (infelizmente) que seus alvos centrais como o combate à legislação trabalhista e aos sindicatos; - a reestruturação produtiva e a contra-reforma do Estado estão de certa forma sendo efetivados e obtendo sucesso no campo político-ideológico.

No entanto, a combinação dessas medidas, como a estabilização da moeda para conter a inflação e a política de altas taxas de juros favoreceu o grande deslocamento de capitais para o sistema financeiro, gerando uma disparidade entre a acumulação especulativa e a base produtiva real, que repercutiu sobre o endividamento das empresas e sobre o mercado de trabalho, com o aumento do desemprego.

A política nacional de estabilização econômica, parametrada pelos órgãos financeiros internacionais, além de ter massacrado a classe trabalhadora, também acentuou a heterogeneidade interna da classe capitalista e seus interesses.

Sabemos é que o neoliberalismo frente à crise do “Socialismo real” e do *Welfare State*, reviveu uma teoria que atesta a primazia do mercado como instância mediadora elementar e insuperável na sociedade, em defesa da eliminação dos mecanismos de controle estatal sobre o movimento do capital, o mercado seria, então, o principal mecanismo e critério de regulação econômica. E atacando, dessa forma, o Estado intervencionista com suas funções reguladoras, na intervenção das refrações da “Questão Social”.

É importante frisar, que no caso brasileiro, o problema não reside no Estado de Bem-Estar, pois esse aqui nem se consolidou, apresentou um incipiente desenvolvimento, na verdade a esfinge é a inexistência de um Estado protecionista, o qual teve seu momento inicial de desenvolvimento abortado pela contra-reforma do Estado, ou nos termos dos neoliberais, uma “reforma gerencial”.

Essa “reforma gerencial”, para Bresser Pereira é uma alternativa à saída da crise do Estado, diferente da neoliberal iniciada na década de 1980. Pois, para ele (ministro do Mare), essa reforma tem o intuito de conjugar eficácia, eficiência, governabilidade e governança, estabelecendo uma administração pública gerencial de caráter sócio-

democrático! Estudos⁵¹ mostram que essa resposta integra a ofensiva neoliberal, uma vez que, os objetivos estão voltados para a abertura comercial e para as privatizações, transferindo para a iniciativa privada atividades que possam ser controladas pelo mercado e, portanto, diminuir a interferência estatal tanto no setor econômico, quanto na efetivação de políticas públicas sociais universais.

Nesse sentido, percebemos um momento histórico de reversão conservadora, em que a égide neoliberal propõe uma redefinição do papel do Estado, uma “reforma”, que transfere para o setor privado atividades que possam ser controladas pelo mercado, como por exemplo, as empresas estatais e as políticas sociais comercializáveis; outra forma é a descentralização para o setor “público não-estatal”, de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados por ele. Trata-se da produção de serviços competitivos ou não exclusivos do Estado, estabelecendo-se parcerias com a sociedade civil para o financiamento e controle social de sua execução. (BEHRING, 2003).

É uma nova estratégia de legitimação do sistema capitalista, que implica em uma série de ações direcionadas para a passagem da “lógica do Estado” para as “lógicas da sociedade civil e do mercado.” (MONTAÑO, 2003: 109).

O Estado reduz a prestação direta de serviços sociais, mantendo-se como regulador e provedor, consiste na passagem de um setor rígido, burocrático e ineficiente para um “setor” flexível, de administração gerencial e eficiente - o “Terceiro Setor”, como afirmam os neoliberais.

A ‘reforma’ do Estado, tal como está sendo conduzida, é a versão brasileira de uma estratégia de inserção passiva (FIORI, 2000: 37) e a qualquer custo na dinâmica internacional e representa uma escolha político-econômica, não um caminho natural diante dos imperativos econômicos. Uma escolha, bem ao estilo de condução das classes dominantes brasileiras ao longo da história, mas com diferenças significativas: esta opção implicou, por exemplo, uma forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, sobretudo se vistos pela ótica do trabalho, dos processos de modernização conservadora que marcaram a história do Brasil, (...). O que a meu ver, não permite caracterizar o processo em curso como modernização conservadora, mas como uma contra-reforma, que mantém a condução conservadora e moderniza apenas pela ponta - a exemplo a telefonia. Esse último aspecto demarca uma perda total de sentido de nacionalidade e um componente destrutivo não visto nos saltos para a frente promovidos em períodos anteriores. (BEHRING, 2003; 197-198)

⁵¹ Confira a crítica da “reforma do Estado” em Behring (2003)

Essa escolha político-econômica, que conduz a contra-reforma do Estado, se insere no processo de reestruturação do capital, e sua estratégia neoliberal para a intervenção social se fundamenta por uma suposta crise e escassez de recursos estatais e pela afirmação de que existe hoje uma “nova questão social”, a partir daí, direciona-se a responsabilidade das expressões da “Questão Social” para a esfera privada, despolitizando e moralizando o seu “trato”.

A tentativa de saída da crise do capital, a partir do ideário neoliberal, é a reconfiguração do mercado, assim como a redução da intervenção social do Estado, promovendo e legitimando a passagem da “lógica do Estado” para as “lógicas da sociedade civil e do mercado”. Destarte, essa reversão conservadora neoliberal gera a precarização e focalização das políticas sociais estatais, privatização dos serviços sociais e a refilantropização da assistência estatal, para aqueles que não podem adquirir os serviços no mercado e / ou não se “enquadram” no “perfil” das políticas sociais estatais.

A partir dessa refuncionalização do Estado (essa contra-reforma), constata-se a legitimação e regulamentação do “Terceiro Setor” para a execução de políticas públicas sociais, através de uma parceria entre Estado, ONG’S e entidades filantrópicas para a implementação das políticas, que se combina com o serviço voluntário, o qual se desprofissionaliza e despolitiza a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade mútua, da realização do bem-comum, por intermédio de um trabalho voluntário não-remunerado -, isso se trata de um verdadeiro retrocesso histórico em relação aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

Montaño (2003) mostra como a racionalidade burguesa fragmenta a realidade e não a analisa em sua totalidade, para que assim se tenham respostas fragmentárias e individuais à “Questão social”. E Coutinho (1972) nos confirma ainda mais, que em momentos de crise a burguesia exacerba ideologicamente a irracionalidade subjetiva e que tanto o irracionalismo quanto o racionalismo formalista são expressões imprescindíveis do pensamento ideológico da burguesia contemporânea, inábil de aceitar a razão dialética e a dimensão histórica da objetividade.

Para esta estrategia neoliberal primeramente se opera una separación y autonomización radical (del agrado de la segmentadora razón positivista y la llamada posmodernidad, ver Lukács, 1992) entre las cuestiones “políticas” (supuestamente reducidas al aparato estatal, considerando el “primer sector”), las “económicas” (atribuidas al ámbito del mercado, postulado como “segundo sector”) y las sociales (reducidas a una idealizada “sociedad civil”, o “tercer sector”). Dicho de otra forma: se busca la “deseconomización” de las relaciones políticas y la “des-politización” de los fenómenos tanto “económicos” como “sociales”; con esto, se deriva hacia la “des-historización” del orden (el pretendido “fin de la historia” de Fukuyama). En segundo lugar, el neoliberalismo promueve *el pasaje de las “cuestiones económicas” (“despolitizadas”) del Estado para el mercado, las cuestiones sociales se volcarían del Estado para el llamado “tercer sector”,* manteniendo en el espacio estatal los procesos “políticos formales” y algún nivel de intervención social (“des-economizados”). (MONTAÑO, 2003: 112)

No caminho do pensamento burguês contemporâneo - neoliberal, existe uma nova arquitetura institucional, na qual o cidadão de direitos se torna cidadão-cliente, consumidor de serviços de organizações, cujo comportamento se pauta por uma perspectiva empresarial, com a apresentação de resultados.

Diversos desses autores afirmam a necessidade de refuncionalizar o Estado à égide neoliberal, o qual entendemos que tem como um de seus objetivos ideológico-político: a desresponsabilização do Estado frente às seqüelas da “Questão Social”, que promove uma refilantropização e despolitização dessa, transferindo a responsabilidade para o “Terceiro Setor”, o mercado e a sociedade civil, através da premissa da solidariedade mútua e da parceria.

Afirmam a necessidade de privatizar e minimizar as atribuições do Estado, de forma que *“os cidadãos e as organizações privadas devem assumir a responsabilidade pessoal pelo seu bem-estar e pelo futuro da sociedade”* (ROCKEFELLER, 1995 *apud* PFEIFFER, 2001: 49). Segundo esse autor, essa nova forma de lidar com os “quase intratáveis” problemas sociais com que o país se defronta, estão representados: por diversas empresas brasileiras e estrangeiras, que atuam nos campos da cultura, saúde, educação e de enfoques alternativos para o desenvolvimento econômico, com o objetivo de tentar resolver uma variada gama de problemas sociais, também até então tidos como de responsabilidade exclusiva do governo. Destarte, Rockefeller *apud* Pfeiffer (2001) justifica que para a construção de um país democrático e próspero é necessário o desenvolvimento de um *“mecanismo estabilizador de um sistema democrático, uma terceira maneira de expressar e satisfazer necessidades, de agir e de alcançar objetivos, sem ter que enfrentar a rigidez e as ineficiências da burocracia*

governamental (...)." (IDEM: 50)

Ou seja, esse autor afirma a necessidade de fortalecer um "Terceiro Setor", que assuma a responsabilidade do Estado no trato das seqüelas da "Questão Social", pois essa possibilidade, segundo ele, além de ser a "base financeira indispensável à filantropia" parte também da iniciativa pessoal e do envolvimento de um número incontável de pessoas, grupos e organizações comunitárias a grandes movimentos de massa, cujos objetivos são os de reformar a sociedade e abordar questões que afetem a qualidade de vida.

Refere-se, também, ao "Terceiro Setor" como a "reinvenção do Estado e do mercado, a resolução de problemas de interesse comum", um "setor" mais "democrático, transparente e eficiente" do que o Estado tido como corrupto, burocrático e ineficiente no atendimento às expressões da "Questão Social", porém podemos identificar a partir desse pressuposto: a despolitização da "Questão Social", uma vez que essas ações desenvolvidas pelas ONG'S (ou "Terceiro Setor") assumem essas demandas a partir de valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua, substituindo os valores de solidariedade social, universalidade e direito dos serviços sociais (MONTAÑO, 2002).

Temos clareza que o projeto neoliberal tem como objetivo desregular os mercados e "reformar" o Estado, privatizando e desnacionalizando setores estratégicos da economia, além da retirada sistemática de direitos e garantias da classe trabalhadora. Sabemos, pois, o que o grande burguês e seus executivos

(...) desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital. O que desejam e pretendem não é "reduzir a intervenção do Estado", mas encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe. (NETTO, 2001: 81)

De acordo com Montaño (2003), a funcionalidade do "Terceiro Setor" ao ideário neoliberal é nítida, pois visa justificar e legitimar o processo de desestruturação da seguridade social estatal e a desresponsabilização do Estado na intervenção social;

desobrigar o capital da responsabilidade de co-financiar através de impostos as respostas às seqüelas da “Questão Social” mediante políticas sociais estatais; despolitizar os conflitos sociais dissipando e pulverizando; e transformar as lutas contra a “reforma” do Estado em articulação com o Estado. Tudo isso “diminuindo” aparentemente as contradições de classe, redirecionando as lutas sociais para atividades em parceria com o Estado e as empresas, gerando maior aceitação e menor enfrentamento ao projeto neoliberal.

O ideário neoliberal cumpre sua função político-ideológica esvaziando a dimensão de direito universal de cidadania em relação às políticas sociais estatais, criando uma cultura de auto-responsabilidade e de auto-ajuda para o enfrentamento das refrações da “Questão Social”. E gera, a partir da precarização e da focalização da intervenção estatal e do chamado “Terceiro Setor”, uma demanda altamente lucrativa para o setor empresarial, seja pela mercantilização desses serviços ou através do marketing social que é promovido pela Responsabilidade Social.

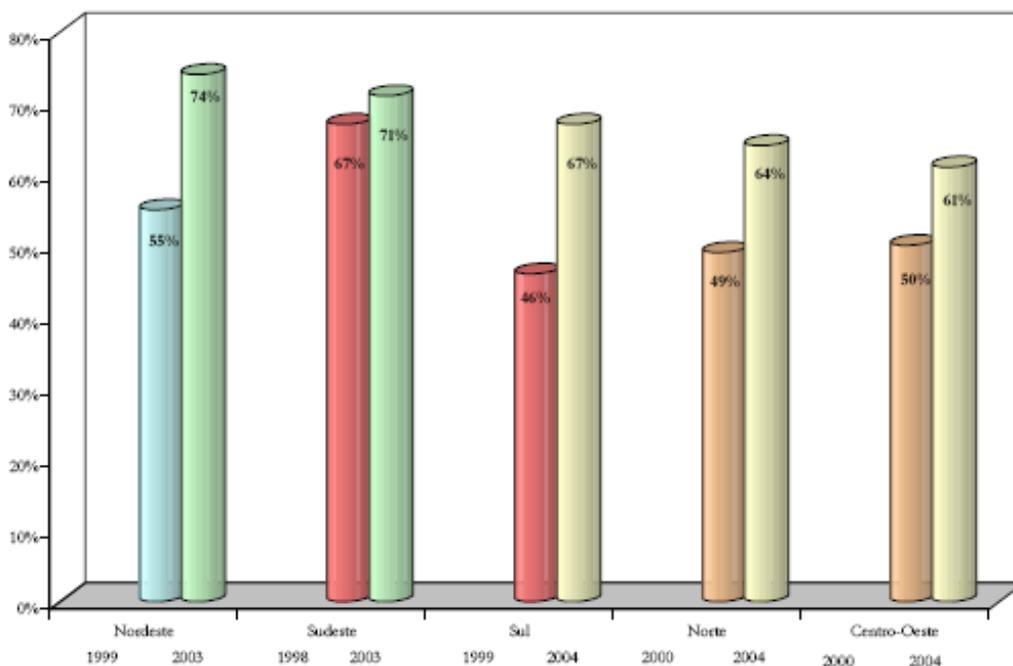
2. A “RESPONSABILIDADE SOCIAL” COMO ESTRATÉGIA DO CAPITAL

A “Responsabilidade Social” tem sido apontada como o novo “paradigma” empresarial para que as empresas estejam inseridas no mercado competitivo. Cada vez mais nos deparamos com propagandas e rótulos que afirmam a responsabilidade social, ambiental ou ambas da maioria das empresas na atualidade.

Isso pode ser confirmado pela pesquisa “Ação Social das Empresas” realizada pela segunda vez em todo o Brasil pelo Ipea (2006) que apontou um crescimento significativo, entre 2000 e 2004, na proporção de empresas privadas brasileiras que realizaram ações sociais em benefício das comunidades. Nesse período, a participação empresarial na área social aumentou 10 pontos percentuais, passando de 59% para 69%. São aproximadamente 600 mil empresas que atuam com ações sociais e afirmam ter “Responsabilidade Social”. Em 2004, essas empresas aplicaram cerca de R\$ 4,7 bilhões, o que correspondia a 0,27% do PIB brasileiro naquele ano.

A partir dessa pesquisa do Ipea possibilita-se o inicial acompanhamento empírico da evolução do comportamento da iniciativa privada na área social desde finais da década de 1990. A comparação entre as informações das duas edições da pesquisa mostra que, se por um lado, houve um crescimento generalizado na participação social das empresas, por outro, a magnitude desse crescimento foi diferenciada segundo as regiões. Foi na região Sul que se observou o maior incremento na proporção de empresas atuantes, que passou de 46%, em 2000, para 67%, em 2004, o que equivale a um aumento de 21 pontos percentuais. O Nordeste, que aumentou sua atuação em 19 pontos (de 55% para 74%), ultrapassou, ligeiramente, o Sudeste que, em 2004, contava com 71% de participação. Finalmente, a região Norte apresentou uma expansão de 15 pontos percentuais (de 49% para 64%), seguida do Centro-Oeste, com um crescimento de 11 pontos no período (de 50% para 61%).

Por Região: Qual a Participação das Empresas em Ações Sociais para a Comunidade, entre 1998 e 2004?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DISOC (2006)

Gasto Social em Ações para a Comunidade - INPC

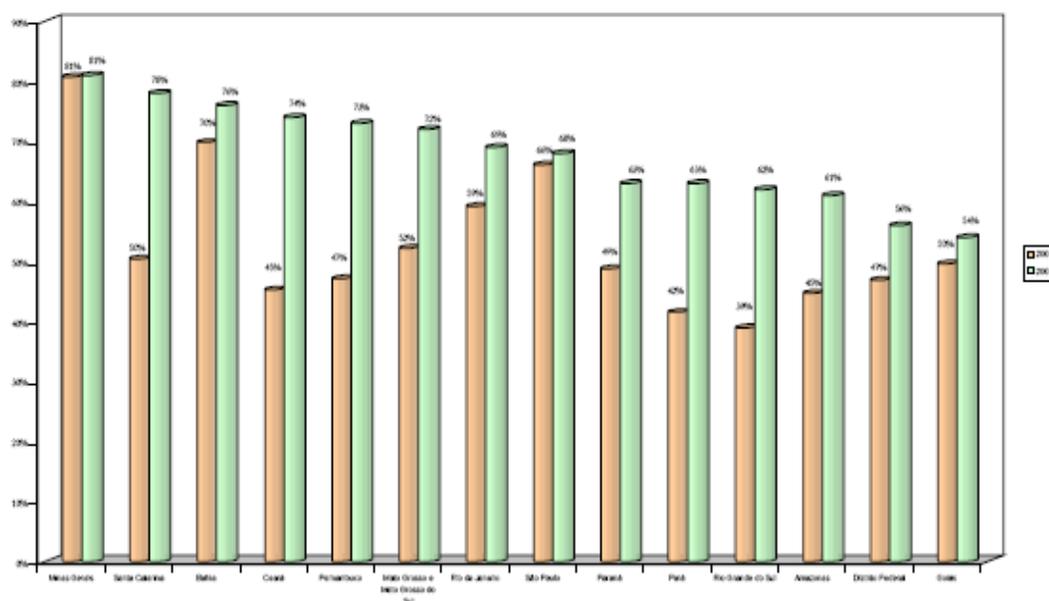
Região	Montante Investido*		Montante / PIB	
	2000	2004	2000	2004
Sudeste	5,7 bilhões	3,3 bilhões	0,66	0,34
Nordeste	406,6 milhões	537 milhões	0,20	0,22
Sul	500 milhões	562,7 milhões	0,19	0,19
Centro-Oeste	184 milhões	240,8 milhões	0,16	0,18
Norte	75 milhões	93,8 milhões	0,10	0,11
Brasil	6,9 bilhões	4,7 bilhões	0,43	0,27

- Em valores constantes de 2004. Deflacionado pelo INPC médio anual.

Fonte: IPEA/Pesquisa Ação Social das Empresas, 2006.

Os principais estados que têm ações voluntárias para a comunidade são Minas Gerais (81%) em primeiro lugar, seguido por Santa Catarina (78%), Bahia (76%), Ceará (74%), Pernambuco (73%) e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (72%).

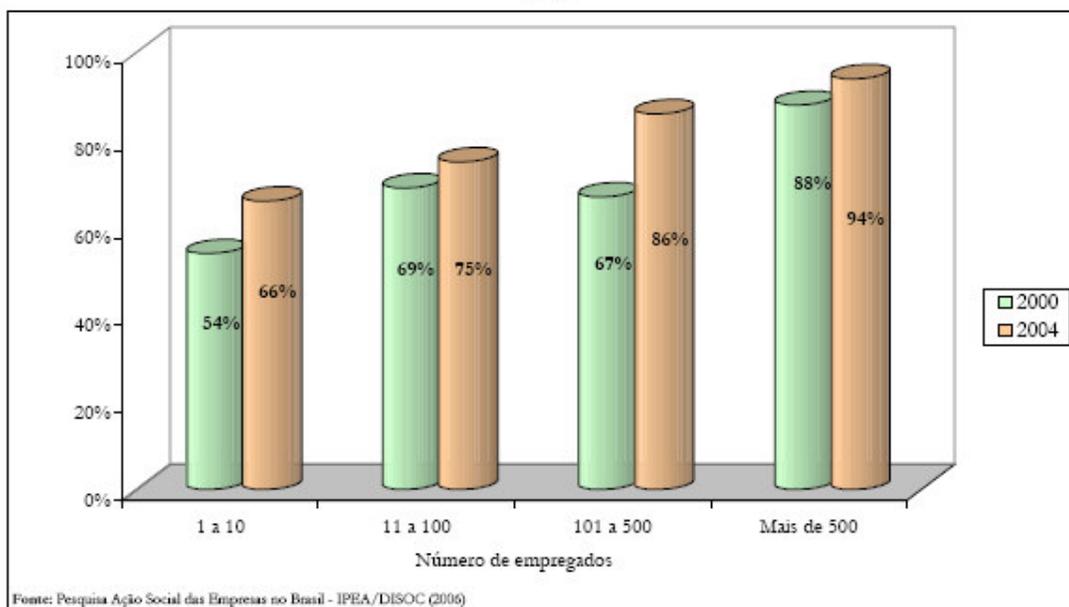
Por Estado: Qual a Participação das Empresas em Ações Sociais para a Comunidade, em 2000 e 2004?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DISOC (2006)

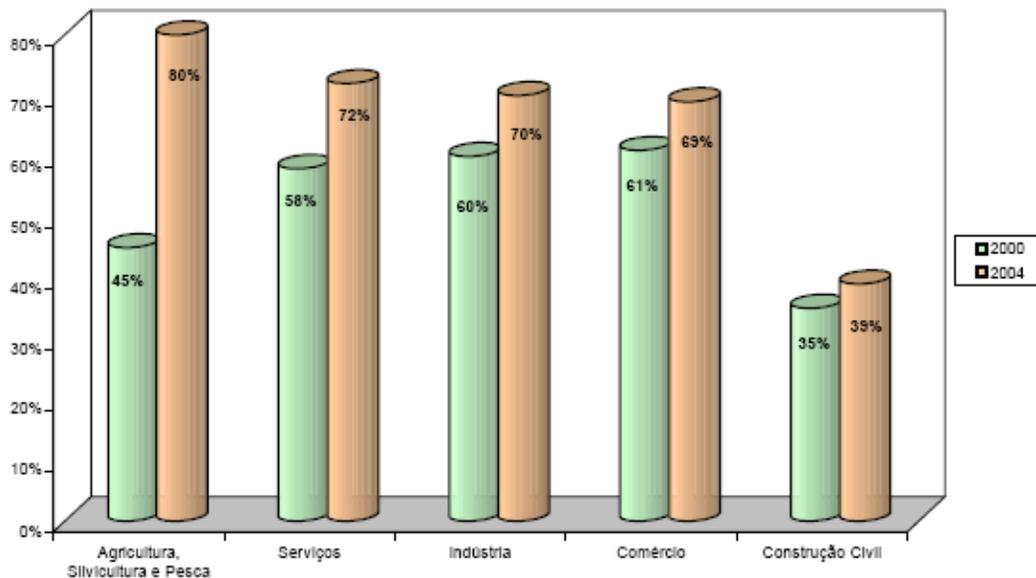
A pesquisa do Ipea (2006) assinala que foram as grandes empresas que apresentaram a maior taxa de participação em ações comunitárias (94%), apesar de terem tido um crescimento de apenas 6 pontos percentuais entre 2000 e 2004, mesmo percentual alcançado pelas pequenas (11 a 100 empregados). Já entre as micro-empresas (até 10 empregados) e entre aquelas de médio porte (101 a 500 empregados), o crescimento foi bem mais expressivo, com um aumento de 12 pontos percentuais no primeiro caso (de 54% para 66%) e de 19 pontos percentuais no segundo (de 67% para 86%).

Por Número de Empregados: Qual a participação das empresas em ações sociais para a comunidade, em 2000 e 2004?



Entre os setores econômicos, a pesquisa revela que o destaque foi o setor de agricultura que registrou um aumento de 35 pontos percentuais, ampliando sua contribuição de 45% para 80%. O setor de construção civil, que já era o menos atuante, em 2000, segue na última posição, com apenas 39% de suas empresas realizando ações sociais, o que representou um crescimento de 4 pontos percentuais no período.

Os demais setores apresentaram crescimento semelhante, atingindo níveis de atuação que oscilaram entre 69% e 72% das empresas.



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DISOC (2006)

Quanto às áreas de atuação, merece destaque o crescimento das ações voltadas para a alimentação, que se torna a área prioritária de atendimento (52%), ultrapassando as ações voltadas para assistência social (41%). Já em relação ao público-alvo, o atendimento à criança continua a ser o foco principal das empresas (63%), mas cresce o desenvolvimento de ações em prol de idosos e portadores de doenças graves, que passam a envolver, respectivamente, 40% e 17% das empresas.

Nessa segunda edição, o Ipea pesquisou sobre o que dificulta ou impede o desenvolvimento de ações sociais comunitárias: para 62% das empresas, a principal razão é a falta de dinheiro. Uma parcela bem menor reclama da ausência de incentivos governamentais (11%). Também é pequena a proporção de empresas que não atua porque nunca pensou nessa possibilidade (5%) ou porque acredita que este não seja seu papel (5%).

2.1. O discurso hegemônico da “Responsabilidade Social”

Neste ponto trataremos como a “Responsabilidade Social” das empresas é defendida e apresentada pelo discurso dominante presente na mídia e na literatura empresarial - como na seguinte afirmação que se refere a uma suposta “ética e moral” no negócio e na também suposta “ação transformadora” das empresas com a chamada “Responsabilidade Social”. Discutiremos criticamente esse discurso no capítulo posterior.

Tanto a filantropia quanto a responsabilidade social são de natureza diversa. A filantropia é uma “simples doação”, fruto da maior sensibilidade e consciência social do empresário. A responsabilidade social é uma “ação transformadora”. Uma nova forma de inserção social e uma intervenção direta em busca da solução de problemas sociais. (MELO NETO & FROES; 2001: 27)

ORCHIS et al. (2002) afirmam que a “Responsabilidade Social” não pode ser destacada como uma ação caridosa ou como uma Filantropia isolada, motivada por um sentimento de culpa provindo da utilização dos recursos da sociedade, ou por iniciativa unilateral do empresário, mas, sim, alinhada aos objetivos da empresa, que devem contemplar a “Responsabilidade Social”.

Aqui nesse ponto iremos destacar o discurso hegemônico da “Responsabilidade Social” das empresas e pontuar brevemente sua trajetória no mundo, mas principalmente no Brasil para identificarmos seu ponto crucial de desenvolvimento e sua funcionalidade ao sistema capitalista na particularidade brasileira.

A idéia da “Responsabilidade Social” empresarial é recente e surgiu no período inicial da reestruturação do capital, que se caracteriza pelo predomínio de interesses financeiros, pelas privatizações das empresas estatais, pela desregulamentação dos mercados, e pelo abandono do Estado de bem-estar social.

Frente a esse panorama de novas demandas decorrentes desse processo (como denúncias de trabalho precário e desastres ambientais, por exemplo), não podemos negar que existe uma pressão maior da sociedade por uma postura

empresarial “mais transparente” nos negócios, obrigando os empresários a adotarem práticas “mais responsáveis” em suas ações.

A preocupação sobre o impacto empresarial na sociedade é universal. As expectativas de consumidores, empregados, investidores, parceiros comerciais e comunidades locais como pressupostos para os negócios estão crescendo. Diretivas, princípios e códigos são desenvolvidos para uma conduta amplamente desejável por toda sociedade mundial (ONU, 2004: 4).

Demonstraremos neste capítulo como o discurso dominante da “Responsabilidade Social” realiza uma análise dessa temática de forma endogenista e evolucionista da ação social do empresariado, como se essa tivesse evoluído ao longo dos anos e se transformado em uma ação integrada ao planejamento estratégico da empresa e que beneficia não somente as corporações, mas também a sociedade com sua “ação transformadora”.

Esses autores da literatura empresarial afirmam que as mudanças econômicas ocorridas nas últimas décadas levantaram diversas questões que antes não se mostravam preocupantes, mas que desde os primórdios acompanham as organizações como é o caso do tema “Responsabilidade Social” e sua divulgação. A preocupação com esse tema, segundo Tinoco (2001: 22) tornou-se relevante a partir, principalmente, de 1950, período no qual “certas estruturas organizacionais provocaram insatisfação, que conduziu à contestação, muitas vezes violenta, contra alguns grandes grupos multinacionais”.

De acordo com o mesmo autor (IDEM: 134), no Brasil a “Responsabilidade Social” começou a ser incorporada a partir, principalmente, da década de 1970, com a iniciativa da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE. As empresas passaram a atuar com essa nomeação a partir de ações sociais para as comunidades locais quando identificaram os principais benefícios dessa atuação social como a fidelidade dos clientes; a simpatia da sociedade; e melhoria da imagem da empresa, diante dos funcionários, fornecedores, órgãos governamentais etc, que podem refletir positivamente sobre as instituições empenhadas nas questões da “Responsabilidade Social Corporativa”.

A “Responsabilidade Social” e sua “história”

A literatura empresarial faz uma análise, uma periodização endogenista e evolucionista da “Responsabilidade Social”, a partir da filantropia empresarial, que não permite entender o real significado e sentido desse mote.

Demonstraremos a seguir como o discurso hegemônico apresenta a “Responsabilidade Social” como a evolução das ações sociais das empresas que nos dias atuais contam com o apoio dos funcionários e da comunidade!

Segundo Kraemer (2004) o histórico da “Responsabilidade Social” teve seu início e desenvolvimento com a idéia de uma filantropia corporativa adotada pelas empresas. Surgiu na academia e nas decisões das Cortes Americanas, após os efeitos da Segunda Guerra Mundial - uma opinião contrária a de que a empresa deveria responder apenas aos interesses de seus acionistas. Em 1953, outro fato trouxe a tona a discussão sobre a inserção da empresa na sociedade e suas responsabilidades: o caso A P. Smith Manufacturing Company *versus* seus acionistas. A Justiça Americana determinou que uma corporação deveria promover o “desenvolvimento social”, e estabeleceu em lei a filantropia corporativa (ASHLEY, COUTINHO e TOMEI, 2000).

Nos anos 1960, vários desses autores europeus já apontavam a discussão dos problemas sociais e suas possíveis soluções. Nos Estados Unidos, as empresas afirmavam uma preocupação com a questão ambiental e com a divulgação de suas atividades no campo social. Iniciou-se assim, a preocupação com o quando e como a empresa deveria responder por suas obrigações sociais e demonstrá-las à sociedade (TOLDO, 2002).

Nas décadas de 1970 e 1980, a convergência de várias forças econômicas como aumentos nos custos de energia, aumento da inflação e da dívida nacional, em outros termos, a crise hegemônica do capital fez com que alguns teóricos reexaminassem as noções de “Responsabilidade Social” das empresas (FREEMAN e STONER, 1999). Na verdade questionaram sua funcionalidade para a tentativa da retomada de lucros⁵² que teve um período de extremo decréscimo, com seus

⁵² O aumento da taxa média de lucros tem como fatores propulsores: a queda súbita na composição orgânica média do capital pela penetração em países com composição baixa; o aumento da

orçamentos limitados pela situação econômica da época, acreditavam que deveriam ser “liberadas” das questões relacionadas à “Responsabilidade Social”.

Na década de 1990, segundo Kraemer (2004) entrou em cena a discussão sobre os temas da “moral e da ética” nas empresas⁵³, na tentativa de aprimorar o conceito de “Responsabilidade Social”. Dessa forma, diversos autores entendem a “Responsabilidade Social” como uma forma “ética e responsável” que a empresa busca para o ambiente interno, externo e para com todos os agentes da organização (INSTITUTO ETHOS, 2006). Esses fatores, segundo eles, variam de acordo com as buscas da organização que para responder as questões ligadas à “Responsabilidade Social” são melhores entendidos quando relacionados à ética.

Para esses teóricos, a ética deve ser vista a um nível macro, envolvendo relacionamentos internos e externos à organização. Definida como o estudo do modo pelo qual as decisões pessoais afetam a sociedade, dos direitos e deveres das pessoas, das regras morais e da natureza das relações interpessoais, nas empresas ela é dividida em quatro níveis: o da sociedade, com questões sobre as instituições básicas; o nível dos *stakeholders*, envolvendo os empregados, fornecedores, clientes, concorrentes, governo e a sociedade; o nível da política interna, com questões sobre a natureza das relações internas das organizações; e por fim, o nível pessoal, com questões relacionadas ao tratamento entre as pessoas da organização.

Apontam também que é necessário saber aplicar os princípios da “Responsabilidade Social” em uma organização a partir do conhecimento dos interesses e dos desejos dos grupos beneficiados, bem como, decidir que regras serão utilizadas e que relacionamentos serão mantidos na tomada dessa decisão.

RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

Sobre a “Responsabilidade Social” no Brasil, também realizam a mesma análise endogenista como evolução da filantropia empresarial com suas ações sociais.

taxa de mais-valia, resultante do aumento na intensidade do trabalho ou das derrotas políticas da classe operária; da queda súbita no preço dos componentes do capital constante; ou a diminuição do tempo de rotação do capital circulante. (MANDEL, 1982)

⁵³ Como se fosse possível ter moral e ética na acumulação capitalista. Para um rápido esclarecimento verifique em Netto & Braz (2007).

Conforme um desses autores na defesa desse mote, Kraemer (2004) afirma que a “Responsabilidade Social” surgiu em 1960, quando foi constituída a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), em São Paulo, que se iniciou o ideário da “Responsabilidade Social” para os dirigentes das empresas. Em 1977, ADCE promoveu o 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas, que teve como tema central o Balanço Social da Empresa. Dois anos depois, a ADCE passou a organizar seus congressos anuais e o Balanço Social começou a ser objeto de reflexão⁵⁴.

No início da década de 1990, mais precisamente em 1991, foi encaminhado um anteprojeto ao Congresso Nacional propondo a publicação do Balanço Social das empresas, porém, não foi aprovado. No ano seguinte, foi publicado pelo Grupo Financeiro Banespa, um relatório divulgando as suas “ações sociais”.

Em 1993, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com o apoio do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que constituiu o marco da aproximação dos empresários com as “ações sociais”. Betinho lançou em parceria com a Gazeta Mercantil quatro anos depois um “modelo” de Balanço Social⁵⁵ e criou o selo do Balanço Social, estimulando as empresas a divulgarem seus resultados na participação social.

Outro símbolo importante desse fenômeno da “ação social das empresas” é o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social que foi fundado em 1998 pelo empresário Oded Grajew. O Instituto afirma ser um elo entre os empresários e as causas sociais e seu objetivo é disseminar a prática da “Responsabilidade Social” empresarial por meio de publicações, experiências, programas e eventos para os

⁵⁴ Foi elaborado em 1984 o primeiro trabalho acadêmico do professor João Eduardo Prudêncio Tinoco, que é uma dissertação de mestrado do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA-USP com o título de: *Balanço Social: uma abordagem socioeconômica da Contabilidade*. (KRAEMER, 2004: 6).

⁵⁵ O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa, reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

No balanço social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

O balanço social é uma ferramenta que, quando construída por múltiplos profissionais, tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta. (<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>, acesso em 12/07/2006.)

interessados na temática. Em 1999, a adesão se refletiu na publicação do seu balanço no Brasil por 68 empresas. No mesmo ano, foi fundado o Instituto Coca-Cola no Brasil, voltado à educação, a exemplo da fundação existente nos Estados Unidos desde 1984.

Toldo (2002) afirma que a Câmara Municipal de São Paulo premiou em 1999, com o selo Empresa Cidadã as empresas que praticaram a “Responsabilidade Social” e publicaram o Balanço Social - e a Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) incluiu em sua premiação o prêmio Top Social. A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança traz como bandeira a erradicação do trabalho infantil, exemplo que atraiu um número crescente de adeptos. A empresa que combate o abuso contra criança ganha o selo Empresa Amiga da Criança.

Dessa forma, Torres apud Kraemer (2004) escreve que para conquistar um diferencial e obter a credibilidade e aceitação da sociedade e das diversas partes interessadas dentro do universo empresarial, além de novas práticas e da publicação anual dos balanços e relatórios sociais / ambientais, as corporações têm buscado certificações e selos na área social. Entre os exemplos brasileiros mais significativos, estão o “Selo Empresa Amiga da Criança” (pela Fundação Abrinq), o “Selo Empresa-Cidadã” (Câmara Municipal da Cidade de São Paulo) e o “Selo Balanço Social Ibase/Betinho” (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas desde 1998).

CAMARGO et al. (2001) afirmam que muitas empresas começaram a divulgar o balanço social principalmente para tornar público o que elas têm feito na área social, pois perante seus clientes isso se torna um fator importante na decisão de compra de seus produtos ou serviços, e também pode ser um diferencial perante seus concorrentes, acionistas, investidores e funcionários.

Dessa maneira, atestam que a empresa que cumpre seu papel social aumenta a capacidade de atrair maior quantidade de consumidores. Pois a sua divulgação funciona como um instrumento de publicidade, constando a política da empresa, a forma como é administrada e quais são os fatores que ela preza. Pode funcionar como uma publicidade da empresa, sendo um aspecto de extrema relevância que pode seduzir empresários e o público em geral.

Com essa identificação temporal baseada numa abordagem evolucionista e endogenista das ações sociais empresariais, reconhecemos que essa análise não possibilita o real entendimento da “Responsabilidade Social” das empresas, a qual

identificamos como um processo novo, atrelado à reestruturação do capital de extrema funcionalidade político-ideológica ao neoliberalismo.

Reconhecemos como uma temática e uma estratégia nova que se inicia em meados da década de 1990 e que se torna cada vez mais hegemônica no mundo empresarial. O assunto também está no seu apogeu no mundo acadêmico⁵⁶, entretanto ainda precisa ser mais explorado e analisado de forma crítica.

Essa temática é discutida nesses meios e é considerada por alguns autores, como um instrumento que oferece à empresa não só bons resultados operacionais, fôlego financeiro, preços competitivos, um bom padrão de atendimento, avançada tecnologia e quadros altamente qualificados, mas também melhoria da qualidade de vida da sociedade do ponto de vista ético, social e ambiental. A partir de uma ênfase no impacto das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem, deve expressar compromisso com a adoção e difusão de valores, conduta e procedimentos que induzam e estimulem o contínuo aperfeiçoamento dos processos empresariais.

Percebemos com uma análise nos *sites* de diversas empresas e institutos⁵⁷ sobre o significado da “Responsabilidade Social” que recebe várias definições e entendimentos. Dentro desse universo seus conceitos têm sido vários e flexíveis, de acordo com a capacidade de compreensão de seus profissionais, não poucas vezes diretamente vinculada à cultura institucional prevalente na empresa. Porém, a caracterização hegemônica é a de que é a “mais nova cultura” das organizações e a maior e mais importante mudança registrada no ambiente corporativo dos últimos anos.

“a nova ética da responsabilidade social”, o espírito da cidadania empresarial (...) veio para superar os efeitos perversos da ética da irresponsabilidade social, dos globalismos ideologizantes, do domínio do dinheiro em estado puro e dos consumismos desenfreados. (MELO NETO & FROES; 2001: 14-15).

A prática brasileira das empresas com “Responsabilidade Social” revela a atuação por meio de projetos próprios ou em parcerias, ao invés da prática de doações. Assim, a empresa busca alavancar e desenvolver o seu negócio, fazendo uso das

⁵⁶ Basta fazer uma busca simplória no *google* e no *scielo* sobre o tema e pode-se identificar como é recorrente nas áreas de economia, administração, contabilidade e outros.

⁵⁷ Nos *sites* do Instituto Ethos, Responsabilidade Social, das empresas Petrobras, Nestlé, Faber-Castell entre outras.

potencialidades do marketing social. No marketing social, as empresas utilizam o seu próprio pessoal de vendas, representantes e distribuidores para orientar seus clientes, como usuários dos serviços sociais que oferecem. Com isso a empresa estreita o seu relacionamento com seus clientes e parceiros (PASSADOR, 2002).

A obtenção de certificados de padrão de qualidade e de adequação ambiental, como as normas ISO, por centenas de empresas brasileiras, também é outro símbolo dos avanços que têm sido obtidos em alguns aspectos importantes da responsabilidade social empresarial. A atuação incansável da *Fundação Abrinq* pelos *Direitos da Criança* pela erradicação do trabalho infantil e a adoção do selo *Empresa Amiga da Criança* por número expressivo de empresas são exemplos vivos do poder transformador da iniciativa privada. (IDEM: 8).

É importante ressaltar, que existem também as "Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais"⁵⁸ que são uma espécie de marco legal regulatório internacional para a atuação de empresas transnacionais que têm origem ou atuam nos países membros da OCDE ou naqueles que são signatários das Diretrizes (como Brasil, Argentina e Chile na América do Sul).

Assim, as empresas transnacionais que atuam no Brasil e as brasileiras que atuam em outros países devem seguir essas diretrizes. Os governos nacionais devem fiscalizar essas diretrizes e criar um Ponto de Contato Nacional (PCN) para acolher críticas, denúncias e moderar o diálogo entre empresas, sindicatos e ONGs.

Além disso, existe a norma SA8000 que foi desenvolvida e é supervisionada pela SAI (*Social Accountability International*, antiga CEPAA) que é uma organização não-governamental, sediada nos Estados Unidos. Foi fundada em 1997, é uma entidade associada ao Conselho de Prioridades Econômicas (*Council on Economic Priorities*), pioneiro na área de "Responsabilidade Social" das empresas.

Essa entidade afirma que a SA8000 é uma norma que visa aprimorar o bem estar e as boas condições de trabalho bem como o desenvolvimento de um sistema de

⁵⁸ "Responsabilidade Social Corporativa: Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais" disponível em: < <http://www.fazenda.gov.br/sain/pcnmulti/diretrizes.asp> > acesso em 25/11/2007.

verificação que garanta a contínua conformidade com os padrões estabelecidos pela norma.

A SA8000 é considerada como um sistema efetivo de implementação, manutenção e verificação de condições dignas de trabalho. Atualmente são mais de 160 empresas certificadas com SA8000 em diversos países, incluindo, entre outros: Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Itália e Brasil⁵⁹. Várias empresas multinacionais nos Estados Unidos e na Europa estão implementando a norma SA8000 e exigindo que seus fornecedores operem dentro desses padrões.

A norma SA8000 apresenta-se como um sistema de auditoria similar ao ISO 9000, que atualmente é apresentado por mais de 300.000 empresas em todo o mundo. Seus requisitos são baseados nas normas internacionais de direitos humanos e nas convenções da OIT. Desenvolvida por um conselho internacional que reúne empresários, ONG's e organizações sindicais, a SA8000 quer incentivar a participação de todos os setores da sociedade na busca de boas e dignas condições de trabalho.

Essa norma tem validade de três anos, devendo a empresa ser auditada a cada seis meses. A base da norma é a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Universal dos Direitos da Criança e a Convenção dos Direitos das Nações Unidas (MELO NETO e FROES, 2001).

Como podemos verificar, existem inúmeros selos, normas, balanços sociais, o que caracteriza que a "Responsabilidade Social" tem sido alvo constante de análises no mundo empresarial. E para além da expressão do aparente compromisso com as causas sociais, incorporou-se o discurso de opção de um "modelo" de gestão, para as grandes, médias e pequenas empresas, que se afirmam sintonizadas com um mundo cada vez mais exigente em relação à dinâmica de seus negócios e à "sustentabilidade sócio-ambiental".

Se formos, entretanto, buscar elementos de identidade para uma empresa "socialmente responsável", tem havido certo consenso ressaltar as que adotam processos que incorporam escuta e negociação com seus parceiros de negócios - internos e externos - fortalecendo uma cultura institucional voltada à "democratização"

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=21>> acesso em 25/11/2007.

das relações de trabalho. Nessa linha e através desses parceiros, as empresas afirmam estabelecerem relações de comprometimento com uma agenda social consolidada por projetos de caráter sustentável, que apontam para a crucial questão da desigualdade de renda no Brasil.

Segundo Orchis et al. (2002), a “Responsabilidade Social” aplicada de forma correta pode melhorar o desempenho e a sustentabilidade da empresa a médio e longo prazo, proporcionando, dentre outros fatores, valor agregado à imagem corporativa da empresa, motivação do público interno, posição influente nas decisões de compras, vantagem competitiva, influência positiva na cadeia produtiva, reconhecimento dos dirigentes como líderes empresarias e melhoria do clima organizacional.

Entretanto, Melo Neto e Froes (1999) afirmam que a partir do momento em que a empresa deixa de cumprir com as suas obrigações sociais em relação aos seus empregados, comunidade, fornecedores, clientes e parceiros, ela perde o seu capital de “Responsabilidade Social”, a sua credibilidade, prejudica sua imagem e ameaça a sua reputação. No âmbito interno pode ocorrer a deterioração do clima organizacional a desmotivação generalizada, o surgimento de conflitos, greves e paralisações, baixa produtividade e aumento de acidentes de trabalho. Esses autores explicam ainda que podem ocorrer prejuízos maiores no campo externo como: acusações de injustiça social, boicote de consumidores, reclamações dos fornecedores e revendedores, queda nas vendas, gastos extras com passivo ambiental e até mesmo risco de falência.

A “Responsabilidade Social” tem sido disseminada entre várias empresas, através daqueles instrumentos que apontamos acima como selos, certificações e a divulgação pela mídia das ações sociais de empresas “responsáveis socialmente”. Para a difusão dessas ações sociais as organizações apostam no *Marketing Social*, que é fundamental para a formação da imagem da instituição.

Algumas pesquisas⁶⁰ apontam que os consumidores apóiam as atitudes das empresas envolvidas com uma causa social, uma instituição ou algum projeto que a empresa tenha interesse em desenvolver. Muitas pessoas estão inclusive dispostas a pagar um preço mais elevado por um determinado produto vinculado a uma razão

⁶⁰ Como a que o Indicador – GFK realizou uma pesquisa do projeto consumo consciente para o Instituto Akatu.

Disponível:http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/Pesquisa_Descobrimdo_o_Consumidor_Consciente_uma_nova_visao_da_realidade_brasileira.pdf – Acesso em 29/11/2007.

social, sendo esses produtos mais convincentes dentre os concorrentes que não apóiam uma causa social.

Esse tipo de pesquisa motiva muitas empresas a adotarem a prática da “Responsabilidade Social”. Uma pesquisa do Ipea (2006) apontou que 90% das empresas pesquisadas afirmam que começaram a investir em ações sociais por acreditarem em melhorar a sua imagem institucional. A ampliação das relações da empresa com a comunidade foi apontada por 74% das empresas como um motivo relevante para ações sociais e 19% acreditam que ser “socialmente responsável” incrementa a lucratividade.

A postura institucional da “empresa socialmente responsável” diante de seus públicos interno e externo é, dessa forma, de grande importância para as empresas competitivas. Para o legado dos empreendedores, as empresas que incorporam seus projetos de “Responsabilidade Social” em um planejamento estratégico, delegando-os a uma equipe multidisciplinar que assuma não só o monitoramento desses projetos, mas a necessária mudança cultural da instituição. E que as habilite como “empresas-cidadãs”, construindo relações com seus parceiros - torna-as “co-responsáveis pelo desenvolvimento social brasileiro”.

No atual cenário empresarial brasileiro não é nada difícil identificar uma empresa que se afirme como “socialmente responsável”⁶¹. É importante verificar que esse assunto já não é mais encarado como modismo e que já existe uma ampla adesão empresarial, mesmo que não exista uma definição única do tema. E os gurus do mercado assumem, que essa nova postura no mundo empresarial não se trata de filantropia e sim no interesse de beneficiar a imagem das empresas e, portanto, otimizar os lucros.

Sem qualquer concessão a ilusões de um ‘novo mercado bonzinho’, falamos de business e dos benefícios que o modelo de gestão da Responsabilidade Social pode propiciar às empresas. Tornando-as ainda mais ricas e perenes sem o ônus do preconceito em relação ao ‘visado lucro’, na medida em que este enriquecimento extrapola sua divisão entre proprietários e acionistas e também incorpora outros agentes envolvidos no processo colaboradores, clientes, consumidores, fornecedores, governos, comunidades e tantos outros. Pode torná-las construtoras conscientes de uma nova realidade nacional, voltada a

⁶¹ Identificamos nos rótulos dos produtos, propagandas na mídia etc.

tornar o Brasil cada vez menos dependente de interferências externas para o seu desenvolvimento econômico e social sustentável, consolidando seu mercado interno e lucros maiores com marcas mais fortes - aqui e no exterior. (ROTHGIESSER, 2006)

De maneira massiva as empresas objetivam demonstrar uma difusão de idéias sobre a “cidadania empresarial”, investimento social, “cidadania participativa”, “Terceiro Setor” e “Responsabilidade Social”, ou seja, um ideário de que agir em benefício da sociedade é importante para o capitalismo, para a democracia, para o desenvolvimento da sociedade e para a própria empresa.

Essas empresas ainda enfatizam a continuidade dessas atividades, devido a esse novo “paradigma” das empresas consistir numa política mundial do mundo empresarial e além do mais, o custo é baixo comparado ao faturamento da empresa, uma vez que, na maioria dos casos, elas se realizam mediante utilização de recursos humanos, materiais e/ou técnicos da própria empresa.

“Responsabilidade Social” empresarial, segundo o Instituto Ethos (2006), é a forma ética e responsável que a empresa desenvolve todas as suas ações, suas políticas, suas práticas, suas atitudes, tanto com a comunidade, quanto com o seu corpo funcional. Enfim, com o ambiente interno e externo à organização, e com todos os agentes interessados no processo. Essa “Responsabilidade Social” surgiu principalmente a partir da conscientização das empresas em participar do ambiente social, uma vez que elas são parte integrante e modificadora do mesmo.

O mundo empresarial percebe nessa estratégia uma forma para aumentar seu lucro e potencializar seu desenvolvimento. Essa tendência decorre da maior “conscientização” do consumidor que, procura produtos e práticas que gerem melhoria para o meio ambiente ou comunidade, valorizando “aspectos éticos” ligados à cidadania. Como consequência, as empresas necessitam desenvolver estratégias competitivas por meio de soluções “socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis” (ASHLEY, 2002). E esse é o lema que “com a responsabilidade social, o lucro é de todos” (jornal *Valor*, 14/06/00, p. A-12.).

Segundo Rothgiesser (2006), consolidar um “modelo” de “Responsabilidade Social” exige grandes investimentos empresariais. Entretanto, não são simplesmente financeiros. Exige atitude, desejo de mudança e consciência de cidadania. Além de

compromisso com seus parceiros de negócios em uma estratégia que incorpore o interesse articulado de todos em direção a sustentabilidade, ou seja, sobre sólido tripé: fortalecimento dos negócios, com “equidade social e com qualidade ambiental”. Assim, afirma que sem a consideração harmônica desses fatores nos processos de tomada de decisão empresarial não há, no cenário internacional, marca ou negócio que se mantenha perene e lucrativo.

As transformações socioeconômicas ocorridas nos últimos anos têm afetado profundamente o comportamento das empresas. Embora a “Responsabilidade Social” seja um conceito em construção, suas práticas são discutidas nos meios acadêmicos e empresariais e podem também ser observadas no comportamento empresarial brasileiro. O envolvimento organizacional das instituições fica claro nos projetos sociais de várias empresas brasileiras que se envolvem cada vez mais no mote da “Responsabilidade Social”.

O comportamento “socialmente responsável” tem se mostrado como um fator diferencial que ajuda a construir e a consolidar a marca da empresa, representando assim, um investimento para a “sustentabilidade” e o sucesso dessas organizações em longo prazo.

Podemos identificar que a “Responsabilidade Social”, como apontamos acima, não é um modismo e sim uma estratégia existente no contexto nacional e internacional das organizações, acarretando para as mesmas, alterações de comportamentos e de “valores”, devendo estar presente nas decisões de seus administradores e balizar seu relacionamento com fornecedores, com colaboradores e principalmente com a sociedade.

Como foi apontado anteriormente a “Pesquisa Ação Social das Empresas” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) realizada em 2004 com empresas de todos os portes sobre a ação social no Brasil revelou que 50% das empresas situadas na região Sudeste e 29% na região Sul do Brasil praticaram “ações sociais”.

Verificou-se também nessa pesquisa que há relação direta entre participação das empresas e o tamanho delas. Dessa forma, 66% das microempresas, 75% das pequenas empresas, 86 % das médias e 94% das grandes têm “atuação social”⁶².

⁶² Na pesquisa do Ipea o tamanho das empresas equivale ao número de funcionário que a empresa possui, ou seja, as microempresas possuem de 1 a 10 trabalhadores, as de pequeno porte tem

Coutinho & Macedo-Soares (1997) apontam que a maior parte das empresas não dispõe de informações sobre o impacto de suas ações sociais. Assim, afirmam que podem ocorrer o desperdício e a redução na eficácia e eficiência das ações. E por isso, as empresas devem estar empenhadas a desenvolverem instrumentos que auxiliem as mesmas a exercerem sua “Responsabilidade Social” de maneira mais eficiente. Em outros termos, cada empresa deve ter a parte social integrada à gestão estratégica de negócios da organização.

A Petrobras pode ser um exemplo dessa integração dos projetos sociais com a gestão estratégica, pois possui inúmeros projetos sociais e os divide em dois grandes programas o *Programa Petrobras Ambiental* que tem 14 projetos ambientais e no programa *Desenvolvimento e Cidadania Petrobras* que tem 13 projetos sociais para “Educação e qualificação profissional”, 14 para “Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho” e 9 para “Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”. Com esses projetos a empresa afirma que é

comprometida com o Desenvolvimento Sustentável. Ao interagir com o meio ambiente e consumir seus recursos naturais, a companhia entende que deve prestar contas à sociedade sobre o impacto de suas atividades na biosfera e contribuir para a melhoria de qualidade de vida da população. Nesse sentido, a empresa tem uma grande responsabilidade socioambiental e investe em programas que, além de defenderem a preservação do meio ambiente, incentivam o desenvolvimento de uma consciência ecológica junto às comunidades

O programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras é resultado de um conjunto de esforços. Elaborado com a participação de membros das diferentes áreas da Petrobras, representantes da sociedade civil e do governo, seu conteúdo reflete o compromisso da empresa em contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, gerando a inserção social, digna e produtiva, de pessoas e grupos que vivem em risco social no Brasil. (PETROBRAS, 2007)⁶³.

de 11 a 100, aquelas de médio porte tem de 101 a 500 e grandes empresas possuem mais de 500. Verifique em http://www.cereja.org.br/pdf/20050608_pesquisa.pdf, a pesquisa do IPEA (A Iniciativa Privada e o Espírito Público - A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil).

63

.<http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/ResponsabilidadeSocial/portugues/index.asp&lang=pt&area=rsa>. Acesso em 07/12/2007

A Nestlé é outro exemplo emblemático, pois possui também diversos projetos como o “*Nutrir*”, no qual o objetivo é que a população aprenda a aproveitar os alimentos disponíveis, contribuindo para reverter o quadro de desnutrição existente.

Qual a melhor maneira de uma empresa exercer sua cidadania? Para a Nestlé, está claro que uma forma eficaz de ser ativa socialmente é compartilhar com a comunidade o melhor de sua especialização e experiência em nutrição. Esse é o propósito do Nutrir, programa de educação alimentar da Nestlé que tem recebido investimento anual de R\$ 1,2 milhão, já capacitou 335 instituições sociais e, somente em 2004, beneficiou 82.400 crianças. (NESTLÉ, 2007)⁶⁴.

Esses são dois exemplos de grandes empresas que utilizam a criatividade, e a chamada “consciência corporativa” – que descobriram formas de aliar as estratégias de suas organizações e a gestão de seus negócios. Percebe-se nesse comportamento que, hoje mais do que nunca, há um fortalecimento dessa idéia da “Responsabilidade Social” das empresas.

2.2. Situação real de algumas empresas com “Responsabilidade Social”

Como verificamos acima as corporações afirmam que suas ações resultam de comportamentos empresariais inspirados na doutrina da “Responsabilidade Social” da empresa, especificamente, nas premissas de que as responsabilidades da empresa devem ir além do círculo dos acionistas e das prescrições legais, devem orientar-se pela “ética” e adequar-se às demandas sociais num dado ambiente sócio-econômico, seja para garantir sua sobrevivência e rentabilidade a médio e longo prazos, ou porque essas são responsabilidades de empresas “cidadãs”, de empresas que têm direitos específicos e obrigações correspondentes, de empresas que devem se interessar por problemas comunitários e contribuir para a sua solução (MELO NETO & FROES; 2001).

⁶⁴

http://www.nestle.com.br/nutrir/htm/frame_imprensa.htm. Acesso em 01/12/2007.

Para esses teóricos, a legitimidade de uma empresa é construída a partir da regulação das relações sociais e da construção de identidades, culturas e convenções. Assim, asseguram que por mais econômica e racional possa parecer a função de uma empresa, o seu sentido social é dado a partir da relação que estabelece com a sociedade.

A literatura empresarial reconhece os danos que a empresa traz para a sociedade, porém afirma ser possível esse quadro ser revertido. Pois, afirmam que a empresa é questionada quando o seu sucesso econômico não tem repercussões sobre o corpo social.

Reconhecem que a sociedade tem questionado a postura das empresas em relação às demissões em massa, às diferentes formas de trabalho precário e aos escândalos envolvendo questões sociais e ambientais. E com o aumento das denúncias pela sociedade, afirmam que as empresas perceberam que era preciso dar uma resposta.

E para eles a resposta das empresas para a sociedade é a “Responsabilidade Social” empresarial que procura ajustar suas operações produtivas e suas relações sociais às expectativas da sociedade.

É notável, que as empresas reagiram quando perceberam que suas marcas líderes poderiam ser afetadas pelos movimentos sociais de denúncias, pondo em risco sua imagem junto aos consumidores, com conseqüências danosas para o desempenho de suas vendas.

Diante desse movimento, asseveram que as empresas devem seguir “ética e moralmente” “padrões mínimos de conduta”. Esses teóricos dizem que as corporações devem atuar atreladas aos órgãos reguladores e aos organismos “multilaterais”⁶⁵.

Pois assim, as grandes corporações com “Responsabilidade Social” terão o comportamento o mais próximo possível de um “padrão universal de conduta”, que seja assimilado simultaneamente por fornecedores, consumidores, órgãos reguladores e por todos da cadeia produtiva.

Sabemos que a “Responsabilidade Social” das empresas é uma estratégia defensiva às ações e aos movimentos sociais que de longa data denuncia as

⁶⁵ Como a Organização Internacional do Trabalho, por exemplo.

conseqüências negativas das empresas. Porém, esse mote não tem apenas essa função, e veremos a seguir sua mistificação.

Mas, em relação aos efeitos que as empresas trazem para o conjunto da sociedade, a “Responsabilidade Social” serve como uma “cortina de fumaça” para esconder as formas brutais de extração do excedente e também o desrespeito às legislações trabalhista, ambiental e ao consumidor.

Visto que existem diversas grandes corporações com “Responsabilidade Social” ou possuem o selo ou certificado de empresa “socialmente responsável”, mas em sua cadeia produtiva ou no produto final existem algumas irregularidades como o “trabalho escravo por dívida”, o trabalho infantil, a redução salarial e dos direitos trabalhistas, a degradação ambiental, a maquiagem de produtos entre outras coisas que não condizem com a “ética e a moral dos padrões mínimos de conduta”. Tudo isso se apresenta de forma aparentemente contraditória, meramente formal, porque sabemos que o discurso da “Responsabilidade Social” é também de legitimação.

O tema da “Responsabilidade Social” aparece para os gurus do mercado, como o resultado do choque entre a “globalização” levada a cabo pelas grandes corporações e a “reação da sociedade civil” contra suas conseqüências negativas no âmbito da precarização dos direitos trabalhistas, sociais e da legislação ambiental.

Primeiramente, isso demonstra uma grande incongruência com a análise evolucionista e endogenista que eles fazem a respeito da “Responsabilidade Social”, pois para nós infirma a periodização que eles fazem das ações sociais das empresas até a “Responsabilidade Social”.

E em segundo lugar, entendemos que a “Responsabilidade Social” trata-se de uma estratégia política, ideológica, cultural e social para encobrir as irregularidades existentes seja no setor produtivo, seja no comercial ou até mesmo no produto final. Porque com o avanço tecnológico podemos hoje acompanhar os acontecimentos de todos os lugares do mundo pela mídia ou pela internet. E ainda tem a função de legitimar essa “nova cultura” de solidariedade e parceria, a partir da contra-reforma do Estado.

Apresentamos o discurso hegemônico da “Responsabilidade Social”, e agora demonstraremos algumas irregularidades existentes na cadeia produtiva e comercial de algumas corporações que se tenta escamotear com a aparente “ética” nos negócios.

Trabalho escravo

O conjunto de trabalhadores libertados de situação análoga à escravidão⁶⁶ pelo grupo móvel de fiscalização alcançou 5.877 trabalhadores em 2007, de acordo com informações divulgadas no dia 16 de janeiro de 2008 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Trata-se do maior número de pessoas libertadas desde 1995, quando esse tipo específico de fiscalização iniciou suas atividades. Os dados de 2007 suplantaram o recorde anterior estabelecido em 2003, ano em que 5.223 trabalhadores foram libertados.

A ocorrência de operações (110), os pagamentos de indenização (R\$ 9,8 milhões) e o total de autos de infração lavrados (3.075) em 2007 também superaram as marcas dos anos anteriores. Foram 197 fazendas fiscalizadas em 2007, número inferior que as 275 visitadas pelo grupo móvel em 2004. O número de trabalhadores que tiveram a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada por intermédio do grupo móvel no ano passado foi de 3.497, menos que a soma de 6.137 registros efetivados em 2003.

Segundo a *Agência de Notícias Repórter Brasil*, a somatória recorde de 110 operações realizadas em 2007 foi atingida mesmo com as mais de três semanas de paralisação (entre 21 de setembro e 15 de outubro) do grupo móvel durante o ano. A Secretaria de Inspeção de Trabalho (SIT) do MTE decidiu suspender as atividades

⁶⁶ Informações recentes revelam que as relações de trabalho empregadas por grandes empresas que, desde o período da ditadura militar, vêm atuando na agricultura brasileira, baseiam-se no uso de práticas não condizentes com aquelas referentes ao assalariamento e à venda livre da força de trabalho. Além das publicações do Ministério do Trabalho, CPT (Comissão Pastoral da Terra), Pastoral dos Migrantes, ISA (Anti-Slavery International), e outros organismos, alguns autores já se debruçaram sobre esta questão (Esterci, 1994, 1999; Martins, 1994; Resende Figueira, 1999, 2004).

Como não se trata exatamente da modalidade de escravidão que havia na Antiguidade greco-romana, ou da escravidão moderna de povos africanos nas Américas, em geral o termo escravidão veio acrescido de alguma complementação: "sem", "branca", "contemporânea", "por dívida", ou no meio jurídico e governamental, com certa regularidade se utilizou o termo "análoga", que é a forma como o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB) designa a relação. Também têm sido utilizadas outras categorias [nomenclaturas] para designar o mesmo fenômeno, como "trabalho forçado", que é uma categoria mais ampla e envolve diversas modalidades de trabalhos involuntários, inclusive o escravo. (REZENDE FIGUEIRA, 2004: 35).

Resende Figueira (2004) caracteriza como *trabalho temporário sob coerção, como pretexto de dívida, existente com muita regularidade em empresas agropecuárias, principalmente desde os anos 1960*.(IDEM: 34).

durante esse período em decorrência da pressão exercida por uma comissão formada por senadores que tentou deslegitimar a ação do grupo móvel realizada no final de junho na fazenda e usina Pagrisa, em Ulianópolis (PA), ocasião em que 1.064 trabalhadores rurais foram libertados.

Essas ocorrências aparentemente contraditórias podem ser entendidas no atual contexto de nova configuração do modo de produção capitalista, um regime de “acumulação flexível” (HARVEY, 2004), onde as formas de produção incorporam o *toyotismo* como uma das principais características, no qual há uma extrema precarização das relações de trabalho e flexibilização das relações de produção, como as terceirizações. Nessas constatamos a exacerbação da exploração da mão-de-obra, a exemplo disso, são algumas grandes indústrias que, conforme esse novo padrão, terceirizam sua produção, são denunciadas freqüentemente de exploração de formas ultrajantes de trabalho.

Esses empresários diminuem os custos e ignoram os direitos trabalhistas para embolsar posições nesse cenário de grande concorrência. Os intermediários da cadeia produtiva e exportadores nem sempre têm consciência desse crime. Sob o ponto de vista legal, esses intermediários, varejistas e exportadores não possuem responsabilidade pelos seus fornecedores.

Constata-se na cadeia produtiva⁶⁷ ou até mesmo no setor de serviços⁶⁸ de

67

A praga do trabalho escravo, que ainda existe no Brasil mais de um século depois da Abolição, pode envolver um número de trabalhadores que vai engrossar os 25 mil admitidos oficialmente. E não está presente apenas nas profundezas da Amazônia, em regiões de fronteira agrícola. A CPI da Câmara dos Vereadores de São Paulo, instalada em março de 2005, cujo relatório foi publicado em fevereiro de 2006, mostrou que uma realidade extremamente grave em plena capital paulista, envolvendo empresas modernas como as lojas Marisa, Riachuelo a C&A, algumas das quais inclusive patrocinam projetos sociais. Elas estão sendo investigadas pelo Ministério Público do Trabalho a partir das irregularidades reveladas pela CPI.

O trabalho escravo contemporâneo envolve entre outras coisas o aliciamento de trabalhadores com promessas de bons salários; a cobrança taxas e valores, como ferramentas, alimentação e alojamento, gerando uma dívida crescente que o trabalhador não consegue pagar e se torna o instrumento da dependência pessoal do trabalhador ante o patrão; o isolamento do trabalhador nos locais de trabalho, com o uso da violência física, ameaças ou a retenção de seus documentos pelo patrão, impedindo sua circulação.

Esta realidade das fazendas da fronteira agrícola que exploram trabalho escravo está presente em muitas oficinas de costura da capital paulista, o coração financeiro da América Latina, oficinas que são elos das cadeias produtivas cujo ponto final é, quase sempre, formado por grandes redes de destaque no mundo da moda.

Nelas, a imensa maioria destes trabalhadores é formada por bolivianos que migraram em busca de melhores condições de vida. Mas, tendo entrado clandestinamente no Brasil, acabam sendo explorados duramente. Eles trabalham de forma irregular, sem carteira assinada, equipamento de proteção, assistência médica. Vivem anonimamente, temendo a extradição, vítimas do preconceito e sem qualquer garantia social ou trabalhista. Segundo a Pastoral do Migrante, há entre 600 mil a 700 mil latino-americanos na capital paulista, dos quais 40% em situação irregular. Os bolivianos são a maioria (200 mil), dos quais apenas 80 mil em situação regular; pior que isso: segundo a Pastoral, 12 mil vivem em situação de escravidão.

Na ponta da cadeia produtiva, a C&A. As relações de trabalho nessas oficinas de confecção são um exemplo do cenário de terceirização, desregulamentação e fim da legislação trabalhista, que é o sonho dos neoliberais. O poder do capital, agindo livremente, esmaga os trabalhadores e os submete às mais precárias e vexatórias condições de trabalho e exploração. E o que ocorre em muitas daquelas oficinas.

São oficinas de confecção que também funcionam, muitas vezes, em situação ilegal, em porões, apartamentos e outros lugares improvisados, fechados, sem circulação do ar ou luz do dia. Em muitas, o espaço é dividido por paredes de madeira, isolando os trabalhadores para que não se organizem e exijam melhores salários ou condições de trabalho.

Não há segurança ou higiene. Muitas vezes, quando o patrão sai, tranca a porta pelo lado de fora, para impedir a saída dos trabalhadores. As jornadas diárias de trabalho chegam a até 16 horas. O pagamento é feito por peça produzida, à base de 0,50 centavos a um real por peça; cada trabalhador consegue costurar aproximadamente trinta peças por dia. Mas dificilmente consegue receber mesmo esse salário escasso: cerca de dois terços do valor fica com o patrão, para reembolsar gastos com refeições - café da manhã, almoço e jantar, que duram uns 20 minutos cada uma - além de água, luz e moradia.

Escravidão por dívida. No final o trabalhador afunda em dívidas e na dependência do patrão, em situação que pode ser caracterizada como de escravidão por dívida. Para controlar os empregados, os patrões ameaçam entregá-los à Polícia Federal (PF). Muitas vezes, usam de violência física contra eles. Ou mantendo os documentos do trabalhador em seu poder.

Em uma fiscalização realizada em 2004, as autoridades libertaram 32 bolivianos que estavam nessa situação, cumprindo jornadas diárias de 14 horas para ganhar, em média, R\$ 300,00 por mês. Estes trabalhadores são o esteio da cadeia produtiva que vai das oficinas ilegais às grandes redes de lojas, entre elas uma das mais tradicionais e conhecidas do mundo, a holandesa C&A, com sede na Alemanha e que faturou na Europa, só em 2005, 5,2 bilhões de euros. Ela tem 113 lojas no Brasil, que estão as mais rentáveis que tem no mundo, e sua principal atração são preços competitivos e uma forte estratégia de marketing.

É a exploração daqueles trabalhadores que lhe permite vender a preços baixos com grandes lucros. A C&A é abastecida por cerca de 200 oficinas de confecção, 80 das quais investigadas pelo Ministério Público por suspeita de usar trabalho ilegal. Elas repassam o trabalho para oficinas clandestinas, quase sempre localizadas nos bairros paulistanos do Pari, Vila Maria e Bom Retiro, e que

diversas corporações a existência de trabalhadores em situação análoga à de escravo. Além disso, esses grandes latifundiários e empresários que utilizam “o trabalho escravo por dívida” possuem um grande respaldo político⁶⁹. Como a bancada ruralista, que no Congresso Nacional, consegue travar o andamento dos projetos de leis fundamentais,

muitas vezes terceirizam ou quarteirizam as encomendas que recebem da multinacional. Em muitas delas a Polícia Federal encontrou etiquetas da C&A, que são as principais provas de sua relação com a exploração desse trabalho ilegal.

Essa suspeita é reforçada pela presidente do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, Eunice Cabral. Segundo ela as oficinas são dominadas com mão de ferro pela C&A. "Os empresários do setor formalizado", diz, "reclamam que a C&A só falta tirar o sangue deles. Às vezes, eles nem têm condições de produzir", e repassam o trabalho para outras oficinas. É aí que entram as clandestinas e seus baixos preços possíveis pela ultraexploração do trabalho.

Este é o cenário onde o trabalho, exercido à margem da lei, é um exemplo enfático da desregulamentação que os neoliberais querem e chamam de "modernidade".

É uma modernidade falsa, que já foi denunciada há mais de cento e cinquenta anos por Karl Marx nas páginas d'O Capital em que descreve o trabalho das costureiras de Londres, submetidas a jornadas de 13 ou até 16 horas diárias, com salários extremamente baixos, trabalhando em locais insalubres. Um relatório oficial do governo inglês, citado por ele, dizia que entre as trabalhadoras das melhores oficinas, só havia uma saudável em cada grupo de vinte. Situação que o próprio jornal Morning Star, órgão dos defensores do livre-câmbio, denunciou na época, com veemência, ao registrar a morte por exaustão de uma trabalhadora: "nossos escravos brancos são lançados ao túmulo e agonizam e morrem em silêncio". ("Trabalho escravo: tirando o sangue" por José Carlos Ruy, disponível em: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=6445> - Acesso em 02/02/2008).

⁶⁸ *A Telemar foi condenada pela Justiça do Trabalho de Cabo Frio a indenizar em R\$ 1,5 milhão a coletividade do trabalho, pela situação degradante que uma de suas empresas terceirizadas impôs a 12 trabalhadores na cidade. Essa é a segunda condenação contra a Telemar pelo mesmo motivo: manter trabalhadores em condições análogas à de escravos.*

Os operários foram encontrados alojados em um depósito de material para instalação de cabos telefônicos, em junho de 2004. Trazidos do Paraná pela empresa Fatcel, não tinham a carteira assinada. Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), havia desconto do material usado no trabalho e de custos do alojamento, e a jornada era excessiva.

Além da Telemar, a ETE Telecomunicações, prestadora de serviço da Telemar em 2004 que "quarteirizou" o serviço de cabeamento, foi condenada a pagar R\$ 200 mil de indenização, assim como a empresa que trouxe os trabalhadores do Paraná, a Fatcel.

A Telemar, em nota, diz que não feriu o direito dos trabalhadores e que fiscaliza seus fornecedores: "A companhia não reconhece os fatos narrados e vai recorrer em instância superior. A empresa esclarece ainda que jamais houve condenação em definitivo na Justiça do Trabalho contra ela a respeito de trabalho degradante". A ETE diz que também vai recorrer e que a fiscalização do Ministério do Trabalho constatou condições regulares nos alojamentos. Os responsáveis pela Fatcel não foram encontrados.

A Telemar foi condenada em março de 2005 a pagar R\$ 24 milhões de indenização pela mesma situação. O MPT já ingressou com quatro ações civis públicas contra a companhia pelo mesmo motivo. Duas já tiveram sentença em primeira instância favoráveis ao MPT. ("Telemar pagará R\$ 1,5 milhão por trabalho degradante", disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/clipping.php?id=120> - Acesso em 05/05/2007).

⁶⁹ *No início de 2004, a notícia do assassinato de três fiscais do Ministério do Trabalho, além do motorista, em Unai/MG foi mais um revelador da face oculta das relações de trabalho no agronegócio, sobretudo porque dentre os suspeitos, encontram-se dois grandes plantadores de feijão da região, Antério e Norberto Mânica (Folha de S. Paulo, 21 de agosto de 2004, p.A10). Por outro lado, a opinião pública no mês de outubro, novamente se indignou diante de outra notícia, segundo a qual, um dos suspeitos, Antério Mânica, embora preso, havia se candidatado a prefeito desta cidade e vencido as eleições com cerca de 72% dos votos, e, em seguida, por meio da concessão de *habeas corpus*, havia sido colocado em liberdade. No entanto, além do assassinato dos fiscais do trabalho em Unai/MG, há outras denúncias de trabalhadores escravizados na região sudeste, no estados de S. Paulo e Rio de Janeiro, recentemente publicados pela grande imprensa.*

como a proposta de emenda constitucional⁷⁰ que prevê o confisco das terras em que o “trabalho escravo” for encontrado.

A “*ilusão jurídica*”⁷¹ é algo inerente à sociedade do capital, o que favorece esses inúmeros empresários na violação das leis em prol da acumulação, e por isso temos várias figuras políticas⁷² envolvidas com esse crime.

Existem ainda, diversas iniciativas ou projetos de ONG’S em parceria com órgãos transnacionais (como a OIT), que visam a erradicação do trabalho escravo, a partir de selos sociais, ou como a lista do *Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo*⁷³ lançado em maio de 2005, na qual 84 empresas são signatárias⁷⁴, sendo que 9 dessas estão envolvidas com o “trabalho escravo” em sua cadeia produtiva. O que contraditoriamente se propõe essa lista, que é o comprometimento dessas grandes empresas com a sua cadeia produtiva.

O Pacto foi construído com a inclusão de medidas como: restrições comerciais e financeiras às empresas e/ou pessoas que fizerem uso de condições de trabalho caracterizadas como escravidão; regularização das relações trabalhistas nas cadeias produtivas; apoio a ações de informação aos trabalhadores mais vulneráveis ao aliciamento; treinamento e aperfeiçoamento profissional de trabalhadores libertados; monitoramento das iniciativas adotadas e avaliação da aplicação das medidas em um ano. Porém, permanecem as denúncias sobre a violação às leis trabalhistas, formas análoga à de escravo.

Outro exemplo dessa contradição, relatado no jornal *A Folha de São Paulo* de setembro de 2004, foi o caso do Grupo José Pessoa, que recrutou 500 trabalhadores no Vale do Jequitinhonha/MG para trabalhar, em condições análogas à de escravo, na

⁷⁰ A Proposta de Emenda Constitucional 438/2001 estabelece nova redação ao art. 243 da Constituição Federal *pena de perdimento de gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo, revertendo a área a projetos de reforma agrária.* (REZENDE FIGUEIRA, 2004: 47).

⁷¹ Verifique em MÉSZAROS (1993: 204-206) ou na nota 11 deste trabalho.

⁷² No Rio de Janeiro, por exemplo, o presidente da ALERJ (Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro), Jorge Sayed Picciani, está em processo de julgamento porque, em junho de 2003, uma ação de um grupo móvel de fiscalização libertou 39 trabalhadores de sua fazenda, no estado do Mato Grosso. Outro exemplo foi o senador João Ribeiro (PFL-TO), condenado pela Vara do Trabalho do município de Redenção, sul do Pará, por aliciar 38 trabalhadores rurais e sujeitá-los à condição de escravos em sua fazenda, chamada Ouro Verde, localizada no município de Piçarra, no mesmo estado.

⁷³ O Instituto Ethos, OIT e o Governo Brasileiro deram início ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, esse que para os empresários, distingue-se das ações governamentais por representar o esforço voluntário das empresas e demais entidades signatárias para dignificar, formalizar e modernizar as relações de trabalho em todos os segmentos econômicos no Brasil.

⁷⁴ Última atualização da lista das empresas que compõe o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo foi em 26 de maio de 2006.

Usina Santa Cruz - Campos/RJ. A partir da denúncia, o Grupo José Pessoa, o qual o seu presidente é também conselheiro consultivo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, perdeu o selo *Balanço Social/Betinho*.

Ainda assim, o grupo estava inserido na lista do Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e foi autuado mais uma vez em novembro de 2007 pela equipe móvel de fiscalização formada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal que encontrou 831 trabalhadores indígenas em condições degradantes de serviço na fazenda e usina de cana-de-açúcar Debrasa - unidade da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (CBAA), em Brasilândia (MS), ligada ao Grupo José Pessoa⁷⁵.

Diante dessa denúncia, o Comitê de Monitoramento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo comunicou que estão temporariamente suspensas da lista de signatários as empresas Agriholding, Agrisul Agrícola Ltda, Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool e Jotapar, do grupo José Pessoa⁷⁶. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a precariedade do alojamento dos trabalhadores indígenas causou espanto à equipe de auditores, com cubículos que pareciam celas de prisão, paredes cobertas de mofo e colchões sujos. O lixo estava jogado pelo alojamento e o sanitário disponível, entupido, não apresentava condições de uso. O esgoto corria a céu aberto, o calor e a umidade dentro dos blocos, aliadas à concentração de insetos, dificultavam o descanso dos trabalhadores, que acordavam diariamente às 4h da manhã. O procurador do Trabalho presente na operação confirmou que as condições encontradas eram extremamente degradantes.

Segundo a fonte online *Agência de notícias Repórter Brasil*⁷⁷, dias antes da data em que sairia da “lista suja”, a fazenda da família do empresário, em Mato Grosso, Sebastião Douglas Xavier foi flagrada pela terceira vez com trabalhadores em condições análogas à de escravidão. A propriedade de Xavier - dono do grupo de frigoríficos Quatro Marcos, que exporta para Europa, América, África e Ásia - ficará fichada pelos próximos dois anos.

Existem empresas e bancos europeus consultando a “lista suja” antes de liberar

⁷⁵ <http://www.reporterbrasil.com.br/pacto/noticias/view/9> - Acesso em 10/12/2007.

⁷⁶ Conforme nota de esclarecimento, do dia 07/12/2007, do Instituto Ethos, o José Pessoa de Queiroz Bisneto (presidente do Grupo José Pessoa) foi suspenso do Conselho Consultivo da entidade. Verifique em: http://www.maxpressnet.com.br/e/ethos/ethos_07-12-07.html - Acesso em 10/12/2007.

⁷⁷ <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=460> – Acesso em 12/12/2006.

crédito e fechar negócios com o Brasil. Um exemplo disso é a resposta de entidades européias à postura assumida pela exportadora de soja Amaggi.

O grupo Amaggi⁷⁸ é alvo de ONGs nacionais por expandir suas plantações em solo amazônico, a imagem da corporação pode piorar ainda mais no plano internacional. Porque no início do mês de novembro de 2005, a International Finance Corporation, do Banco Mundial, recebeu um documento de ONGs européias com o pedido de suspensão de financiamentos à empresa brasileira. Um dos argumentos é que a exportadora admitiu ter, entre seus fornecedores, duas fazendas das quais haviam sido libertados 84 escravos.⁷⁹

Podemos afirmar diante das inúmeras denúncias, - apenas pontuamos algumas - que as condições de trabalho que os trabalhadores são submetidos nada têm de semelhante ao que a “Responsabilidade Social” empresarial afirma estabelecer.

Trabalho infantil

Como indicamos anteriormente, existem diversos selos que certificam empresas que não usam trabalho infantil, um exemplo brasileiro é o Selo Empresa Amiga da Criança concedido pela Fundação Abrinq. Porém como no caso acima, há inúmeras acusações de trabalho infantil de grandes corporações que possuem vários projetos sociais para crianças e adolescentes.

A organização International Labour Rights Fund⁸⁰, com sede em Washington DC., entrou com uma ação contra três grandes corporações de alimentos - a Nestlé, a Cargill e a Archer Daniels Midland. As empresas são acusadas de ignorarem as condições de trabalho em plantações na África, das quais compram cacau.

A International Labour Rights Fund informa que as três empresas ignoraram as advertências repetidas e bem documentadas ao longo dos últimos anos de que fazendeiros estavam usando crianças como trabalhadores escravos em plantações de

⁷⁸ Grupo André Maggi tem como sócio o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi – PPS.

⁷⁹ <http://upcbrasilmt.blogspot.com/2005/12/modernidade-do-brasil-em-mato-grosso.html> - Quarta-feira, Dezembro 07, 2005. É importante ressaltar que depois dessa denúncia em 16 de dezembro de 2005 o Grupo André Maggi assinou o Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo para não perder financiamentos.

⁸⁰ Para maiores informações sobre essa organização entre nesse site: <http://www.laborrights.org/>

cacau⁸¹. Mais de 70% do mercado mundial de cacau, que movimenta 3,6 bilhões de euros, se origina da África Ocidental. O cacau é plantado em cerca de 1,5 milhão de propriedades familiares de pequeno porte e mais de 10 milhões de famílias africanas dependem dele para a subsistência. Na Costa do Marfim, o produto responde por mais da metade da renda familiar.

A questão do trabalho infantil nesse setor tenta ser controlada a partir do Protocolo Harkin-Engel⁸², assinado em 2001 pelos representantes da indústria de chocolate e cacau para erradicar as piores formas de trabalho infantil. A idéia por trás do acordo é desenvolver um padrão voluntário de certificação pública das indústrias, monitorado por setores não-industriais, que acabe com essas condições de trabalho e garanta que as crianças trabalhadoras não prejudiquem sua educação.⁸³

O prazo final para completar o sistema de certificação era 1º de julho de 2005, mas expirou e o sistema ainda não está funcionando. Segundo a indústria do setor, o compromisso em produzir uma certificação ainda está presente e alguns passos já foram cumpridos⁸⁴.

A mesma organização também denunciou em seu site⁸⁵ por uso de trabalho infantil na cadeia produtiva na Índia a grife internacional GAP, que no site da empresa apresenta a frase “At Gap Inc., social responsibility is fundamental to who we are and how we operate as a company”⁸⁶.

⁸¹ Isso porque a Nestlé lançou um documento **The Nestlé Commitment to Africa** (*O compromisso da Nestlé com a África*) sobre suas ações no segundo maior continente do planeta. O relatório trata de questões econômicas e sociais da empresa no mercado em que efetivamente atua desde 1927, quando inaugurou sua primeira fábrica. Hoje, a Nestlé emprega diretamente mais de 11.500 pessoas e possui cerca de dez mil fornecedores e distribuidores na África. (...) O relatório tem o objetivo de mostrar como a Nestlé preocupa - se em participar positivamente nas sociedades em que está inserida, neste caso a África. Segundo o Sr. Brabeck, a Nestlé procura contribuir com a estabilidade e o crescimento econômico do continente africano por meio de diversas ações, detalhadas no relatório divulgado. (http://www.nestle.com.br/PortalNestle/matrixcontainer/Default.aspx?_MXMainLoaded=6166 - acesso em 29/11/2007).

⁸² *El Protocolo Harkin Engel prescribe una estrategia general, de seis puntos, orientada a resolver problemas, junto con un proceso sujeto a límites de tiempo para eliminar, de modo creíble, el uso de trabajo infantil abusivo o trabajo esclavo en la producción de semillas de cacao y productos derivados del cacao en los países de Africa Occidental.* (<http://usinfo.state.gov/journals/ites/0505/ijes/harkin.htm> - acesso em 30/11/2007).

⁸³ Ou seja, não se descarta a possibilidade dessas crianças trabalharem.

⁸⁴ <http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index.php?option=content&task=view&id=264&Itemid=89> - Acesso em 22/11/2007.

⁸⁵ Verifique no site http://www.laborrights.org/press/sweatshops/GAPchildlabor2_ilrfr_103107.pdf - Acesso em 25/11/2007.

⁸⁶ *A responsabilidade social é fundamental a quem nós somos e a como nós nos operamos como uma companhia.* Disponível em: <http://www.gapinc.com/public/SocialResponsibility/socialres.shtml> - Acesso em 08/12/2007.

É recorrente a exploração de crianças na cadeia produtiva das multinacionais. Em fevereiro de 2006, uma reportagem do Observatório Social mostrou como a exploração do trabalho infantil em minas de talco, na região de Ouro Preto (MG), entrava na cadeia produtiva de diversos produtos fabricados pelas multinacionais.

Em agosto uma liminar da Justiça do estado de Minas Gerais mandou apreender a revista em que foi publicada a denúncia, atendendo o pedido do Ministério Público. A alegação é que a reportagem e as fotos teriam sido "forjadas", expondo as crianças a constrangimento e causando prejuízos à comunidade. O grupo Observatório Social considerou a liminar um ato de censura e recorreu da decisão.

Em outubro a reportagem recebeu menção honrosa no Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, o mais importante do gênero no país. Em novembro o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Minas Gerais confirmou a autenticidade da denúncia. Também intimou as multinacionais Basf, Faber-Castell e ICI Paints a firmar compromisso de monitoramento de seus fornecedores⁸⁷.

Um ano depois da denúncia de trabalho infantil na cadeia produtiva do talco, o jornal *O Globo* divulgou esse caso brasileiro em seu caderno de responsabilidade social⁸⁸. O jornal informa que Basf, Tintas Coral e Faber-Castell, apontadas pela reportagem do Observatório Social como compradoras da matéria-prima, serão intimadas, pelo Ministério Público do Trabalho, a assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

A extração do minério usa trabalho infantil, prática criminosa, pois fere o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e diversas normas internacionais ratificadas pelo Brasil. A prática também rebate com o princípio da "Responsabilidade Social" empresarial (que essas empresa têm), que não admite trabalho infantil em qualquer uma das etapas da cadeia produtiva de uma mercadoria.

As transnacionais Basf, Faber-Castell e ICI Paints são as principais compradoras do produto, extraído de forma ilegal e mediante exploração de trabalho infantil. A Basf

87

<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index2.php?option=content&task=view&id=1156&pop=1&page=0>- acesso em 22/11/2007. Dados obtidos pela reportagem do site do Observatório Social.

88 http://www.observatoriosocial.org.br/portal/images/stories/documentos/oglobo_080107.pdf - Acesso em 22/11/2007. A reportagem no jornal *O globo* saiu no dia 08 de janeiro de 2007.

compra o talco para usar na fabricação das tintas Suvinil; a ICI fabrica com ele as tintas Coral e a Faber-Castell usa na composição do giz de cera.

O elo entre as transnacionais e o trabalho infantil são as empresas Minas Talco e Minas Serpentinito. Elas operam clandestinamente na Mata dos Palmitos, pois não têm autorização de lavra expedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Beneficiam-se do trabalho infantil por intermédio de atravessadores que usam crianças para empilhar pedras de talco.

A Basf, até o momento, não reconhece a existência do problema. Tintas Coral e Faber-Castell romperam relações com os fornecedores de talco, tomaram medidas para reforçar o controle da cadeia produtiva e repudiaram com veemência o uso de trabalho infantil. A reportagem também mostra que a empresa Minas Talco, que pagava pelo minério empilhado pelas crianças, admite, pela primeira vez, que não tem nenhum tipo de controle sobre a cadeia produtiva.

Nessa mesma região de Ouro Preto atua uma das maiores ONGs do Brasil - Mãos de Minas – que prega a defesa dos direitos humanos, porém vende produtos fabricados mediante a exploração do trabalho infantil. Na prateleira dedicada à pedra-sabão, os materiais expostos são todos de Mata dos Palmitos. O preço sofre um reajuste de cerca de 1000% em relação ao que é cobrado no local de produção e revende as peças artesanais produzidas pela exploração do trabalho infantil, como os pequenos potes cujo acabamento é dado por meninos e meninas que têm diversas funções na cadeia produtiva do artesanato.

A ONG integra o Grupo de Desenvolvimento, do qual também faz parte o Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor (Centro Cape). Em 2005, a organização realizou um projeto intitulado “Mapeamento do Artesanato Mineiro”, um levantamento de dados econômicos e turísticos dos 532 municípios de Minas Gerais. Com o objetivo de formatar um projeto estadual de políticas públicas e de desenvolvimento do setor. Em nenhum momento o levantamento da ONG preocupou-se em identificar a ocorrência de trabalho infantil na cadeia produtiva do artesanato. Outra organização que faz parte do Grupo de Desenvolvimento é o Instituto Terra Brasilis que desenvolveu em parceria com o Centro Cape uma pesquisa da atividade de exploração de pedra-sabão na região de Ouro Preto e Mariana, nos aspectos

referentes à questão mineral/ ambiental e sócio-econômica. Mais uma vez foi desconsiderado a avaliação se existia exploração do trabalho infantil.⁸⁹

Trabalho Irregular - a superexploração

Assim, como há inúmeros casos de denúncias de trabalho infantil e “trabalho escravo por dívida”, as terceirizações das grandes corporações desencadeiam vários contratos temporários, precários, em que diversos trabalhadores não possuem seus direitos regulamentados pela CLT.

Existem diversas denúncias como o caso da multinacional Weckerle do Brasil⁹⁰ que abastece marcas como Avon, L’Oréal, Max Love e Natura, foi acusada de jornada ilegal – de 12 horas por dia sem descanso semanal – e assédio moral. Situação recorrente na contemporaneidade, decorrentes dos efeitos da reestruturação produtiva, que trouxe a “flexibilização” nas relações de produção com as terceirizações, que conseqüentemente precarizou as relações trabalhistas.

Segundo a agência de notícias *Repórter Brasil*⁹¹, dos 98 milhões de empregados contratados pelas corporações transnacionais atualmente, 39,3 milhões (40%) exercem atividades terceirizadas. Dos 52 milhões de empregos novos gerados por essas mesmas companhias entre 1978 a 2006, 40 milhões resultaram de terceirização do trabalho.

Em complemento a esses dados, uma pesquisa realizada em apenas 33 países selecionados do mundo identificou a existência de 76,5 mil empresas especializadas na terceirização de força de trabalho. Em 2006, o grupo que reúne as 29 maiores que atuam na área respondeu por dois terços do total de faturamento mundial do setor.

O fenômeno de crescimento altamente concentrado da terceirização no mundo, em que os interesses das grandes corporações internacionais se combinam perfeitamente com a expansão de empresas especializadas nesse segmento da

⁸⁹ A ocorrência de trabalho infantil na pedra-sabão é assunto recorrente em Ouro Preto, tanto que o governo federal atende uma parte das famílias com o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho infantil).

⁹⁰ Notícia disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/imprimir.php?id=1265&escravo=0> - Acesso em 30/01/2008.

⁹¹ <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1287> - Acesso em 12/02/2008.

economia, é o objeto de um estudo encomendado pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (Sindeepres) ao economista Márcio Pochmann, atual presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor licenciado do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O estudo assinado pelo economista sublinha a ocorrência de uma "generalização do padrão asiático de trabalho - cada vez mais associado à elevada rotatividade, à contida remuneração e à longa jornada de trabalho". "Esse tipo de terceirização da mão-de-obra não se apresenta como imperativo de modernização das condições gerais de produção no início do século XXI. Pelo contrário, pode assemelhar-se ao retrocesso das conquistas alcançadas até o momento.

Conforme o estudo, nos próximos dez anos, em função do avanço da terceirização dos contratos de trabalho, o setor de serviços deverá continuar ampliando a quantidade de postos de trabalho, seguido do setor produtor de bens de manufatura. As grandes corporações devem manter a mesma linha de expansão verificada nas duas últimas décadas, e deve criar cerca de 6,7 milhões de novas ocupações anuais por força da terceirização transnacional, que equivalem a 15% das ocupações abertas ao ano em todo o mundo.

Segundo Genival Beserra Leite, presidente da Sindeepres, a categoria ainda enfrenta o problema do ponto de vista legal, já que não existe um estatuto específico para os trabalhadores terceirizados, que geram dilemas da capacidade de atuação e reposicionamento do sindicalismo, outro tema fundamental quando o assunto é terceirização, seja ela nacional ou "transnacional".

Maquiagem de produtos

Outra estratégia muito freqüente de otimizar os lucros enganando os consumidores é a maquiagem de produtos. Uma pesquisa realizada pelo IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) realizada em agosto de 2005 revelou

que fabricantes continuam diminuindo a quantidade ou o volume dentro das embalagens, enquanto os preços continuam iguais nas etiquetas.

O Idec pesquisou 74 itens que constavam na lista de produtos maquiados publicada pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), órgão do Ministério da Justiça, e constatou que 13 deles tinham sido reduzidos ainda mais⁹².

Os produtos maquiados são aqueles cujas quantidades e volumes são reduzidos, mas são vendidos pelo mesmo preço e sem qualquer aviso ao consumidor ou com informações quase ilegíveis.

Dos itens pesquisados, apenas 8 voltaram a ser comercializados com a quantidade antiga, e os outros 48 continuam a ser vendidos nas quantidades reduzidas que motivaram a atuação do DPDC. Os demais produtos pesquisados (48) continuaram com sua quantidade ou volume diminuídos⁹³. Às vezes, aparecem com observações quase ilegíveis das modificações do volume ou tamanho das mercadorias.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) veda ao fornecedor prevalecer-se da fraqueza ou da ignorância do consumidor (artigo 39, inciso IV). Também no CDC, o artigo 6º faz menção à necessidade de informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.⁹⁴

A Portaria nº 81/02 do Ministério da Justiça também determina que haja explicitação de alterações quantitativas em produtos embalados.

O DPDC (Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor) abriu um processo administrativo contra a Nestlé por maquiagem de produtos. A Nestlé

⁹² Marilan Alimentos S/A (biscoitos de Coco, Maria, Leite, Maisena e Manteiga), Cipa Industrial de Produtos Alimentares Ltda. (biscoitos recheados Mabel), Danone Ltda. (iogurte desnatado com polpa de frutas Corpus Light sabor morango), Pepsico do Brasil Ltda. (Doritos), Bretzke Alimentos S/A (achocolatado em pó Muky), Unilever Brasil Ltda. (sabonete Lux), Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (fraldas descartáveis Carrefour); Johnson & Johnson Industrial Ltda. (fraldas Johnson Baby).

<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ08DEBD27ITEMID1662786663F1445FAD5225880B36737BPTBRIE.htm> - Acesso em dia 22/11/2007.

⁹³ *É o caso do absorvente Ela (de 10 para 8 unidades), do preparado sólido para refresco Tang (de 120 g para 45 g) e de alguns produtos da Nestlé do Brasil Ltda., como as Sopinhas Cremosas (de 150 g para 115 g), Papinhas Cremosas (de 155 g para 120 g); linha de caldos Maggi (de 69 g para 63 g e de 138 g para 126 g); leite em pó Ninho (de 454 g para 40 g). Há até mesmo o caso de um medicamento - o Fluviral - da DM Indústria Farmacêutica Ltda., que de 300 unidades passou a ter 100.* <http://www.idec.org.br/noticia.asp?id=8377> - Acesso em 22/11/2007.

⁹⁴ *O Idec orienta aos consumidores a realizarem o cálculo para comparar se a redução do preço foi proporcional à redução do conteúdo. Dividir o preço da embalagem pela quantidade do produto (em ml ou g) e comparar o valor atual ao do produto de tamanho anterior. E entrar em contato com um órgão de defesa do consumidor.* <http://www.idec.org.br/noticia.asp?id=8377> - Acesso em 22/11/2007

responderá a um processo administrativo por ter reduzido a quantidade de vários de seus produtos sem aviso prévio aos consumidores. A notificação foi feita à empresa no dia 28 de junho de 2007 pelo DPDC do Ministério da Justiça. As reduções ocorreram em seis categorias de produtos: biscoitos, cereais, alimento infantil, chocolates em barra, sorvetes e rações.

Além da instauração do processo, o DPDC também enviou aos Ministérios Públicos, Procons estaduais e municipais e ao Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor ofício informando sobre a decisão.

Sonegação Fiscal

A sonegação fiscal é uma das irregularidades freqüentes em diversas empresas, desde pequenos estabelecimentos a grandes corporações⁹⁵.

⁹⁵ *A Justiça federal aceitou a denúncia do Ministério Público Federal e abriu processo contra 29 presos na Operação Kaspar 2, da Polícia Federal, que desmontou um esquema que causou sonegação fiscal de cerca de R\$ 1 bilhão em um ano e meio. Entre os denunciados estão doleiros, gerentes de bancos suíços e empresários. Segundo a denúncia, aceita na íntegra, todos são acusados de fazer remessas ilegais de dólares para a Suíça, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e descaminho (crime imputado aos empresários que traziam ao Brasil mercadorias).*

A investigação descobriu um esquema montado por gerentes de bancos suíços e doleiros brasileiros para enviar e receber dinheiro ilegal em contas na Suíça. O dinheiro era enviado através da operação de dólar-cabo --sem registro no BC, através de depósito em conta brasileira de doleiros que possuem contas no exterior para transferência ao destino final do dinheiro. Os valores ficavam em contas numeradas e codificadas, para as quais clientes brasileiros enviavam dinheiro sem origem.

Os clientes do esquema eram na maioria grandes empresários e comerciantes, que usavam as remessas para alimentar contas no exterior e também para pagar fornecedores. (...)

A denúncia é dividida em três blocos. No primeiro estão os doleiros e seus funcionários. Este grupo é composto por nove pessoas, que responderão por crimes de câmbio ilegal, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Claudine, Michel e Pereira Júnior responderão também por descaminho. Integram o grupo: Claudine Spiero e seus filhos Michel (preso) e Daniel Spiero, seu ex-marido, Ricardo e a secretária de Claudine, Cristiane de Freitas, e os outros doleiros: Valter Rodrigues Martinez, que opera nos EUA, Milton José Pereira Júnior (também preso), Iria de Oliveira Cassu (presa) e o policial militar Antônio Raimundo Duram (preso).

No segundo bloco estão os quatro representantes dos bancos: Depensaz (preso), Dizerrens (foragido), Buzzi (preso) e Magda Portugal, que responderão pelos crimes de gestão fraudulenta de instituição financeira, câmbio ilegal, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

No terceiro bloco estão 15 proprietários de dez empresas que usaram os serviços da quadrilha, que responderão por câmbio ilegal, evasão e lavagem. Foram denunciados empresários da Le Postiche (Alvaro Restaino, Fabiana Esper e Antonio Monteiro Ferreira Lopes), Chaves Gold (Caetano e Luiz Paulo Greco), Ornare Móveis (Murillo Schattan), Participa Empreendimentos Imobiliários (Walter Luiz Teixeira e Miguel Ethel Sobrinho), Aquarius Consultoria (Willian Yu), Egger & Egger Consultoria (Andrea Egger), Feller Engenharia (Jacques Feller), Zampese Máquinas (Boris Zampese), Anico Presentes (Wang Soimei) e Confecção Leal (Alain e Jacques Levy).

Entretanto, em nossa pesquisa não constatamos empiricamente nenhuma empresa com denúncia de sonegação fiscal sob o título de “socialmente responsável”⁹⁶.

As empresas⁹⁷ que verificamos as denúncias em fontes de jornal⁹⁸, mesmo não inseridas no quadro de “Responsabilidade Social”, constatamos que essa irregularidade é passível de ser encoberta por esse mote, pois em nossa pesquisa identificamos que esse título minimiza o impacto social gerado pelas denúncias na mídia.

Ações Ilegais

A 29ª pessoa acusada é o cartorário José Roberto de Freitas, marido de Cristiane, acusado de falsidade ideológica e violação de sigilo funcional. Reportagem do dia 18/12/2007.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u340489.shtml> - Acesso em 08/02/2008.

⁹⁶ Nossa pesquisa fez um levantamento *online* nas fontes de notícias de vários jornais, que sabemos ser, em sua maioria, financiados por grandes corporações, acreditamos que isso prejudique a pesquisa empírica dessas irregularidades.

⁹⁷ Lojas famosas da zona sul do Rio estão entre as investigadas pelo Ministério Público do Rio na operação intitulada Propina S.A., contra fraude fiscal.

O procurador-geral de Justiça, Marfan Vieira, estimou o prejuízo para o Estado em R\$ 1 bilhão, número considerado superestimado pelos investigadores. Foram presas 31 pessoas, 11 delas fiscais de renda do Estado do Rio de Janeiro.

Marcas como Salinas, Kylza Ribas --grife que participou do Fashion Rio e fica na exclusiva galeria Quartier Ipanema--, Andarella e o supermercado e "padaria chique" Farinha Pura, no Humaitá, aparecem entre os suspeitos de irregularidades no esquema.

As empresas são suspeitas de pagar propinas a fiscais para não sofrer fiscalização e para receber informações privilegiadas a respeito de inspeções. Reportagem do dia 04/12/2007.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u351073.shtml> - Acesso em 05/02/2008.

⁹⁸ Reportagem publicada na edição do dia 28/10/2007 da Folha *revelou que IBM, Promon e CPM Braxis, principais clientes da Cisco no Brasil, serão convocadas pela Receita Federal e Polícia Federal para esclarecer se elas estavam cientes de que a empresa importava produtos de forma irregular, como revelou suposto esquema identificado na Operação Persona para combater sonegação fiscal no setor de TI (tecnologia da informação).*

Audidores fiscais envolvidos na investigação querem saber se os grandes clientes da Cisco são "cúmplices" ou "simplesmente beneficiários" dessa suposta fraude, que teria resultado numa economia de impostos de R\$ 1,5 bilhão em cinco anos.

*A reportagem de **Fátima Fernandes** e **Claudia Roli** revela ainda que a Receita quer verificar se esses clientes podem ser apontados como responsáveis solidários. Se eles também são devedores do fisco, assim como seriam a Cisco e a sua distribuidora no país, a Mude.*

CPM Braxis

*Em nota encaminhada neste domingo à **Folha Online**, a CPM Braxis diz não ter nenhum envolvimento com a importação irregular de produtos feita pela Cisco.*

"Com relação ao questionamento referente ao caso Persona, a CPM Braxis informa que não tem qualquer envolvimento. Não fomos contatados pelas autoridades e, portanto, não temos nenhuma informação a prestar", destaca a nota. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u340489.shtml> - Acesso em 08/02/2008.

Existem diversos casos de denúncias sobre ações ilegais como contrabando de produtos, apropriação de patentes, entre outras, de diversas empresas. E essas denúncias são expostas de forma “tímida” na mídia, ainda mais se a empresa tiver grande importância no cenário nacional ou internacional, essas irregularidades são na maioria das vezes relativizadas e poucas ações judiciais são efetivadas contra essas grandes corporações.

Como no caso da Natura do Brasil, a empresa de cosméticos foi denunciada por roubo de patente⁹⁹. Segundo a fonte online *O Liberal*, a Natura é acusada por seis vendedoras de ervas medicinais do mercado *Ver-o-Peso*, em Belém (PA), de enganá-las, gravando com elas longas entrevistas filmadas, onde aparecem revelando seus segredos de manipulação das essências. No final das entrevistas conforme *O Liberal*, cada vendedora recebeu R\$ 500 a título de pagamento por “uso de direito de imagem”, segundo um contrato apresentado pela empresa e assinado por todas. Elas ensinam nas entrevistas os conhecimentos adquiridos de seus antepassados, como o processamento de raízes vegetais e a extração das essências de odor agradável vendidas a preços irrisórios - um vidrinho com príprioca custa R\$ 2 - para turistas brasileiros e estrangeiros nas 80 barraquinhas de ervas da feira. A mesma príprioca submetida a sofisticado processo industrial pela Natura, é vendida a R\$ 162 o frasco com 30ml. Pouquíssimas pessoas têm o conhecimento dessa denúncia e outras inúmeras que não são veiculadas na mídia.

Outro exemplo de ações ilegais e que está nesse círculo das empresas com suas fundações empresariais ou suas ONG’S, - que compõem o chamado “Terceiro

⁹⁹

http://www.gta.org.br/noticias_exibir.php?cod_cel=2066- Acesso em 05/02/2008.

Setor” – é a irregularidade no repasse de recursos públicos¹⁰⁰ para as ONG's ou as Organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips).¹⁰¹

A CPI das ONG's do Senado decidiu centralizar as investigações sobre as entidades que receberam recursos acima de R\$ 200 mil do governo federal desde 1999¹⁰². Como o número de entidades beneficiadas com recursos abaixo desse valor chegam a mais de 7.000, a CPI decidiu estabelecer um marco para os trabalhos, já que estima que cerca de 250 se encaixam nesse perfil. O presidente da comissão da CPI, o senador Raimundo Colombo (DEM-SC), estima que, somente no período estabelecido pela CPI para as investigações, foram transferidos R\$ 32 bilhões do governo federal para ONG's e Oscips.

Esse processo decorrente da contra-reforma do Estado, que promove o repasse dos recursos públicos para essas organizações, a partir da desresponsabilização do Estado frente aos serviços sociais. Provoca, em sua maioria, a não execução dos acordos estabelecidos de prestação dos serviços, e quando cumprem, essas ONG's ou Oscips executam por meio de trabalho voluntário da população ou precário, com serviços que, na maioria das vezes, não são de qualidade. Além de não ter o caráter de direito do cidadão e sim de benesse ou favor.

Como o Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou, pois divulgou um relatório que virou manchete dos principais jornais do país¹⁰³: mais da metade dos R\$ 150 milhões desembolsados pelo Estado destinou-se a entidades “incapazes” de executar os serviços contratados, como a prestação de assistência médica a populações indígenas, entre outros serviços sociais. Além de ter alguns políticos

¹⁰⁰ As irregularidades no repasse de recursos públicos para as ONG's geraram a CPI das ONG's desde o final do ano de 2006.

Um dos alvos da CPI das ONGs é a Fetraf-Sul, entidade ligada ao grupo da senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT no Senado. A entidade é acusada pelo Ministério Público de desviar dinheiro público que deveria ser usado para formar e qualificar mão-de-obra na área rural. A Fetraf-Sul recebeu R\$ 5,2 milhões entre 2003 e 2007 da União.

O procurador do Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), Lucas Furtado, disse à CPI que o governo federal não fiscalizou o repasse de R\$ 12,5 bilhões a entidades vinculadas ao Executivo. Do total, segundo o procurador, 39% foram recursos repassados em convênios firmados pelo Ministério da Educação com ONG's. (“Presidente da CPI das ONG's diz que novos documentos “vão balançar” comissão”, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u364007.shtml>). Acesso em 30/01/2008.

¹⁰¹ São mais de 300 mil organizações existentes no Brasil. Informes Abong: número 402 - 9 a 15 de outubro de 2007. Disponível em: www.abong.org.br

¹⁰² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u339074.shtml> - Acesso em 30/01/2008.

¹⁰³ Disponível em: <http://envolverde.ig.com.br/?materia=29768> - Acesso em 31/01/2008.

investigados nessa CPI, porque são presidentes ou donos de ONG's que receberam repasses "voluntários" de verbas da União.¹⁰⁴

Degradação ambiental

Situação recorrente também dentro do processo produtivo, desde a extração da "matéria-prima" ao produto final é a conseqüente degradação ambiental que a produção capitalista desencadeia.

No caso brasileiro, a rápida implantação da matriz industrial internacional¹⁰⁵ internalizou os vetores produtivos da químico-petroquímica, da metal-mecânica, da indústria de material de transporte, da indústria madeireira, de papel e celulose e de minerais não-metálicos todos com uma forte carga de impacto sobre o meio ambiente.

De maneira geral, e não considerando as características de cada ecossistema, o impacto do setor industrial sobre o meio ambiente depende de fatores como a natureza da estrutura da indústria em distintas relações com o meio natural; a intensiva concentração espacial dos gêneros e ramos industriais; e o padrão tecnológico do processo produtivo-tecnológico e processamento dos efluentes além do reaproveitamento econômico dos subprodutos.

A industrialização maciça e tardia no Brasil incorporou padrões tecnológicos avançados para base nacional, mas ultrapassados no que se refere ao meio ambiente, com escassos elementos tecnológicos de tratamento, reciclagem e reprocessamento.

É importante ressaltar, que isso vale somente para alguns setores produtivos e algumas regiões do Brasil, pois os desastres ou prejuízos ao meio ambiente provocados por grandes corporações não tem relação alguma com a obsolescência tecnológica, mas sim ao processo de flexibilização e terceirização da produção, que

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u359841.shtml> -Acesso em 30/01/2008.

¹⁰⁵ As economias capitalistas tiveram, do pós-guerra até meados da década de 70, uma das fases de maior expansão e transformações da estrutura produtiva, sob a égide do setor industrial. Essa expansão foi liderada por dois grandes subsetores: o metal-mecânico (indústria de automotores, bens de capital e do consumo duráveis) e a química (especialmente a petroquímica).

prejudicam o controle e desencadeiam menores cuidados com a produção, que provocam a degradação ambiental.

Atualmente, tentam iniciar ajustes no perfil da indústria e no ingresso em um novo ciclo de “paradigma” tecnológico. Ao contrário da industrialização do pós-guerra, altamente consumidora de recursos naturais, o “novo padrão de crescimento” objetiva uma demanda elevada de informações sobre como diminuir relativamente o “consumo” de recursos ambientais e a “produção” de efluentes poluidores.

Essas medidas foram iniciadas devido aos efeitos devastadores ocasionados no meio ambiente pelos gases poluentes emitidos pelas indústrias, medidas que o Protocolo de Quioto¹⁰⁶ institui para a redução da emissão desses gases que promovem o aumento do efeito estufa. A partir disso, iniciou-se também, como nos referimos acima o movimento da “Responsabilidade Sócio-Ambiental” das empresas, que defende um “desenvolvimento sustentável” do capitalismo.

Kraemer (2004) reconhece o meio ambiente como estratégia empresarial e como o fator ambiental mostra a necessidade de adaptação das empresas e conseqüentemente direciona novos caminhos na sua expansão. Afirma ainda que as empresas devem mudar seus “paradigmas”, mudando sua visão empresarial, objetivos, estratégias de investimentos e de marketing, tudo voltado para o aprimoramento de seu produto, adaptando-o à nova realidade do mercado global e corretamente ecológico.

Apesar de existirem todas essas medidas e um novo “paradigma empresarial” de um “desenvolvimento sustentável”, permanecem as ocorrências de acidentes ambientais causados por grandes indústrias, - principalmente as petrolíferas, como a Petrobras que somente ela teve 22 casos de denúncias de 1992 a 2004¹⁰⁷

¹⁰⁶ *O Protocolo de Quioto é consequência de uma série de eventos iniciada com a Toronto Conference on the Changing Atmosphere, no Canadá (outubro de 1988), seguida pelo IPCC's First Assessment Report em Sundsvall, Suécia (agosto de 1990) e que culminou com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992). Também reforça seções da CQNUMC.*

Constituiu-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa do aquecimento global.

Discutido e negociado em Quioto no Japão em 1997, foi aberto para assinaturas em 16 de março de 1998 e ratificado em 15 de março de 1999. Oficialmente entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, depois que a Rússia o ratificou em Novembro de 2004.

<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/17331.html> - Acesso em 22/11/2007.

¹⁰⁷

<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/salgada/index.html&conteudo=./a>

As relações com o ambiente são também alvo de deslizes éticos das empresas: políticas inadequadas de manutenção de equipamentos com o objetivo de reduzir custos levam a empresa causar danos ambientais, desrespeito à legislação vigente, recusa quanto à instalação de equipamentos antipoluentes, uso de embalagens inapropriadas e fabricação de produtos que causam danos ao meio ambiente. A título de exemplificação citemos o caso da Petrobras, criticada por supostas falhas que se materializaram em graves prejuízos ambientais recentemente. (MELO NETO & FROES; 2001: 144).

Os recursos naturais são tratados apenas como “matéria-prima” para o processo produtivo, isso é óbvio, porém assumem que as reservas naturais são finitas e que as soluções ocorrem através de tecnologias mais adequadas ao meio ambiente¹⁰⁸, que as empresas devem atender às necessidades básicas usando o princípio da reciclagem.

Esse novo fazer foi construído, em grande parte, a partir dos resultados do Rio-92, onde essa noção de “desenvolvimento sustentável” se alastrou e tenta se estruturar. A noção e os conceitos de “sustentabilidade” trazem como novo desafio os caminhos para a gestão ambiental.

Nesse caminho, afirmam que por meio de uma prática empresarial “sustentável”, que provoque mudança de valores e de orientação em seus sistemas operacionais, estarão engajadas à idéia de “desenvolvimento sustentável” e preservação do meio ambiente. (KRAEMER, 2004).

Dentro desse mote é importante saber também quem são os responsáveis pelo desmatamento ilegal, por crimes de grilagem de terras, pela violência agrária, pela emissão de gases poluentes que aumentam o efeito estufa etc.

gua/salgada/vazamentos.html#brasil - Conforme o *site* Ambiente Brasil – portal ambiental. Acesso em 08/12/2007.

¹⁰⁸ Todo ano a ONU promove conferências sobre o meio ambiente e convoca todos os países do mundo para aderirem ao protocolo de Quioto. Este ano durante a 13ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Bali, na Indonésia, - os países desenvolvidos (com exceção dos Estados Unidos, Canadá e Japão) se comprometeram a reduzir em 50% suas emissões de gases do efeito estufa até 2050.

<http://br.noticias.yahoo.com/fotos/ss/158/im:/14122007/72/foto/ativistas-vestidos-ursos-polares-seguram-placas-dizeres-salvem-humanos-tambem.html> - Acesso em 30/12/2007.

O ISA (Instituto Socioambiental)¹⁰⁹ mostra os dados oficiais que nos últimos três anos, a área plantada com soja aumentou em 39,8% nas regiões Sul e Sudeste do país e em 66,1% no Centro-Oeste. O estado do Mato Grosso está situado nessa região. Entre 2001 e 2004, o desmatamento nesse estado aumentou em 51,9%. A aceleração iniciou em 1999, quando a cotação do real frente ao dólar norte-americano aumentou ainda mais o interesse pela exportação. Desde então, a exportação da soja passou a ser muito vantajosa e quando seu preço, alguns anos depois, alcançou picos históricos no mercado mundial, não houve mais como evitar o desmatamento. Isso ajuda a esclarecer as taxas de desmatamento extremamente elevadas a partir de 2001. No ano agrícola de 1990-1991, o Brasil possuía 9,74 milhões de hectares plantados com soja; em 2000-2001: 13,97 milhões de hectares. O “Grande Avanço” ocorreu, de fato, após 2001, com 21,24 milhões de hectares plantados no ano agrícola de 2003-2004.

Um exemplo de empresa que afirma “Responsabilidade Social e ambiental”¹¹⁰ é o Grupo Amaggi¹¹¹ que plantou 130 mil hectares de soja e possui, além desses, mais 10 mil hectares de “mata legal”.¹¹² Isso porque existem leis¹¹³ que exigem a preservação de florestas ou de cerrado. Porém, não podemos esquecer que antes os 130 mil hectares de plantação de soja tiveram que ser desmatados.

¹⁰⁹ http://www.socioambiental.org/esp/novogov/r_amb.shtm#desmatamento

¹¹⁰ *No final de 2005, o Banco Mundial recebeu um relatório com críticas às ações sócio-ambientais do Grupo Amaggi, um dos maiores produtores e exportadores de soja do mundo, pertencente à família do governador Blairo Maggi. Temendo a possibilidade de perder crédito, a empresa assinou o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que determina a suspensão de relações comerciais com empregadores que figurem na “lista suja”. Reportagem da Agência Carta Maior do dia 15/03/2007. Acesso em 01/11/2007.*

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13726&editoria_id=3

¹¹¹ *O governador de Mato Grosso é Blairo Maggi [(PPS), conhecido como o “rei da soja”], dono do “Grupo Amaggi”. No DVD da Articulação Soja dos Países Baixos, ele conta com a cara mais lavada do mundo que no Mato Grosso tudo é feito ‘legalmente’. Em seguida, ele se reclina com um imperador. (...) O termo “legal” também é a palavra de ordem de outros grandes fazendeiros – entre estes, os discípulos do ‘plântio direto’ (os fazendeiros não aram o solo, para evitar a erosão; um método que Monsanto também aprova, pois embora o solo não seja arado, são usados cada vez mais herbicidas para dessecar a cultura anterior como, por exemplo, o adubo verde. No total, as lavouras brasileiras recebem, anualmente, 182 mil toneladas de agrotóxicos).*

Soja e desmatamento - Luc Vankrunkelsven - 20 de março de 2005. - http://www.vegetarianismo.com.br/sitio/index.php?option=com_content&task=view&id=1024&Itemid=123 - Acesso em 10/11/2007.

¹¹² *Blairo Maggi recebeu o prêmio “Motoserra de Ouro” do Greenpeace em 2005. Em setembro de 2003, foi citado no jornal New York Times, como autor da frase: “Para mim, um aumento de 40% no desmatamento não significa nada; não sinto a menor culpa pelo que estamos fazendo aqui. Estamos falando de uma área maior que a Europa toda e que foi muito pouco explorada. Não há razão para se preocupar”.* <http://www.greenpeace.org.br/motosserra/>

¹¹³ Lei No 9.985, De 18 De Julho De 2000. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>

A Monsanto outra grande transnacional,¹¹⁴ conhecida pelas sementes transgênicas, gera polêmica com suas campanhas publicitárias acerca dos seus produtos, que segundo a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos a campanha publicitária¹¹⁵ da Monsanto objetiva a partir de uma abordagem "emocional", aproximar o público formador de opinião do tema da biotecnologia e dos transgênicos e estabelecer uma relação inexistente dos transgênicos com a conservação do meio ambiente. Pois, a propaganda insinua que com os transgênicos se "possa produzir mais com menos agrotóxicos, sem desmatar as florestas". Entretanto, as culturas transgênicas existentes no mercado (soja, milho, algodão e canola somam mais de 99% dessas culturas) são todas *commodities* de exportação, cuja produção se dá em vastas extensões de monocultura. No Brasil os grandes fazendeiros têm comprado terras no Cerrado e na Amazônia, ampliando a fronteira agrícola para o plantio da soja.

A Monsanto se recusa a realizar o Estudo de Impacto Ambiental¹¹⁶ da soja transgênica no Brasil desde 1998, quando a Justiça brasileira condicionou a liberação desse produto somente com a realização do estudo. No mesmo sentido, a Monsanto luta contra a implementação de regras de rotulagem plena dos alimentos transgênicos, o que permitiria aos consumidores exercer o direito à informação e o direito à escolha.

É fundamental reconhecermos aqui neste ponto, que o Brasil é um país bastante desenvolvido, porém dependente e isso faz com que os governantes, como o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantenha e aprofunde uma característica histórica do país, a de agroexportador, só que agora com outro nome mais sofisticado o *agrobusiness* - com o objetivo de tornar o nosso país no maior exportador de soja e de

¹¹⁴ *A Monsanto está presente no Brasil há 56 anos, gera hoje cerca de 1,8 mil empregos diretos e 7 mil indiretos e investe mais de US\$ 600 mil dólares por ano em ações voltadas para o bem-estar da comunidade e a preservação ambiental. Foi considerada pela 7ª vez consecutiva como uma das Melhores Empresas para se trabalhar no Brasil e, em 2004, 2005 e 2006, uma das Melhores da América Latina. Além disso, investiu nos últimos 10 anos mais de US\$ 1 bilhão na expansão e modernização de suas unidades industriais de Roundup e sementes em diversos estados brasileiros.*

<http://www.monsanto.com.br/sala/br/tereleaseView.asp?noticiaId=743343334243342334424333334333437D510584485751D2519D2304D2914D30756156BB7> - Acesso em 10/11/2007.

¹¹⁵ *O comercial tenta levar o consumidor a acreditar que a segurança alimentar e ambiental dos produtos transgênicos já está mais do que comprovada, citando benefícios que a biotecnologia poderia proporcionar. O anúncio começa insinuando que os transgênicos poderiam ajudar a "preservar a natureza, o ar e os rios" (...). Veja na íntegra no site: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/12/270615.shtml> - Acesso em 05/10/2006.*

¹¹⁶ *"Lei que libera venda da soja transgênica fere princípios do direito ambiental" - http://www.agirazul.com.br/fsm4/_fsm/00000191.htm - Acesso em 05/10/2006.*

biocombustível. E isso é claro que traz inúmeras conseqüências como o desmatamento e o “trabalho escravo” que são temas recorrentes na mídia¹¹⁷.

O agronegócio segundo a *Agência de notícias Reporter Brasil*¹¹⁸, em balanço recente sobre a evolução do agronegócio nacional, afirma que a exportação do complexo carne (bovina, de frango e suína) aparece com destaque, juntamente com o complexo soja (grão, farelo e óleo). Do total de US\$ 58,4 bilhões exportados em 2007, 11,3 bilhões correspondem às carnes. A participação é de cerca de 20%, praticamente o mesmo montante amealhado pela soja. O crescimento impressiona em comparação ao ano de 2000, quando o segmento remeteu para o exterior US\$ 2 bilhões. Ou seja, nos últimos sete anos, a exportação de carnes aumentou 477%. No mesmo período, as vendas externas do agronegócio subiram 183,4%.

A carne bovina no Brasil tem se destacado não apenas pela disparada no seu volume de exportações, mas também pelos questionamentos sobre práticas ilegais e “insustentáveis” relacionadas à sua produção, como queimadas e desmatamentos de florestas nativas e exploração de “trabalho escravo por dívida”.

Degradação Sanitária

O Instituto Souza Cruz pode afirmar que não desmata e que prima pela “educação para o desenvolvimento humano e sustentável”¹¹⁹, porém sabemos o grande contingente de pessoas que morrem com câncer de pulmão¹²⁰ decorrente do

¹¹⁷ Veja a reportagem sob o título “É hora de acusar alguém. É hora de exigir que o agronegócio, que jamais deixou de exercer pressão sobre a floresta sempre que isso lhe foi vantajoso, assuma responsabilidades públicas para evitar a destruição do maior patrimônio ambiental do país”. Do dia 31/01/2008, disponível em: http://www.agenciartamajior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3819

¹¹⁸ <http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/20> – Acesso em 31/01/2008

¹¹⁹ <http://www.institutosouzacruz.org.br/> Acesso em 03/02/2008

¹²⁰ **Câncer de pulmão** é a expansão e transformação maligna do tecido pulmonar. É o tipo mais letal de câncer no mundo todo, responsável por 1,2 milhões de mortes anualmente. É causado predominantemente pelo hábito de fumar cigarro, e afeta homens predominantemente, porém, com o aumento do tabagismo entre as mulheres, é agora a causa principal de mortes devido a câncer em mulheres.[1] Entretanto, algumas pessoas que nunca fumaram sofrem de câncer de pulmão.

Pesquisas atuais indicam que o fator com o maior impacto no risco de se ter um câncer de pulmão é a exposição a longo prazo de carcinógenos. O meio mais comum de exposição aos carcinógenos é o tabagismo. http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2ncer_de_pulm%C3%A3o

O câncer de pulmão abrange um grupo de tumores malignos localizados no pulmão e é causa mais comum de óbitos por câncer. Dos 27 mil novos casos diagnosticados ao ano no Brasil, cerca de 94% estão ligados à prática do tabagismo.

uso de cigarros.

Segundo o editorial online *Correio da Tarde*¹²¹, o resultado do aumento do número de fumantes mulheres no Brasil, revelado por uma pesquisa da Universidade Federal de São Paulo, conforme o Instituto Nacional do Câncer, revela um dado preocupante, e que pode estar diretamente relacionado ao crescimento do uso do fumo no grupo feminino: o câncer de pulmão. De acordo com o Inca, desde 2002 esse tipo de câncer passou a ser a segunda doença que mais mata mulheres no país, o primeiro é o câncer de mama.

No início da década de 1990, o câncer de pulmão ocupava o quarto lugar entre as doenças que mais vitimavam o sexo feminino. De acordo com o Inca, 30% dos cânceres que existem estão relacionados ao tabaco.

A explicação para esse aumento no número de mulheres fumantes seria que elas foram "seduzidas" pela indústria do tabaco, antes da proibição da veiculação da propaganda na mídia brasileira em 2002, aponta o Inca.

As empresas do setor fizeram um estudo sobre o comportamento da mulher num momento importante de sua emancipação, e passaram a fazer anúncios de que a mulher era livre, independente, e que fumar fazia parte dessa conquista. Isso teve uma resposta bastante positiva entre as mulheres, (chefe adjunta da Divisão de Controle do Tabagismo do INCA, Valéria Cunha in *Correio da Tarde*)

Atualmente, segundo o departamento da Divisão de Controle do Tabagismo do INCA, investe-se na estratégia de que fumar emagrece. As mulheres respondem "positivamente" aos apelos da mídia e da indústria do tabaco, e passaram a experimentar o cigarro mais cedo, e hoje chegam a superar os homens em algumas capitais, como Porto Alegre.

Não são muito divulgados pela mídia, mas segundo a fonte *online* d' *O Povo*¹²², a indústria de cigarros Souza Cruz foi condenada por alguns tribunais de justiça

http://www.hospitalsiriolibanes.org.br/pacientes_acompanhantes/nucleo_avancado_torax/especialidades/cancer_pulmao/cancer_pulmao.asp

¹²¹ <http://www.correiodatarde.com.br/editorias/materias/impressao/12768> – Acesso em 03/02/2008

¹²² <http://www.opovo.com.br/saude/752358.html> – Acesso em 04/02/2008

estaduais como o TJ-RS e o TJ-MG a indenizar parentes de fumantes mortos por doença relacionadas ao hábito de fumar. Os desembargadores entenderam que o fato de o cigarro ser um produto de venda legal no Brasil não isenta a empresa de responsabilidades pelas conseqüências de seu uso.

Pontuamos aqui neste ponto algumas das irregularidades presentes na cadeia produtiva e / ou comercial (que são em sua maior parte relativizadas) de grandes corporações que afirmam ter “Responsabilidade Social e Ambiental”, - para simplesmente exemplificar algumas das funções desse novo emblema das empresas no atual momento histórico de reestruturação do capital. Como discutiremos a seguir.

3. A FUNCIONALIDADE DA “RESPONSABILIDADE SOCIAL”

Neste ponto iniciaremos a crítica da “Responsabilidade Social” das empresas, no sentido de reconhecer sua funcionalidade tanto para o empresariado quanto para a estratégia mundial de rearticulação do capital sob o ideário neoliberal, com o objetivo de hegemonizar uma suposta “nova sociabilidade” surgida a partir do reordenamento das relações entre Estado e sociedade civil. Porém, é de fundamental importância reconhecermos que esse movimento ideológico e político – que tem como primordial a finalidade econômica - não está restrito ao ideário neoliberal, mas também possui a colaboração do pensamento “pós-moderno” e da chamada “nova esquerda”.

3.1. A (ir)racionalidade que legitima a reversão ao conservadorismo e a ofensiva neoliberal

À luz dos fatos recentes, é notável na realidade brasileira a regressão dos direitos sociais, a partir da “Reforma” do Estado¹²³ – tendo por objetivo a despolitização da contradição capital *versus* trabalho e sua conseqüente desigual distribuição da riqueza social, retomando a idéia de benesse e favor no trato à “questão social”, considerando-a no âmbito imediato e individual.

Essa reversão conservadora se exemplifica na refilantropização da “questão social” com a atuação da “Responsabilidade Social” de empresas e o chamado “Terceiro Setor”, que o identificam como “dinâmico, popular e democrático” e surge como alternativa ao Estado conhecido como “corrupto, ineficiente e burocrático” para responder às seqüelas da “questão social”.

É o projeto neoliberal, no contexto de reestruturação do capital, na tentativa de superação da crise, que elabora essa nova modalidade de resposta a uma suposta nova “questão social”, que na verdade sabemos que se trata de novas expressões da mesma e “velha” “questão social”. De forma, que o seu trato passa a ser entendido com externo à ordem social e se extermina a condição de direito das políticas sociais.

Destarte, convoca-se a sociedade civil (transfigurada no “Terceiro Setor”) e o mercado através da premissa da solidariedade e da parceria. Essa que se consolida na redução relativa dos gastos sociais, pois é muito menos oneroso que as ONG’S e as empresas prestem serviços precários e pontuais do que o Estado ter que prestar serviços sociais universais e de qualidade.

O mercado incorpora essa “responsabilidade” por meio da mercantilização dos serviços sociais – a saúde, a educação e a previdência social são exemplos notórios da privatização e de negócios lucrativos. E aqueles serviços sociais que não geram um lucro direto, como a assistência social, obtém-se esse lucro de forma indireta com a

¹²³ Foi com o Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) em 1995, que conformou os postulados do *Consenso de Washington*, com o intuito de “reformular” o Estado de forma a substituir a administração burocrática, por um novo modo de administração pública de tipo gerencial, ou seja, modernizar o Estado e conformá-lo nos moldes empresariais.

chamada “Responsabilidade Social”, que promove o *marketing* social de uma empresa reconhecida como “cidadã”, com produtos que “possuem valor agregado” e que assim podem ser mais custosos do que aqueles que não têm o selo ou o certificado de “socialmente responsável”, além dos incentivos fiscais que logram a partir desse título.

E dessa forma, com a propaganda de uma empresa “socialmente responsável” podemos identificar em nossa pesquisa algumas das funções econômicas, político e ideológicas dessa nomeação. Como otimizar as margens de lucro das empresas por meio do *marketing* social e dos incentivos fiscais - e tanto a partir da funcionalidade político-ideológica que estabelece com os trabalhadores que aumentam sua produtividade, motivados pela empresa “cidadã” onde trabalham, quanto na legitimação da contra-reforma do Estado e numa suposta “nova sociabilidade” na sociedade.

Todo esse processo, que ocorre no atual momento histórico do capital é legitimado pelo discurso “pós-moderno”, que é a base cultural do capitalismo contemporâneo, que leva à despolitização, que afirma a tese do fim da sociedade do trabalho, o fim da história, ou seja, que não há possibilidade de existir nada para além do capital - é o fim das utopias. É um momento de total resignação, de angústia, em que não se consegue responder à complexidade do real, a partir da objetividade e assim a alternativa é o irracionalismo que traz o misticismo como alternativa para dar respostas. São atitudes típicas dos teóricos “pós-modernos” a impotência e a perplexidade diante do mundo atual.

É a reversão conservadora e a regressão neoliberal que vêm destruindo as bases do sistema de proteção social, desregulamentando as relações trabalhistas, desconfigurando o tecido social nessa paradoxal conjuntura das transformações societárias que comporta uma extensa agenda de questões para o trabalho e para a formação profissional dos assistentes sociais.

Podemos afirmar que essa reversão conservadora com seu discurso “pós-moderno” nasceu na arte, na arquitetura, no cinema e é trazido para as Ciências Sociais na tentativa de explicar a realidade. Consiste em um determinado momento da sociedade, em que as explicações estão muito frágeis, e as formas de se explicar o real a partir dos três principais “paradigmas” são consideradas formas inadequadas, que não traduzem mais todas as determinações da realidade.

De forma oposta a esses teóricos “pós-modernos”¹²⁴, sabemos que o marxismo traz a maneira de desvelar a realidade, ou seja, de pôr a relação sujeito – objeto, de compreender a realidade trazendo a auto-implicação entre sujeito e objeto, não há subordinação de um sobre o outro, mas ao contrário, há uma relação recíproca, simultânea entre sujeito e objeto. Portanto, o sujeito tem uma legalidade, sua subjetividade, tem a sua história que deve ser considerada na apreensão do objeto, recorta-se o objeto, porém é importante ressaltar que o objeto existe, quer o pesquisador possa compreendê-lo ou não.

Existe uma reciprocidade no sentido de ser um sujeito para um objeto – é onde entra em campo toda a explicação do materialismo histórico-dialético, a partir do qual se funda essa relação entre sujeito e objeto.

No método em Marx, incute extrair do objeto e no seu movimento, os seus traços pertinentes e constitutivos, trata-se do pesquisador se apropriar das características constitutivas, da estrutura e do movimento do objeto. Não se trata do sujeito atribuir elementos ao objeto para desvendá-lo, para clarificá-lo, pois a clarificação do objeto deve vir dele mesmo.

Conhecer um objeto não é atribuir a ele um comportamento, um movimento ou traços que nós constituímos intelectivamente para explicá-lo, trata-se antes, também, intelectivamente resgatar, recuperar, extrair do objeto os seus traços pertinentes e constitutivos.

Sabemos que o método na tradição marxista é ontológico, pois a realidade coloca os fatos para conhecê-los e não se dá de imediato, por isso a via das mediações - aproximações sucessivas.

O processo da investigação exige o caminho de ida e volta - negar o imediato e reconhecer que existe mais além da aparência. Busca-se a gênese, o desenvolvimento, a legalidade tendencial, a racionalidade, a inerência – a síntese desses elementos é que darão a concretude do objeto.

De forma diferente, o discurso “pós-moderno” baseia-se numa racionalidade saturada de subjetividade, de vivências ou experiências, pauta-se numa subjetividade sem a interferência de uma razão objetiva e nega as teorias macro-compreensivas¹²⁵.

¹²⁴ Como Rockefeller (1997) e Salamon (1997).

¹²⁵ Como o autor Boaventura de Souza Santos (1996).

Podemos perceber a tendência do desenvolvimento de um pensamento quase irracionalista na sociedade de hoje, como Coutinho (1972) afirma que essa propensão ocorre quando em períodos de crise do capitalismo a classe dominante intensifica ideologicamente a irracionalidade subjetiva e que atrelado ao racionalismo formalista compõem uma forma de pensar fundamental para a manutenção do *status quo* – uma racionalidade que não aceita a razão dialética e a dimensão histórica da objetividade.

Assim, nesse movimento ideológico, os sujeitos, em função da angústia, não explicam racionalmente o momento histórico e aderem a explicações místicas ou a razão divina. Com uma forte tendência a buscar explicações fora da racionalidade do real e do sujeito. É imprescindível reconhecermos, a funcionalidade à manutenção da ordem burguesa, que essa forma de pensamento promove.

Por isso, é que determinadas teorias vigem em determinados momentos. Lukács (1979) afirmou isso quando estudou toda a filosofia do seu tempo, quando debate o niilismo - a ausência de referencialidade do real, o ser e o nada, que quer dizer a ausência de uma convicção de algo que está dado à impossibilidade de pensar a razão na sua dialética e na sua possibilidade de devir, de mudar. Momentos de otimismo, de progresso, de não ver perspectiva, vigora a razão formal-abstrata do positivismo ou o irracionalismo, que podem ocorrer em períodos de profunda angústia, que incorre ao fatalismo.

Essas duas tendências se impõem e se repõem ao longo da história da sociedade, o que quer dizer que as explicações do real têm muito a ver, a partir da forma de como o real se apresenta. Às vezes, elas são tomadas pela aparência do real, e incorrem ou num otimismo abstrato ou numa profunda resignação, lembra-se então, tanto do positivismo quanto da sociologia compreensiva, respectivamente.

É nesse contexto que os “pós-modernos” se encontram, e essa discussão se reatualiza pautada no questionamento da razão. A razão dialética vem sendo questionada ao longo dos anos, pelo positivismo (paradigma da racionalidade formal) e pela sociologia compreensiva. E nesse âmbito dos questionamentos, as teorias se reatualizam sempre no sentido de dizer, que são mais adequadas para apreender a realidade, porém sempre negando a racionalidade própria do real.

Esses questionamentos aparecem sempre em momentos de crise do capitalismo e fazem interpretações desse cíclico momento do capital a partir de leituras fundadas

em elementos equivocados, pondo saídas na irracionalidade, negando não apenas o pensamento dialético, mas qualquer outra teoria que possa explicar a realidade de maneira macroscópica; então se reduz a explicação da realidade ao microcosmos, às relações interpessoais, intersubjetivas e ao cotidiano.

Descaracterizam-se todas as teorias e as desqualificam, aquelas relacionadas aos grandes “paradigmas”¹²⁶ da explicação da realidade, fundadas na razão moderna por Marx, Weber e Durkheim. Essas grandes teorias sociais, supostamente, não serviriam mais para explicar a realidade. Porque agora as explicações seriam postas na realidade micro-social; apesar de o “pós-modernismo” ter afinidades com alguns desses “paradigmas”.

Os teóricos “pós-modernos” adotam, sobretudo, uma certa irracionalidade, porque negam a existência de uma razão para fora do sujeito, de uma objetividade da realidade e recusam qualquer referência concreta. Tomam a realidade como aquilo que o sujeito compreende, incorrendo em uma daquelas explicações do real, só que agora não mais referenciada à sociedade, mas aos indivíduos.

À luz das análises contemporâneas da realidade, percebemos essa tendência à subjetivação, ou seja, em desvelar o real como resultado das ações subjetivas e /ou de meras relações intersubjetivas.

Nesse conluio, existem autores que afirmam a existência das teorias “pós-modernas” de direita e de esquerda. A primeira significaria o pensamento de conservação da sociedade, já a segunda buscaria superar aquelas teorias (três “paradigmas” clássicos) que hoje, supostamente, não conseguem apreender a realidade, *grosso modo*, não dão mais conta. Destarte, as teorias “pós-modernas” da esquerda, para esses ideólogos, orientam determinadas práticas e determinadas leituras da realidade, que superam os “paradigmas” clássicos. Netto (1997) esclarece em sua *nota polêmica*, essa distinção.

(...) - tem-se aqui o “pós-modernismo inquietante ou de oposição” (35), no qual Sousa Santos se vê inscrito. É claro que, para o “pós-modernismo de

¹²⁶ Consiste em um erro considerar o marxismo como um paradigma, pois não se conforma como um modelo. À sociologia compreensiva também, porque Weber constrói tipos-ideais a partir da realidade, uma atribuição causal aos indivíduos. Isso também não se refere a um modelo metodológico, logo não é um paradigma. Somente o positivismo pode ser assim considerado, pois é o modo de ser burguês – uma racionalidade formal que o faz hegemônico no meio científico.

celebração”, não se põe o problema de um projeto societário distinto ao do capital (nele, a história chegou *fukuyamente*, ao fim); assim, a dupla dimensão da transição paradigmática só se coloca para a vertente “inquietante”.

Curiosa mas explicavelmente, a distinção entre as duas vertentes – Sousa Santos assevera, expressamente, que são *antagônicas* (35) – se esbate inteiramente no nível da teoria do conhecimento quando se trata de apreciar Marx. Segundo Sousa Santos, para o “pós-modernismo de celebração”, “o marxismo nada tem a contribuir” (35); mas, também para o próprio autor, “no plano epistemológico, o marxismo pouco pode contribuir para nos ajudar a trilhar a transição paradigmática” (35). Tem-se aqui, um “antagonismo”... relativo! A explicação reside, a nosso ver, não apenas num comum viés irracionalista que permeia ambas as posições. (NETTO, 1997: 132).

É claro que não podemos negar que estamos vivendo um novo tempo, assim como afirma Harvey (2004), pois devemos reconhecer que a realidade do mundo atual é diferenciada daquela quando foi fundada a modernidade. Já que existem elementos, componentes na contemporaneidade que não existiam, quando se pôs o projeto Ilustrado. E toda essa discussão “pós-moderna” é relacionada aos três pilares da modernidade: o humanismo, o historicismo e a razão dialética. Dessa forma, os autores “pós-modernos” dizem que não dá para negar as mudanças desses componentes que fundaram o projeto da modernidade.

Entretanto, esqueceram que o projeto da modernidade coincidiu com a modernização capitalista, e assim como Weber, afirmam que a modernidade falhou porque ela foi concebida por determinados traços. Esses, que vigoraram (“ajustados” aos interesses de dominação e não de emancipação), foram os da modernização capitalista, que promoveu a coisificação das relações sociais, um tipo de sociabilidade que levou o sujeito a se perder, a submergir a sua condição de sujeito, portanto se objetificou.

Para Weber, a modernidade não alcançou as suas promessas, que eram as de progresso, avanços, desenvolvimentos das forças produtivas e de que o homem, cada vez mais, pudesse desfrutar as riquezas socialmente produzidas. Porém, a ciência e a tecnologia subjugarão o homem, de forma que não permitiu que obtivesse mais autonomia e desfrutasse da riqueza socialmente produzida.

O historicismo e a razão dialética a serviço do progresso e das potencialidades do homem não procederam. Mas, ao contrário, pois a modernização capitalista derruiu os pilares do projeto da Ilustração. Então, a idéia defendida pelos “pós-modernos”, é de que esse projeto comportou apenas um direcionamento, que foi o de destruir cada vez

mais as capacidades humanas.

Essa é uma leitura estreita da modernidade, porque devemos entender as suas contradições, pois a modernidade convoca as forças conservadoras e se põe por intermédio do desenvolvimento das forças produtivas, que levou a uma subjugação do homem, mas que, ao mesmo tempo, em função da própria contraditoriedade, carrega, ainda, as forças progressistas. Esse debate não é considerado no discurso “pós-moderno”, haja vista que o projeto da modernidade comporta essa contradição.

Aqui, nesse trecho de Lukács (1959) podemos ver um pouco da contradição ideológica que abarca a modernidade desde seus primórdios. Podemos ver a mudança para uma postura reacionária da classe burguesa após sua consolidação, repudiando todo movimento democrático anterior a 1848.

La solidité sociale de la bourgeoisie, sa confiance inébranlable en l' "éternité" de l'essor capitaliste conduisent à repousser toutes les questions intéressantes la vision du monde, et à limiter la philosophie à la logique, à la théorie de la connaissance et tout au plus à la psychologie.(...) Cette défense est dirigée avant tout contre les conséquences de la philosophie de Hegel (donc contre le mouvement démocratique d'avant 1848), mais, peu à peu, à mesure qu'elle s'organise et devient plus consciente, c'est contre la conception du monde de cette classe que se dirige de plus en plus cette défense. C'est là que, de plus en plus se trouvent les racines sociales du combat acharné – mené au nom de l'agnosticisme neo-kantien – contre le "caractère non scientifique" de la "métaphysique" matérialiste. (IDEM: 11)¹²⁷

Assim, entendemos o surgimento do movimento da “destruição da razão”, em que o projeto da modernidade foi favorável à burguesia enquanto seus interesses ainda eram expressões universais. Porém, no momento em que se transmutaram, evidenciando seu projeto particular de classe dominante, os pilares centrais da modernidade e seu desenvolvimento em direção à emancipação humana e à razão dialética passaram a representar uma ameaça à sua forma de organização produtiva.

¹²⁷ *A solidez social da burguesia, a sua confiança na “eternidade” do desenvolvimento do capitalismo levam a afastar todas as perguntas que interessam a visão do mundo, e a limitar a filosofia à lógica, à teoria do conhecimento e no máximo a psicologia. (...) Essa defesa é dirigida, sobretudo, contra as consequências da filosofia de Hegel (por conseguinte contra o movimento democrático antes de 1848), mas, gradualmente, à medida que se organiza e fica mais consciente, é contra a concepção do mundo desta classe que se dirige de cada vez mais para esta defesa”. É lá que, cada vez mais se encontram as raízes sociais do combate obstinado - efetuado em nome do agnosticismo neo-kantiano - contra o “caráter não científico” da “metafísica” materialista. (tradução do autor)*

Dessa forma, fica claro identificar que a burguesia tenta ofuscar as contradições inerentes ao ideário moderno, cujo potencial dialético está repleto de possibilidades de movimentos, inovações e negatividade. E, por sua vez, “ajusta” o ideário moderno aos interesses de dominação e não de emancipação.

Desse modo, facilita entendermos que a condição “pós-moderna”, que tem sua inspiração no irracionalismo, é também radicalmente antiontológica, porque não busca o modo de ser da realidade, posto pela contradição. É reducionista porque olha a realidade a partir de uma matriz que entende a modernidade apenas através de um direcionamento dela e não do confronto que ela põe de forças antagônicas – as progressistas e as conservadoras -, as suas forças destrutivas.

Todavia, a leitura, dos “pós-modernistas”, do fim do projeto da modernidade é uma interpretação que caminha numa única direção e é falsa por isso. Embora seja falsa, essa leitura tem um elemento verdadeiro de que existem mudanças na sociedade. Porém, afirmam que os três grandes “paradigmas” não podem ser transpostos para explicar a realidade, pois existem inúmeros elementos novos que essas teorias não possibilitariam a apreensão da realidade.

As explicações “pós-modernas” não apreendem a razão, na qual impera continuidades e rupturas, elementos da manutenção e da mudança. Dessa forma, não conseguem compreender que apesar de existirem novos elementos na realidade, ainda se mantêm determinadas relações e condições sociais. O debate “pós-moderno” nega as teorias sociais, até então vigentes, em nome das mudanças ou transformações da realidade, como as ocorridas no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva, e as alterações promovidas pelo ideário neoliberal como a “Reforma” do Estado¹²⁸.

Com as transformações ocorridas na contemporaneidade, a partir da reestruturação do capital, esses ideólogos colocam que estamos num novo momento, no qual a estrutura da sociedade está organizando-se e modificando-se; isso funda, inclusive, algumas afirmações de que estaríamos vivendo sob uma nova “questão social”. E nesse ínterim, existe um longo e extenso debate de que existe uma

¹²⁸ E podemos constatar, que com a contra-reforma do Estado (BEHRING, 2003), a sociedade burguesa afina as instituições ao seu dispor em diversos aspectos: no sentido político, ideológico e social, - na tentativa de ocultar o embate da luta de classes e legitimar o *status quo*.

sociedade que superou a modernidade, marcada por uma “cultura” e “racionalidade” nova.

Entretanto, a partir da análise dialética de determinados períodos da história, podemos verificar processos de rupturas e de continuidades na modernidade, que permite entendermos que os fundamentos da modernidade ainda se mantêm.

A revolução burguesa colocou um novo período de relações sociais, de uma nova estrutura para a sociedade e de uma nova maneira dos homens se relacionarem e se perceberem. Elementos que fundaram a modernidade colocaram um modo de análise que busca identificar momentos de ruptura e de continuidades (o movimento real da história) e traz à tona na análise da sociedade burguesa, que elementos de continuidade são maiores que os de ruptura.

Como na análise do caso brasileiro, que com a reestruturação produtiva se reproduz, em alguns setores produtivos, algumas características mais gerais do nosso processo histórico, no qual a mais-valia relativa conviveu sempre com a absoluta e os inúmeros casos de trabalho escravo e infantil.

Dessa forma, isso não nos permite falar em um novo período – “pós-moderno”, mas sim em novas expressões dos fenômenos da ordem capitalista com uma complexidade maior. Logo, o nível de complexidade dos acontecimentos é que são diferenciados e que vão redundar em outras maneiras de se manifestarem em novos fenômenos que não estavam postos.

A discussão de Harvey (2004) sobre a cultura contemporânea e sobre como se pensar esses elementos na atualidade, passa pelo entendimento da modernidade¹²⁹ como um período dos contrários, essa característica, muitas vezes, desaparece para as análises “pós-modernas”. A modernidade é um período de revolução, que é posto pelo movimento dialético – que não nos permite pensar a modernidade como algo estático ou unívoco.

A modernidade sofre metamorfoses e a discussão sobre a condição da “pós-modernidade” é justamente dizer que as promessas de emancipação do projeto da

¹²⁹ Harvey (2004) identifica modernidade e modernismo enquanto coisas diferentes. Assim, para evitar equívocos, o modernismo seria a expressão do período em vigência e a modernidade é um período histórico que tem seus próprios fundamentos, que põe a razão dialética, que põe a liberdade, que põe a constituição do sujeito enquanto tal. Nasce como um movimento cético, mas que é apreendido pelas ciências sociais para explicar a sociedade.

modernidade foram negadas por ela própria, esquecendo o principal que é a sua contraditoriedade e a perspectiva de revolução (algo posto no movimento do real), porque é um processo que se dissolve por conta da luta dos contrários.

Para essa discussão é importante ressaltar a evolução do pensamento filosófico da burguesia, que até 1848, se desenvolve em um pensamento filosófico direcionado para a construção de um saber científico, sustentado na cognoscibilidade da realidade; porém, quando a classe proletária entra na cena política de forma autônoma (1830 - 1848), inicia-se um novo período, no qual a racionalidade burguesa apostou no agnosticismo e afirmou a impossibilidade de se conhecer a essência do real - uma decadência filosófica e ideológica, com o intuito de manter e legitimar a ordem capitalista. Entretanto, na fase imperialista do capitalismo, agudizaram suas contradições, surgiram elementos primordiais para reagir contrariamente a uma teoria social (Teoria social de Marx) que responda às demandas dos trabalhadores e que também promovem uma diminuição da perceptibilidade das conseqüências da ordem burguesa atual. Os elementos que giram em torno do irracionalismo, em que a intuição e a pseudo-objetividade dos mitos são considerados instrumentos de conhecimento da realidade. (LUKÁCS, 1968).

É a partir de 1848, quando a burguesia não se identifica mais como classe revolucionária, que a razão instrumental - que surgiu com o projeto da modernidade - será reconhecida, em determinados momentos, como a própria racionalidade do real, que se estende a tal ponto, que vai nascer na relação homem - natureza. E essa maneira do homem manipular a realidade, e colocá-la a seu serviço, passa necessariamente por uma razão instrumental - um tipo de relação social, que se estende para a relação entre todos os sujeitos. Em outros termos, a relação entre homem e natureza passa a ser também dos homens entre si. Passa a ser a condição da sociabilidade da ordem burguesa. Aquilo que era uma dimensão da razão passa a sê-la como um todo, - a razão substantiva.

Destarte, diante desse processo, podemos identificar a coisificação dos sujeitos, que estão a serviço dos próprios homens, que se convertem em meios para atendimento das necessidades daqueles, o sujeito se torna objeto - uma relação objetual. Esse domínio da razão instrumental que deveria ser localizado numa certa esfera da realidade social, relação homem - natureza, se transforma na relação total entre os homens. Dessa maneira, a razão substantiva, que é a razão emancipatória,

será substituída pela razão instrumental, que rompe a relação entre meios e fins. Não importa com que meios, o importante é atender aos fins e assim se justificam inúmeras ações na racionalidade burguesa.

Os princípios da racionalidade burguesa se expressam, também, por meio dos mecanismos que são utilizados pelo capitalismo em momentos de crise. Como no atual momento histórico do capitalismo, que teve início na década de 1970, esses mecanismos podem ser observados nos processos que envolvem a reestruturação do capital, que trouxe a reestruturação produtiva¹³⁰, o neoliberalismo, a globalização e a financeirização.

Processos que regridem os direitos sociais e trabalhistas, já que o projeto neoliberal - legitimado pelo pensamento contemporâneo (especialmente pelo discurso da “pós-modernidade”) – desencadeia essa reversão conservadora, que é um movimento ideológico. Pode-se dizer, conforme Sader & Gentili (1995), que o neoliberalismo economicamente fracassou, socialmente conseguiu alcançar muitos de seus objetivos, e política e ideologicamente atingiu enorme êxito.

Pois, o que se atesta na contemporaneidade é a individualização, a moralização das conseqüências da relação capital *versus* trabalho, que esse ideário reforça. E por isso, “não há nada de mais natural em entender”, a partir da razão formal-abstrata e/ou pelo irracionalismo, que as mazelas decorrentes e/ou inerentes à ordem social, que atingem a sociedade devem ter como resposta nada que caminhe para além da aparência do real, atuando de forma superficial que não confronta e/ou tenta modificar a realidade social.

Assim, surgem alternativas a partir da fé¹³¹, da força da vontade do indivíduo, do *empowerment*, como respostas às demandas dos sujeitos sociais para ultrapassarem a condição de subalternidade e pobreza. Os teóricos “pós-modernos” defendem um pluralismo dos “jogos de linguagem” que não permite avançar além dos consensos locais, impossibilitando discernir as injustiças sociais e a ordem vigente. Esses ideólogos, ainda que se afirmem como progressistas, apóiam, com suas interpretações

¹³⁰ Trouxe a “flexibilização” e a precarização das relações de trabalho (com o intuito da extração da mais-valia absoluta).

¹³¹ No ano de 2007, segundo a revista Veja - de fevereiro de 2008, o livro de auto-ajuda e esoterismo mais vendido foi o “O segredo” da autora Rhonda Byrne. Esse livro aborda, assim como os outros de auto-ajuda, a possibilidade dos sujeitos modificarem desde de sua auto-estima até a sua condição social a partir da fé. O segredo, para a autora, é a pessoa ter certeza que seus desejos serão realizados.

do real, as injustiças e, por isso, devem ser considerados conservadores ou neoconservadores. (MARDONES, 1994).

Nesse caminho, os ideólogos da ordem estabelecida afirmam uma solidariedade local e, até mesmo, supraclassista da sociedade civil, atrelada ao *marketing* social das empresas e à prestação de serviços das ONG'S – o “Terceiro Setor”, que é (para eles) muito mais “popular, transparente e democrático” para dar respostas às expressões da “questão social”, do que o Estado.

À luz dessas questões, podemos entender que o movimento do capital se articula para se manter e otimizar seus lucros, a partir dos diversos instrumentos junto a esse processo da reestruturação do capital, como a desresponsabilização do Estado frente à “questão social”, que promove a moralização e individualização das refrações da “questão social”.

A consequência é a regressão do padrão de proteção social, a partir da atuação do “Terceiro Setor”, da mercantilização dos serviços sociais e da estratégia político-ideológica da “Responsabilidade Social”, que além de gerar incentivos fiscais às empresas, otimizar os lucros por intermédio do *marketing* social, legitima todo esse processo de reversão conservadora. E afirma-se até a possibilidade da construção de um capitalismo sustentável!¹³²

3.2. A sociedade civil: um espaço ardiloso

É a partir dessa (ir)racionalidade que se configura a hegemônica interpretação da realidade social. Um momento que indica a crise dos referenciais políticos tanto da classe trabalhadora, pelo colapso da experiência socialista no Leste Europeu, quanto da burguesia, pelo esgotamento do pacto Keynesiano-fordista, e aponta para um movimento da classe dominante de busca de um novo “pacto social” que favoreça integralmente os seus interesses.

O tema em questão – a “Responsabilidade Social das empresas” – considerada

¹³² A partir de uma racionalidade, sem as pretensões universalizantes da razão moderna que, resolvendo alguns “problemas”, tornará essa ordem sócio-política adequada para todos.

aqui como mais uma estratégia do capitalismo nesse momento de reestruturação para superação da crise e para preponderar a sua legitimidade.

Faz-se necessário apontarmos o movimento de rearticulação da burguesia nacional na busca de hegemonizar o seu projeto societário fundamentado no ideário neoliberal, que por sua vez, foi renomeado por “Terceira Via”¹³³, uma vez que esses ideólogos consideram o neoliberalismo muito “radical”. Contudo, sabemos que se trata do mesmo projeto societário com suas respectivas funções, apenas com a tentativa de “humanizar” os termos sugerindo uma “humanização” das relações de exploração e expropriação que o sistema promove e supondo a “harmonia e o consenso” entre as classes.

133

A “Terceira Via” é, portanto, a continuidade do que é essencial da fase thatcherista uma vez que, dado o enorme desgaste que o neoliberalismo clássico acumulou ao longo de quase vinte anos, acabou sendo fragorosamente derrotado eleitoralmente pelo NL de Tony Blair. O seu traço de descontinuidade em relação ao thatcherismo aflora ao tomar algumas decisões políticas — em verdade politicistas — como o reconhecimento do Parlamento na Escócia, mas que não se constituem como um entrave para a continuidade do projeto do capital britânico, reorganizado durante a fase neoliberal. O NL que emergiu vitorioso no processo eleitoral de 1997, despojado de seus vínculos com o seu passado reformista-trabalhista, converteu-se no New Labour pós-Thatcher, “moderno”, defensor vigoroso da “economia de mercado”, da flexibilização do trabalho, das desregulações, da “economia globalizada e moderna”, enfim, em tudo aquilo que foi fundamentalmente estruturado durante a fase clássica do neoliberalismo. Sua defesa do Welfare State, por exemplo, é completamente diferente da social-democracia clássica. Tony Blair quer “modernizar” o Welfare State. Porém, “modernizá-lo” significa a destruição dos direitos do trabalho, que são definidos por Blair como “herança arcaica”.

Giddens oferece um claro desenho deste projeto: “A Terceira Via oferece um cenário bastante diverso dessas duas alternativas [social-democracia e neoliberalismo]. Algumas das críticas formuladas pela nova direita ao Welfare State são válidas. As instituições de bem-estar social são muitas vezes alienantes e burocráticas; benefícios previdenciários criam direitos adquiridos e podem acarretar conseqüências perversas, subvertendo o que originalmente tinham como alvo. O Welfare State precisa de uma reforma radical, não para reduzi-lo, mas para fazer com que responda às circunstâncias nas quais vivemos hoje.” Politicamente, “a Terceira Via representa um movimento de modernização do centro. Embora aceite o valor socialista básico da justiça social, ela rejeita a política de classe, buscando uma base de apoio que perpassasse as classes da sociedade”. Economicamente, a Terceira Via propugna a defesa de uma “nova economia mista”, que deve pautar-se pelo “equilíbrio entre a regulamentação e a desregulamentação e entre o aspecto econômico e o não-econômico na vida da sociedade”. Ela deve “preservar a competição econômica quando ela é ameaçada pelo monopólio”. Deve também “controlar os monopólios naturais” e “criar e sustentar as bases institucionais dos mercados”. Em conformidade no essencial com os valores do capitalismo da “era da globalização”, o abrandamento discursivo e a ambigüidade do ideário da Terceira Via (sempre se definindo entre a social-democracia e o neoliberalismo) são condicionantes que o capitalismo teve que assimilar para continuar mantendo a sua pragmática, dado o esgotamento da sua variante neoliberal clássica. Como disse Tony Blair, “A Terceira Via é a rota para a renovação e o êxito para a moderna social-democracia. Não se trata simplesmente de um compromisso entre a esquerda e a direita. Trata-se de recuperar os valores essenciais do centro e da centro-esquerda e aplicá-los a um mundo de mudanças sociais e econômicas fundamentais, e de fazê-las livres de ideologias antiquadas. (...) Na economia, nossa abordagem não elege nem o 'laissez faire' nem a interferência estatal. O papel do governo é promover a estabilidade macroeconômica, desenvolver políticas impositivas e de bem-estar, (...) equipar as pessoas para o trabalho melhorando a educação e a infra-estrutura, e promover a atividade empresarial, particularmente as indústrias do futuro, baseadas no conhecimento. Nos orgulhamos de contar com o apoio tanto dos empresários, como dos sindicatos”. (ANTUNES, 1999: 49-50).

Assim, é importante pontuarmos brevemente a idéia que se popularizou – no Brasil - em torno de uma interpretação restrita da sociedade civil como se essa só estivesse permeada por interesses populares que reivindicam um projeto emancipatório da classe trabalhadora e uma visão do Estado como autoritário, burocrático e repressivo. Isso desencadeia a partir dessa

(...) percepção dicotômica, ao mesmo tempo em que vem dificultando a reflexão e o debate sobre as estratégias a serem adotadas pelas forças reunidas em torno do projeto emancipatório da classe trabalhadora em relação ao Estado em sentido estrito, tem simultaneamente impedido que essas mesmas forças apreendam os movimentos de reorganização das várias frações da burguesia brasileira e de seus aliados, com vistas a superar a crise de hegemonia instalada no país nos anos de pós -"milagre econômico". Em suma, essa visão dicotômica tem impedido uma percepção da sociedade civil também como *locus* importante de consolidação da hegemonia da burguesia brasileira nos tempos de neoliberalismo, ou seja, como espaço privilegiado de consolidação de uma nova pedagogia da hegemonia. (NEVES, 2005: 87)

Para Neves (2005) essa interpretação se deve em parte à experiência da história brasileira que vivenciou longos períodos ditatoriais e que no período da redemocratização nos anos 1980 teve a sociedade civil como protagonista nesse momento de fortalecimento da organização dos movimentos sociais populares – esse fato significa erroneamente para muitos que a sociedade civil¹³⁴ é um espaço homogêneo de representação dos interesses dos trabalhadores e dos setores populares.

Com isso, há um incrível aproveitamento por parte da burguesia a partir dessa apreensão de sociedade civil, exemplo disso é o “Terceiro Setor” que se intitula como representante da sociedade civil, que defende os “interesses de todos e assim democráticos”.

¹³⁴ Gramsci percebeu que, a partir da segunda metade do século 19, havia surgido uma nova esfera do ser social capitalista: o mundo das auto-organizações, do que ele chamou de “aparelhos privados de hegemonia”. São os partidos de massa, os sindicatos, as diferentes associações — tudo aquilo que resulta de uma crescente “socialização da política”. Ele deu a essa nova esfera o nome de “sociedade civil” e insistiu em que ela faz parte do Estado em sentido amplo, já que nela têm lugar evidentes relações de poder. A “sociedade civil” em Gramsci é uma importante arena da luta de classes: é nela que as classes lutam para conquistar hegemonia, ou seja, direção política, capacitando-se para a conquista e o exercício do governo. Ela nada tem a ver com essa coisa amorfa que hoje chamam de “terceiro setor”, pretensamente situado para além do Estado e do mercado. Entrevista com Carlos Nelson Coutinho para a *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais!, 21 nov. 1999.

Assim, não podemos esquecer que essa idéia de beneficiar o “interesse de todos” é “consensualizada” a partir de uma concepção de um “pacto social” de colaboracionismo entre as classes. Em outros termos, a suposição de que “não existe mais antagonismo entre as classes, apenas diferenças”.

Todo esse processo integra a ampla reestruturação do capital que tem como um dos objetivos fundamentais a implementação da contra-reforma do Estado¹³⁵ - iniciada no Brasil em 1995 – que tem como foco principal regular a relação entre Estado e sociedade civil de forma a conduzir uma “nova sociabilidade” na construção de um novo “consenso” para tornar hegemônica essa “nova cultura” de um “pacto social”. De forma a desonerar o capital e o Estado da regulação social.

A reforma administrativa da aparelhagem estatal de 1995 constitui-se em um importante ponto de inflexão na implementação do modelo neoliberal de sociabilidade, com o Estado transferindo suas responsabilidades sociais diretas para a sociedade civil, abrindo os espaços para a ampliação das atividades das denominadas organizações não-governamentais (ONGs). A legislação brasileira acompanhou esse movimento, sendo parte importante no processo de construção da “pedagogia da hegemonia”. (ALGEBAILÉ IN: NEVES, org. 2005: 196).

A “Terceira Via” por suas características tem como objetivos práticos construir uma certa “consciência” política que não possibilite ao indivíduo compreender o seu real papel sociopolítico-econômico no mundo a partir de sua posição nas relações de produção, objetiva orientar e estimular a possibilidade de associação a um outro indivíduo ou a pequenos grupos próximos para participação em processos políticos mais simples.

Era preciso buscar, no interior da “esquerda”, as condições de continuidade da política (em sentido amplo) vigente na fase do neoliberalismo. Era preciso acenar com mudanças superficiais para que o essencial da pragmática do neoliberalismo fosse preservada e, em caso de alteração, o fosse somente em sua epiderme. (ANTUNES, 1999: 38)

¹³⁵ O MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – existiu no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998.

Pretende-se dessa forma, repolitizar os sujeitos, romper com a “apatia política” e com o “isolamento”, para criar os pressupostos necessários a um tipo determinado de participação na vida social e política, sem que isso signifique incentivo a níveis mais elevados de consciência política e a senso de pertencimento a uma classe social.

Nesse mesmo caminho, as seqüelas da “Questão Social” são interpretadas como conseqüência da incapacidade individual e deve ser enfrentada por meio de valores morais positivos universalmente e mecanismos relacionados à ajuda mútua.

É nesse cenário de um capitalismo dito “responsável” ou “sustentável”, “reformado ético-moralmente” – que a “Terceira Via” do neoliberalismo sugere a existência de um “capital social”!

Com essa proposição, a Terceira Via recupera e articula duas noções importantes para as estratégias capitalistas de dominação. Inicialmente, retoma a teoria do “capital humano”, difundida por Theodore Schultz nos anos 1960, em que se definia o conhecimento e as capacidades técnicas dos trabalhadores como uma forma de capital capaz de gerar lucro e riqueza. Para a teoria do capital humano, existiria uma associação direta, portanto não histórica, entre produtividade, eficiência, desenvolvimento e riqueza capaz de explicar as diferenças de crescimento econômico entre países e empresas e de salários entre os indivíduos.

Nessa concepção, o homem-trabalhador é reduzido a um tipo de capital. De posse dessa inquestionável compreensão, é proposto que todos seriam capitalistas: alguns por serem os proprietários dos meios de produção (a burguesia) e outros por serem proprietários do capital humano (os trabalhadores). Partindo desse pressuposto, a teoria do capital humano chega uma impressionante conclusão: no capitalismo não existem classes sociais. Nas palavras de Schultz (1973,p. 15), “[...] a característica distintiva do capital humano é a de que ele é parte do homem. É humano portanto se acha configurado no homem e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de rendimentos futuros, ou ambas as coisas”. (LIMA & MARTINS IN: NEVES, org. 2005: 62)

Sem sombra de dúvidas o capital como identificou Marx (1983) é uma relação social, porém uma relação social de exploração da força de trabalho pelo capital em que uma classe subordina a outra.

Atrelados a essa noção de “capital humano” – no atual contexto de legitimação da hegemonia¹³⁶ burguesa – estão o “capital social”, “desenvolvimento social sustentável”, “Responsabilidade Social empresarial”, termos que são utilizados pelos organismos internacionais como a ONU¹³⁷ para caracterizar a articulação dos grupos de indivíduos, comunidade local, empresas na solução dos problemas sociais imediatos e direcionar, conforme a estratégia neoliberal, as políticas sociais.

Há um direcionamento da solução ou intervenção às demandas da “Questão Social” a partir da mobilização social da comunidade local, ONG’S, empresas privadas por meio da “parceria” com o Estado.

Esse ideário aplicado pelo projeto neoliberal da “Terceira Via” sobre esses diversos “lemas” como o “desenvolvimento sustentável” atua como forma de estabilidade e crescimento econômico. E dissemina que essa “nova cultura” possibilita o *empowerment* dos indivíduos e comunidades para o desenvolvimento social. Com a

¹³⁶ Para Gramsci, a hegemonia envolve todo um processo de tomada de consciência de persuasão. Conforme o Dicionário do Pensamento Marxista: *Muitos comentaristas mostram-se de acordo quanto a que hegemonia é o conceito chave dos Quaderni del carcere de Gramsci e a sua contribuição mais importante para a teoria marxista. Nos escritos de Gramsci anteriores à prisão, nas poucas ocasiões em que o termo é usado, refere-se a uma estratégia da classe operária. Em um ensaio que escreveu pouco antes de ser preso em 1926, Gramsci empregou a palavra para referir-se ao sistema de alianças que a classe operária deve criar para derrubar o ESTADO burguês (Gramsci, 1978: 443). Mais ou menos na mesma época, Gramsci valeu-se igualmente do termo para argumentar que o proletariado soviético teria de sacrificar seus interesses corporativos, econômicos, de modo a sustentar uma aliança com a classe camponesa e servir assim aos seus próprios interesses gerais (Gramsci, 1978: 431). Nos Quaderni del carcere, Gramsci vai além desse emprego do termo, semelhante ao sentido que tinha nos debates da Internacional Comunista no período, para aplicá-lo ao modo pelo qual a burguesia estabelece e mantém sua dominação. Os exemplos históricos que ele discute nesse contexto são a Revolução Francesa e o Risorgimento italiano, contrastando a ampla base de consenso do novo Estado francês com o consenso limitado desfrutado pelo Estado na Itália unificada. Ao discutir as diferentes manifestações da dominação burguesa, apóia-se na leitura crítica de pensadores como Maquiavel e Pareto, descrevendo o Estado como força mais consentimento. Nas condições modernas, argumenta Gramsci, uma classe mantém seu domínio não simplesmente através de uma organização específica da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados unificados num bloco social de forças que Gramsci chama de bloco histórico (Portelli, 1978). Este bloco representa uma base de consentimento para uma certa ordem social, na qual a hegemonia de uma classe dominante (...) é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e idéias. Essa “textura de hegemonia” é tecida pelos INTELECTUAIS que, segundo Gramsci, são todos aqueles que têm um papel organizativo na sociedade (Pitote, 1970 e Risset, 1967). (BOTTOMORE, 1983: 177)*

¹³⁷ *Duas das principais iniciativas internacionais que buscam incentivar o setor privado a assumir uma conduta cidadã passarão a atuar em conjunto. Fecharam um acordo nesse sentido o Pacto Global, criado em 2000 pela ONU com o objetivo de promover a responsabilidade social, e a GRI (Global Reporting Initiative), fundada em 1997 com a proposta de estimular as empresas a monitorar e divulgar periodicamente a sustentabilidade de suas atividades.*

A parceria tem o objetivo de alinhar as estratégias das duas iniciativas, que têm propostas semelhantes — uma voltada à responsabilidade social e, outra, à sustentabilidade. A idéia é aproveitar os avanços conquistados e aumentar a difusão dos princípios de cidadania junto ao setor privado. Com isso, as empresas associadas ao Pacto Global passam a ter mais facilidade de aderir à GRI, e vice-versa. <http://www.pactoglobal.org.br/view.php?id_mat=48> Acesso em 20/12/2004.

atuação fundamental das

Agências e organismos internacionais [que são] representantes do projeto do neoliberalismo da Terceira Via [que] consideram como fatores essenciais para o aprofundamento da mundialização do capital a harmonia social e uma realização cada vez mais intensa das estratégias de conformação social. A confiança que a população depositaria em si mesma se aliaria à confiança que a população teria de construir com relação aos valores dos empresários do capital industrial e financeiro. Essa aquiescência e identificação ampliam a realização do individualismo como valor moral radical em suas dimensões individual e coletiva, tentando encobrir a correlação de forças sociais, contribuindo para distorcer o nível de consciência social e as relações entre as classes sociais fundamentais do próprio capitalismo, tomando o partido do capitalismo internacional, o partido dos países que se consideram como “comunidade do desenvolvimento” e “países doadores” desse desenvolvimento, e atuam como condutores de desenvolvimento para os países periféricos. (MELO IN: NEVES, org. 2005: 82)

Como nos referimos anteriormente, o intuito é velar a contradição entre as classes sociais, com o apoio primordial das teorias “pós-modernas” para esse processo, pois prezam a individualização e a moralização para solução dos problemas sociais, - é a “subjetividade que está em jogo”, “basta os sujeitos acreditarem no seu potencial individual”, se “empoderarem”. A anuência dos sujeitos em relação a essas idéias prejudica ainda mais a consciência social da realidade.

Aqui no Brasil, o governo Lula tem desempenhado um papel pedagógico fundamental com seu Programa Fome Zero¹³⁸, que entrou no lugar do Programa Comunidade Solidária¹³⁹ do governo Fernando Henrique Cardoso, pois mobiliza uma

¹³⁸ Verifique a crítica ao Programa Fome Zero na dissertação de mestrado de Siqueira (2007).

¹³⁹ *A busca de políticas sociais públicas mais eficientes e o crescimento da participação da sociedade civil em iniciativas sociais levaram à criação, em 1995, da Comunidade Solidária.*

*A Comunidade Solidária significa um novo modelo de atuação social baseado no princípio da **parceria**. Somando esforços dentro de um espírito de solidariedade, governo e sociedade são capazes de gerar os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para combater com eficiência a pobreza e a exclusão social.*

Os resultados da Comunidade Solidária confirmam seu sucesso. No período de 95 a 98, em conjunto com seus parceiros, beneficiou 1369 municípios com investimentos da ordem de 7,8 bilhões de reais, atendendo mais de 53 milhões de pessoas, através de programas de educação, saúde, alimentação, saneamento, habitação e geração de renda.

Dentre outros resultados, destaca-se o número de matrículas no ensino fundamental dos municípios beneficiados, ampliado em 18%. Além disso, houve uma queda significativa na taxa de mortalidade infantil, de 82,6 por mil em 94 para 47,2 por mil em 97.

A Comunidade Solidária atua simultaneamente em duas frentes, de forma autônoma:

- *Promoção de parcerias entre o governo e as organizações da sociedade civil. Esta é uma responsabilidade do Conselho da Comunidade Solidária.*

grande parcela da população para atuarem na “sociedade civil” transmutada em “Terceiro Setor” como voluntários para atender às demandas do agravamento da miséria. A atuação desse programa é voltada para as “parcerias” que o governo realiza com empresas, ONG’S, sindicatos etc, que aglutinam um mutirão de combate à fome.

E assim, logo se afirmou em seu inicial programa de governo que contaria “com a ajuda de milhares de organizações que fazem parte do chamado Terceiro Setor e dos investimentos sociais das empresas socialmente responsáveis”¹⁴⁰

Destarte, o governo utiliza um apelo individual à solidariedade com vistas a um pacto nacional sedimentando uma diretriz político-ideológica em conjunto com os organismos internacionais. Com ações culturais e políticas direcionadas para a formação de uma “nova sociabilidade”, em que a participação política seja voltada para soluções individuais ou locais, com o intuito de repolitizar a classe trabalhadora com o objetivo de “humanizar” as relações de exploração e de dominação, para alterar sua consciência política de militante a voluntário.

Dessa forma, estimula-se uma reeducação da consciência dos trabalhadores a partir da refuncionalização das bandeiras dos movimentos sociais da década de 1980 – período da redemocratização brasileira. Portanto, todo esse ideário neoliberal consolidado pela “Terceira Via” de forma mais “humana” estimula a criação de novos sujeitos políticos na difusão das estratégias da legitimação burguesa do novo “pacto social”.

Os meios de comunicação têm papel fundamental nesse cenário de difusão dessa nova “cultura de cidadania” neoliberal por meio do incentivo ao desenvolvimento

-
- *Articulação de parcerias dentro do próprio governo, entre os níveis federal, estadual e municipal, voltadas para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento em municípios pobres. Esta é uma atribuição da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária.*

O trabalho da Secretaria Executiva começou em 1995 focalizado nas ações de combate à pobreza nos bolsões de miséria. Tiveram prioridade 1.369 municípios beneficiados por 16 programas governamentais da Agenda Básica, executados pelos vários ministérios. A experiência mostrou, no entanto, que só as políticas assistenciais não são suficientes para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento necessário nas localidades carentes. Por isso, a partir de 1999, a Secretaria Executiva passou a investir numa nova estratégia do Governo Federal: o Desenvolvimento Local Integrado Sustentável. Trata-se de uma forma inteligente e planejada de promover o desenvolvimento, possibilitando o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades mais imediatas. É um Programa que descobre valores humanos, desperta as vocações locais e desenvolve potencialidades específicas. Seu grande diferencial é fomentar o intercâmbio externo, otimizando vantagens locais, por uma comunidade ativa e organizada planejando seu futuro.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/estr_02/secexec/Oque.htm Acesso em 10 de janeiro de 2008.

¹⁴⁰ < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos-lula-programa-03-01.shtml> > Acesso em 20/02/2005.

de ações de voluntariado e de “Responsabilidade Social”.

As fundações empresariais, as organizações sindicais, as ONG's e as empresas estatais financiam atividades culturais, esportivas com o intuito de promover a coesão social e melhorar a auto-estima dos cidadãos brasileiros como forma de colaboracionismo entre as classes, difundida pelo ideário também da Igreja católica que enfatiza o “compromisso” entre as classes sociais, estimulando as classes dominantes a doação aos subalternos e esses por sua vez se sentem pertencentes à mesma teia de relações sociais responsáveis não por sua exploração, mas por sua inserção social futura.(NEVES, 2005:108).

3. 3. Os ganhos da empresa com a “Responsabilidade Social”

Aqui neste ponto demonstraremos de forma crítica as vantagens que os empresários conseguem a partir da “Responsabilidade Social”, que até mesmo os autores da literatura empresarial afirmam que

(...) mais recentemente, as empresas descobriram o filão do social como negócio. Alguns bancos já lucram com o socialmente correto através do financiamento de projetos com recursos carimbados pelo compromisso da responsabilidade social. (MELO NETO & FROES; 2001: 10).

Atualmente, como nos remetemos anteriormente, a “Responsabilidade Social” se afirma como uma exigência de mercado, como uma questão estratégica que sinaliza um grande fator que motiva o investimento em ações sociais e ambientais, já que confere incrementos e competitividade para as empresas.

Há um aperfeiçoamento das estratégias de auferir a hegemonia do novo projeto societário burguês, a partir do refinamento progressivo das suas ações políticas de suas organizações em diferenciados momentos.

Os empresários objetivam difundir a idéia de compatibilidade entre investimentos sociais e eficácia da produtividade e dos lucros como forma de universalizar suas propostas de reestruturação do capitalismo brasileiro.

Externamente, a empresa lucra socialmente com a maior credibilidade e confiança que os clientes nela depositam, o que se reflete no aumento da venda de seus produtos e serviços; com seu reforço de imagem; e com a maior capacitação profissional da mão-de-obra local.

Analisemos as principais características deste novo setor emergente:

- a) desenvolveu-se em decorrência da revolução na estrutura produtiva da sociedade, ocorrida neste final de século, responsável pela fragmentação das cadeias produtivas de diversos setores e, conseqüentemente, pelo deslocamento das grandes unidades produtivas e suas indústrias e fornecedores-satélites;
- b) tem nas empresas socialmente responsáveis o seu principal agente social;
- c) impulsiona grande mobilização do trabalho voluntário;
- d) apresenta foco no desenvolvimento sustentável das localidades e regiões;
- e) requer adoção do modelo de parceria envolvendo governo local, empresas, ONG'S e demais entidades da sociedade civil, constituído pela formação de redes sociais;
- f) gera produção de 'capitais sociais' distintos. (MELO NETO & FROES; 2001: 24).

Podemos verificar as vantagens de obterem lucros com a “Responsabilidade social” sem precisar dispor de muitos recursos financeiros, porque podem contar com o apoio dos trabalhadores que atuam como voluntários, - que muitas vezes extrapolam o expediente - para as ações sociais prestadas pelos projetos sociais das empresas.

3.3.1. Engajamento dos trabalhadores

Verificamos em nossa pesquisa que o emblema “Responsabilidade Social” não somente encobre algumas irregularidades, como as supracitadas no ponto 2.2, como também consegue o engajamento dos trabalhadores como voluntários nos programas de “Responsabilidade Social” das empresas ou nas fundações empresariais, mesmo aqueles que são prejudicados com a perda de direitos trabalhistas, a partir dos contratos precários que estabelecem com as terceiras das corporações. Nossos estudos nos possibilitou verificar e entender as diversas funções da “Responsabilidade Social”.

São os trabalhadores das corporações ou aqueles que estão fora do mercado de trabalho que atuam como voluntários no chamado “Terceiro Setor” – composto por ONG’S, fundações empresariais, institutos, associações ou mesmo em ações diretas prestadas pelas empresas.

Esse engajamento estimulado tanto pelos recursos humanos das empresas quanto pela mídia enfraquece a articulação do movimento dos trabalhadores na luta pelo seu projeto societário.¹⁴¹

Antunes (1995) aponta alguns elementos centrais para o nosso entendimento, viabilizando uma apreensão mais totalizante da crise que se abateu no interior do movimento operário. Seu desenvolvimento seria aqui impossível, dada a amplitude e complexidade de questões. A sua indicação, contudo, é fundamental porque afetou tanto a materialidade da classe trabalhadora, quanto a sua esfera mais propriamente política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações práticas concretas.

No atual momento histórico vivenciamos um quadro de crise hegemônica do capital, que abateu o conjunto das economias capitalistas, que deflagrou no início dos anos 1970. Diante à intensidade da crise, o capital desenvolveu práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada favorecendo o espectro da destruição global.

Essa crise fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um amplo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução do capital que afetou profundamente os trabalhadores.

Outra questão fundamental para o entendimento das causas do refluxo do movimento operário decorre da queda do Leste europeu (e da quase totalidade dos países que tentaram uma transição socialista, com a URSS à frente), propagando-se a falsa idéia do “fim do socialismo”.

Isso proporcionou no plano mais imediato, em significativos contingentes dos movimentos da classe trabalhadora a aceitação e mesmo assimilação da equivocada tese do “fim do socialismo” e, a “crise do marxismo”.¹⁴²

¹⁴¹ Verifique sobre a história do sindicalismo brasileiro em Antunes (1995) e Mattos (2003).

¹⁴² A concepção do marxismo soviético foi extremamente determinista e evolucionista, afirmando que o socialismo seria inevitável com a evolução das forças produtivas. Com essa argumentação e evidenciando a importância dessas críticas que demonstram o afastamento do Marxismo-Leninismo em relação ao pensamento marxiano. NETTO (1991) concorda com uma decadência dessa vertente, concomitante com o desmoronamento da experiência no Leste Europeu. Entretanto, discorda que essa condição possa ser transposta para o conjunto: a crise do “Socialismo Real” só pode ser identificada com uma “crise” do marxismo se esse for identificado com o Marxismo-Leninismo.

Como conseqüência do fim do "bloco socialista", os países capitalistas destroem brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores, dada a "inexistência", segundo o capital, do "perigo socialista" na atualidade. Portanto, a crise do "Socialismo Real" teve grande impacto no movimento operário. Bastaria somente lembrar a crise que se abateu nos partidos comunistas tradicionais, e no sindicalismo a eles vinculado.

Atrelado também à crise da esquerda tradicional da era stalinista iniciou-se um processo político e ideológico de "social-democratização" da esquerda, e a sua atuação subordinada à ordem do capital. Essa influência social-democrática afetou profundamente a esquerda sindical e partidária, que repercutiu, no interior da classe trabalhadora. Essa posição social-democrática atingiu também o sindicalismo de esquerda que passou a recorrer, cada vez mais, à institucionalidade e a burocratização que também caracterizam a social-democracia sindical. (ANTUNES, 1995)

Concomitante a todos esses acontecimentos, houve uma expansão do ideário neoliberal e a conseqüente "crise" do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais do capitalismo, de forma que desencadeou um processo de regressão da própria social-democracia, que passou a defender uma agenda muito próxima às metas neoliberais.

Assegura ainda, que não é diferente do que ocorreu ao longo da constituição da tradição marxista, onde se pode ver a existência de crises de uma ou outra vertente, funcionando, inclusive, como incentivo para a emergência de vertentes alternativas.

É nesse sentido, que se pode visualizar o amadurecimento dentro da tradição marxista, em que pensadores marxistas têm direcionado seus esforços no sentido de a partir do próprio Marx, desmontar construções vulgarizadas e mecanicistas, preponderantemente aquelas que realmente parecem subestimar ou ignorar o papel ativo do indivíduo na história e valorizar categorias ditas econômicas e macro-societárias.

O esforço desses pensadores foi fortemente influenciado pela necessidade de contraposição ao Marxismo-Leninismo e foi beneficiado pela descoberta de textos marxianos fundamentais para alicerçar uma concepção humanista em Marx como os "Manuscritos Econômicos e Filosóficos" e a "Ideologia Alemã". Embora escritos em 1844 e 1845/1846, respectivamente, esses textos só foram publicados, em língua original, em 1932, deixando uma grande lacuna no conhecimento da totalidade da obra de Marx por parte das gerações posteriores, incluindo pensadores extremamente significativos como Lênin, Kautsky e Rosa Luxemburgo.

A partir desses textos, e também dos "Grundrisse – Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política" escrito em 1857/1858 e publicado entre 1939 e 1940, não cabe, a não ser por pura desinformação, o argumento de que Marx não contemplou o indivíduo, as relações entre o homem e a natureza e entre os próprios homens e outras categorias, como a liberdade, por exemplo. Em síntese, podemos afirmar que não é possível falar em "crise" do marxismo e sim, em crises dentro da tradição marxista, como o grande historiador Hobsbawm (1989) que afirmou (...) *o marxismo em seu todo permaneceu vivo e atual "graças ao relevo político persistente da análise de Marx. Ele é um instrumento para a análise do capitalismo e, neste sentido, é útil estudá-lo". E uma vez estudado, seu notável interesse intelectual exerce atração. Enquanto o capitalismo requerer crítica, o marxismo pode ser transformado, mas é improvável que desapareça.* (IDEM: 63).

A agenda neoliberal passou a ditar as “regras” e o seu programa passou a ser implementados pelos países capitalistas centrais, inicialmente, e posteriormente nas periferias, contemplando o “ajustamento” desses por meio da reestruturação produtiva; das privatizações; da desresponsabilização do Estado frente à regulação social; das políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital; da regressão dos direitos sociais dos trabalhadores e do combate ao sindicalismo classista; propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura "pós-moderna" é expressão; e combate direto contra qualquer projeto societário contrário aos valores e interesses do capital.

Uma processualidade complexa que a partir da crise estrutural do capital, concomitante ao fim do Leste europeu, onde parcelas importantes da esquerda fragmentaram ou derruíram, a também forte crise da social-democracia, fez com que o neoliberalismo se expandisse fortemente com seu projeto econômico, social e político. Todos esses acontecimentos abalaram profundamente os trabalhadores e a sociedade em sua totalidade.

E como mencionamos no início de nossa exposição, as respostas do capital frente à sua crise estrutural foram e são várias transformações no processo de produção do capital que trouxeram inúmeras repercussões nas relações de trabalho.

Nas últimas décadas, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, através do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação “flexível” e dos “modelos” alternativos ao taylorismo/fordismo, no qual se destaca, para o capital, especialmente, o "toyotista" ou japonês. Essas mutações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical. (ANTUNES, 1995)

Essencialmente, essas novas estratégias da produção “flexibilizada” tem como objetivo, além de extrair mais excedente, tem também como meta a “adesão” por parte dos trabalhadores ao projeto do capital como “colaboradores”, procura-se uma forma de envolvimento manipulatório levado ao limite, no qual o capital busca o consentimento dos trabalhadores, no interior das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital.

Decorrente desse processo, sucedeu a fragmentação, a heterogeneização e a complexificação da classe trabalhadora. No entanto, tornou-se mais qualificada em

alguns setores, na qual houve uma relativa intelectualização do trabalho, mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos.

Destarte, formou-se, de um lado, em proporção minoritária, o trabalhador "polivalente e multifuncional", capaz de operar milhares de máquinas e de outro, uma massa precarizada, sem qualificação, que hoje está vivenciando o desemprego.

Essas profundas transformações nas relações de trabalho criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea e mais fragmentada, que dificulta ainda mais o processo de mobilização contra a ordem societária

Assim, podemos verificar que os movimentos dos trabalhadores se vêm deparando com condições adversas na disputa por um projeto de sociedade alternativo ao da burguesia nacional e internacional, esse sustentado no chamado "pacto social", no "colaboracionismo" entre as classes.

Essa adversidade foi exacerbada, no caso brasileiro, quando o empresariado passou a desenvolver com mais intensidade sua "ação social" para justamente desacelerar a ascensão do movimento sindical e popular – no momento de radicalização política / redemocratização, que no Brasil foi nos anos 1980. A burguesia brasileira recorreu e com maior afinco recorre atualmente à busca de um determinado "consenso" junto aos trabalhadores.

É importante pontuar, que as estratégias de convencimento e de educação da força de trabalho são utilizadas - de forma regulamentada pela burguesia brasileira - desde a década de 1940 com a criação do Senai em janeiro de 1942 (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) que é um organismo que abarca essas tarefas, assim como o Sesi (Serviço Social da Indústria) que também está sob a direção da burguesia industrial representada pela CNI (Confederação Nacional das Indústrias).

Art. 1º Fica atribuído à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar o Serviço Social da Indústria (SESI), com a finalidade de estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país e, bem assim,

para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes.¹⁴³

Percebe-se o objetivo de uma educação política por meio da promoção de ações ligadas à saúde, educação e lazer dos trabalhadores com base na colaboração ao invés do confronto classista.

O PNBE¹⁴⁴ - Pensamento Nacional das Bases Empresariais – foi fundamental para o direcionamento político do setor industrial da burguesia brasileira, na década de 1980, com forte crítica enfocada no sistema sindical patronal e na aparelhagem estatal, abordou temas como

“democracia”, “participação” e “representatividade” [que se] tornaram (...) recorrentes no vocabulário do PNBE. De alguma forma, ainda que inspirado em uma lógica burguesa, o PNBE estendia ao sistema patronal a mesma crítica que diversos sujeitos políticos coletivos e intelectuais faziam ao Estado brasileiro quanto à prevalência do autoritarismo e das decisões políticas tomadas “pelo alto”. Com esses elementos e dentro dos limites de sua própria classe, o PNBE acenava favoravelmente a mudanças no comportamento empresarial, tanto na relação com o governo quanto na relação com as entidades da classe trabalhadora.

Esse posicionamento indica que os empresários reunidos no PNBE pareciam estar conscientes de que os anos 1980 haviam gerado um quadro de incertezas políticas e econômicas cujos desdobramentos ameaçavam as perspectivas de futuro de sua classe. (MARTINS IN: NEVES, org. 2005: 140)

O objetivo era gerar um entendimento político e estabelecer “pactos” entre trabalhadores, patrões e governo – uma estratégia para o enfrentamento da instabilidade política instalada no país decorrente da crise mundial e de introdução de um novo projeto societário - de uma democracia restrita (NETTO; BRAVO).

¹⁴³ DECRETO-LEI Nº 9.403 - DE 25 DE JUNHO DE 1946 - D.O.U. DE 28/06/46 - Atribui à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar, organizar e dirigir o Serviço Nacional da Indústria e dá outras providências. Disponível em < http://www.mps.gov.br/srp/terceiros/decreto_lei_9403.asp> Acesso em 01/01/2008.

¹⁴⁴ Foi criado em 1987 sob a direção de empresários industriais ligados à Federação das Indústrias de São Paulo.

Dessa forma, essa entidade fez com que ocorresse uma propagação das idéias de que existem “diferenças de interesses” e não “antagonismos de classe”, que deve haver “colaboração social” e não “confronto político” para assim existir um “entendimento nacional entre todos os setores da sociedade”. (MARTINS, 2005).

Neves (2005) afirma que na década de 1990 iniciou-se uma repolitização do sindicalismo dos trabalhadores, “a partir da formação de uma base sindical para legitimação de idéias, ideais e práticas neoliberais e a redefinição do conteúdo e das práticas da Central Única do Trabalhadores (CUT) ” (IDEM: 116). Essa organização que nos anos da abertura política – década de 1980 – protagonizou a construção de um projeto societário de uma democracia de massas e de um novo sindicalismo que rompesse com o corporativismo existente na estrutura sindical iniciada no Estado Novo.

Outro fator que Neves (2005) aponta, foi a criação da Força Sindical¹⁴⁵ (FS) – segmento da direita sindical – que teve como objetivo a disseminação do ideário neoliberal no movimento dos trabalhadores. Isso pode ser atestado

pelo conteúdo e pela forma de elaboração da proposta dessa central para o desenvolvimento brasileiro e para a organização sindical e pelo montante de recursos financeiros destinados pelos governos neoliberais à sua estruturação. (IDEM: 117)

Pois, para a autora, esse conteúdo está nos moldes da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e possui propostas referentes ao projeto da reforma sindical e trabalhista do governo atual (Luiz Inácio Lula da Silva) como

sendo vedadas a intervenção e a interveniência do Poder Público em sua organização; a criação de novos mecanismo, tais como contrato coletivo de trabalho, participação dos trabalhadores na produtividade e nos lucros das

¹⁴⁵

A Força Sindical na síntese de Antunes (...) *estampa uma nova direita em gestação no movimento sindical brasileiro [que] procura introjetar e introduzir o ideário neoliberal no mundo da representação do trabalho e flerta também com a direita da social-democracia européia.* (1995: 38-39)

empresas, contrato de gestão no setor público e revisão das responsabilidades no caso de greve, participação definitiva dos trabalhadores na gestão de instituições e programas públicos, particularmente no que diz respeito à formação, qualificação e reciclagem profissional, política de capacitação tecnológica e política social; **revisão da figura da carteira de trabalho e da atual CLT**; reformulação da Justiça classista (FORÇA SINDICAL, 1993, p. 108). (IDEM: 117, grifos nossos)

Lembremos também que a Cives (Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania) junto ao PNBE¹⁴⁶ priorizaram

a construção de laços políticos **extra-classe** (...) com o PT - , com o objetivo de reeducar politicamente a forma de intervenção desse partido na sociedade e, de modo mais amplo, alterar o horizonte histórico indicado em seu programa : o socialismo.

Aproveitando-se dessas relações, certos intelectuais das duas entidades passaram também a atuar na construção de laços políticos com dirigentes sindicais da CUT, para a edificação de um pacto social em bases mais sólidas e duradouras. (MARTINS IN: NEVES, org. 2005: 143, grifos nossos)

Entretanto, não é só na atualidade que experienciamos esse tipo de detrimento da atuação político-sindical da classe trabalhadora no sentido de limitar a elevação da consciência política das massas, durante a ditadura militar houve um grande incentivo a expansão das entidades filantrópicas em condeno da atuação política dos trabalhadores. Porém, naquela época utilizavam como principal instrumento para o cerceamento a coerção o que hoje não se faz necessário.

No atual momento histórico, percebemos a CUT “cidadã” e os movimentos sociais em geral se organizarem e reivindicarem de forma fragmentada, de modo a acarretar a sua subordinação às diretrizes burguesas. Já que atuam, em sua maioria, como voluntários na prestação de serviços sociais financiados pelo poder público e também pelas empresas com “Responsabilidade Social”; lutam de forma dissociada as relações de trabalho e a construção da cidadania (questões indissociáveis na luta

¹⁴⁶ O PNBE criou a Cives na tentativa de avançar politicamente e com o objetivo de *ponta-lança das relações burguesas para fora da própria classe (...). Observa-se um mesmo grupo político atuando em dois organismos, numa só direção* (MARTINS IN: NEVES, org. 2005: 143)

contra o sistema) e lutam contra questões extra-econômicas como gênero e raça que são financiadas em sua maioria por organismos internacionais¹⁴⁷ e fundações das empresas. (NEVES, 2005).

É importante ressaltar, que além da fragmentação das lutas sociais, a concepção atual de defesa da cidadania é vinculada à idéia de solidariedade, que impulsiona uma “nova cultura” de valores colaboracionista e altruísta. Condição que generaliza e amplia seu conceito, passando da justiça social pregada pela Igreja Católica à defesa do ideário neoliberal.

A “defesa da cidadania” que se traduz na “função social” e o objetivo da “realização do bem comum” das empresas trouxe para os empresários a viabilidade de conciliar a reestruturação do capital e a estabilidade política. A cidadania oferecida pela “Responsabilidade Social” representa um retrocesso, uma cidadania exaurida do verdadeiro sentido da cidadania política.

Uma “cidadania individual” que se “desenvolve a partir da auto-estima dos funcionários” ao prestarem o serviço voluntário dos programas sociais das empresas. Note bem que a cidadania - defendida por esses ideólogos - é individual e remetida a subjetividade do sujeito.

- o investimento em projetos sociais externos aumenta a auto-estima, estimula e motiva empregados da empresa;
- o exercício da cidadania empresarial da organização predispõe seus empregados ao desenvolvimento da cidadania individual;
- o desenvolvimento das competências humanas essenciais (trabalho de equipe, criatividade, inovação, interação etc.) é decorrente da ação social externa da empresa. (MELO NETO & FROES; 2001: 88).

¹⁴⁷ Objetivos do milênio que foram estipulados em 2000 a partir de “oito jeitos de mudar o mundo”. Verifique no site < <http://www.objetivosdomilenio.org.br/> >. Acesso em 22/12/2007.

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade foi criado em 2004 para conscientizar e mobilizar a sociedade civil e os governos para o alcance, até 2015, dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos em 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com 191 países, inclusive o Brasil. É uma iniciativa da sociedade civil, apartidária e ecumênica, representada por um conjunto de empresas, governos e organizações sociais. (...) Cada parcela da sociedade pode exercer sua cidadania e solidariedade ao incentivar e desenvolver ações voluntárias em prol de iniciativas pontuais no seu bairro, na sua cidade, unindo-se na tarefa de contribuir para a mudança do mundo. Mas, para atingirmos os ODMs é fundamental que os governos cumpram a sua parte. <http://www.nospodemos.org.br/mobiliza.htm> > Acesso em 22/12/2007.

Apontam ainda, a possibilidade da construção de um futuro melhor para a coletividade “sem conflitos e lutas de classes por meio de ações individuais, ajuda-mútua e solidariedade”.

E há um certo êxito obtido da burguesia brasileira, pois ao atender interesses de forma focalizada de pequenas demandas de grupos subalternizados há um certo equilíbrio – instável na verdade – mas que faz avançar essa “nova cultura” que a burguesia tenta perpetuar de um novo “pacto social”, com todas as palavras que legitimam esse ideário como “capital social”, “desenvolvimento sustentável”, “responsabilidade social”, “voluntariado”, “agentes sociais”, “ética empresarial”, entre outras como “sociedade da informação e do conhecimento”!

Com o surgimento da *sociedade da informação e do conhecimento*, os empregados passaram a ser crescentemente percebidos e efetivamente considerados seres humanos integrais, dentro da perspectiva holística. Seus conhecimentos, habilidades e capacidades passaram a ser objeto das ações de gerenciamento do *capital intelectual* da empresa.

Mais recentemente, com o surgimento do novo paradigma da *responsabilidade social*, os empregados e seus dependentes tornaram-se *agentes sociais* cujo comportamento tem grande impacto na empresa, na comunidade e na sociedade.

Como *agentes sociais*, os empregados e seus dependentes desempenham papéis dentro e fora da empresa. São promotores da responsabilidade social corporativa ao trabalharem como *voluntários* em programas sociais, ao difundirem valores éticos em suas relações com os diversos públicos da empresa, ao assumirem comportamentos sociais responsáveis em seu cotidiano de vida e de trabalho. (MELO NETO & FROES; 2001: 108-109, grifos nossos).

Destarte, a burguesia objetiva a homogeneização de seus interesses, a redefinição do seu papel no “desenvolvimento sustentável” da sociedade, a abordagem de “questões de interesse amplo” com o intuito de parecer que suas ambições são as das outras classes.

Em outros termos, a estratégia atual é a tentativa de se estabelecer a idéia de que o projeto neoliberal da “Terceira Via” é “transclassista”, por meio da afirmação da “democratização da democracia”, uma ação burguesa de dominação com nova

aparência, que apregoa a fundamentalidade da “cidadania ativa” e extingue por mecanismos políticos e legais a participação na economia, ou seja, uma participação da população sem a possibilidade de alterar o regime societário, que avance e aprimore o sentido histórico do capitalismo. (MARTINS *IN*: NEVES, org. 2005)

Sabemos se tratar de um objetivo claro de desmonte e despolitização das resistências eventuais da classe trabalhadora. E na literatura específica dos setores de economia, de administração que pregam o “paradigma” da “Responsabilidade Social” fica claro essa questão do engajamento dos trabalhadores tornando-os voluntários, agentes sociais - o que limita sua ação político-sindical.

(...) seus funcionários, conscientes da responsabilidade social da empresa, atuam como voluntários em campanhas e projetos sociais; (...)

A empresa socialmente responsável torna-se cidadã porque dissemina novos valores que restauram a solidariedade social, a coesão social e o compromisso social com a equidade, a dignidade, a liberdade, a democracia e a melhoria da qualidade de vida de todos que vivem na sociedade. (MELO NETO & FROES; 2001:36).

Nesse caminho, nada mais contundente no atual contexto, esses ideólogos afirmarem a ação ativa dos “cidadãos” na busca de solucionar a miséria, a “exclusão social”, a participação voluntária, o “estímulo à cidadania” que esvazia o debate em torno da precarização das relações trabalhistas, das políticas sociais e das contra-reformas em voga como a da previdência¹⁴⁸.

Esse discurso pregado tanto pelas corporações quanto pelo governo federal fragmenta a dimensão coletiva das necessidades sociais da força de trabalho, encobre o retrocesso da mercantilização dos serviços sociais, desqualifica os direitos sociais, no sentido de reafirmar o caráter da reversão conservadora e da pretensa “diluição” dos conflitos entre as classes sociais.

¹⁴⁸ *Em síntese, as mudanças no sindicalismo brasileiro ocorreram condicionadas pelas políticas governamentais de: (i) reforma do Estado (previdenciária, tributária e administrativa), (ii) privatização do setor produtivo estatal (energia elétrica, telecomunicações, siderurgia, entre outros), (iii) reorientação das políticas sociais (descentralização, contenção e focalização dos gastos) e (iv) adoção de medidas de flexibilização das relações de trabalho e de desregulamentação do mercado de trabalho.* (POCHMANN, 2005: 167).

Verifique também em Saldanha & Granemann (2003) sobre a reforma da Previdência <http://www.adur-rj.org.br/5com/previdencia.htm>

Dessa forma, objetivam assegurar que não existe diferença entre trabalho e capital, entre patrões e empregados, porque “todos são cidadãos” e atuam com solidariedade. E que inexistente *locus* para a luta de classes e muito menos a possibilidade de espaço para grandes utopias, pois a “solidariedade garante uma acumulação pacífica, benéfica e sem conflitos”.

Destarte, a “ética” das atuais empresas com “Responsabilidade Social” faz com que essas assinem pactos, códigos de conduta que coincidem ou não com seu modo operativo, objetivam a coesão interna, em que os trabalhadores respeitem de maneira “voluntária” e “consciente” um conjunto de regras internas de convivência que se pautam na “harmonização” de interesses contraditórios.

Muitas empresas estimulam seus funcionários através de ações internas de voluntariado, utilizando, portanto, os projetos sociais como eficientes e eficazes instrumentos de *endomarketing*. (MELO NETO & FROES; 2001: 192)

Melo Neto & Froes (2001) afirmam que as empresas que adotam a “Responsabilidade Social” têm como vantagem a possibilidade de reter talentos, ter funcionários mais satisfeitos e que por esta razão afirmam que produzem mais e melhor. Desse modo, as empresas passaram a considerar a incorporação da “Responsabilidade Social” como uma alternativa estratégica para os negócios. E é vista e promovida por empresas de consultoria e algumas ONG’s como parte integrante da gestão de negócios, dos processos de produção e de decisão, que melhora a prosperidade e perpetuação da empresa. É diferente da filantropia, em que a “Responsabilidade Social” ocorre durante a realização do negócio.

Assim, os trabalhadores, além de vivenciarem no cotidiano do seu emprego os princípios e as diretrizes psicológicas que embasam as relações humanas no trabalho industrial, são intimados a realizar junto à sociedade civil denominados programas de “Responsabilidade Social” da empresa onde trabalha, doando aos projetos sociais da empresa horas de seu trabalho, ou até mesmo fora do expediente. De forma a renunciar, gradativamente, sua função militante para ser “voluntário e cidadão colaborador”, que cede o enfrentamento ao patrão na defesa de seus direitos e das

condições de trabalho. Como afirmam Melo Neto & Froes (2001), sobre os efeitos positivos da “Responsabilidade Social” para a empresa em relação aos funcionários.

(...) a principal vantagem está nos efeitos multiplicadores do exercício da cidadania corporativa que se traduzem no **aumento da auto-estima** e do sentimento de orgulho dos empregados ao se sentirem parte de uma **empresa-cidadã**. A melhoria da imagem institucional da empresa reflete-se na auto-imagem de seus empregados.

Além disso, surgem resultados econômicos (aumento das vendas, da base de clientes, da participação no mercado) e *não-econômicos* (elogios na mídia, novas adesões, premiações etc.) que asseguram a sobrevivência do negócio e o sucesso da empresa. (IDEM: 86, grifos nossos).

Atualmente, a revolta dos trabalhadores¹⁴⁹ frente à precarização das relações de trabalho e ao rebaixamento salarial não os direcionam ao sindicato¹⁵⁰ ou ao partido político, mas ao setor de recursos humanos da empresa, em um ato que pode garantir seu emprego, ou mesmo promover sua progressão funcional e, também, melhorar a situação da empresa no ranking nacional e internacional com seus programas de

149

O número de conflitos coletivos levados adiante pelos sindicatos foi crescente até o ano de 1989, o que fez com que o Brasil chegasse a apresentar cerca de 4 mil greves por ano, assumindo então o posto de segundo país em número de greves no mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho. A partir de 1990, entretanto, o movimento sindical registrou uma importante desaceleração na realização de greves. Entre 1990 e 1992, a quantidade de greves por ano foi reduzida em mais de 80%. A forte queda no movimento paredista ocorreu paralelamente à presença de governos comprometidos com políticas anti-labor, responsáveis pela condução da economia sem maiores compromissos com a produção e o emprego nacionais. (POCHMANN, 2005: 173).

150

Dois importantes movimentos ganharam lugar cotidiano sindical. De um lado, a expansão do corporativismo e da ação sindical mais associada à prestação de serviços ao segmento assalariado com contrato formal, que registra participação relativa decrescente no total da ocupação. Na mesma medida em que há descentralização e fragmentação das negociações coletivas, ocorre maior divisão dos sindicatos e atuação mais pulverizada, acrescida de serviços prestados nas mais diversas áreas, como negócios econômicos (hotéis e crédito, entre outros) e sociais (qualificação profissional, alocação de mão-de-obra, creches etc.). O corporativismo registrado mostrou ser uma oportunidade de fazer mais do mesmo, procurando evitar o amplo esvaziamento do adensamento sindical, em meio ao enfraquecimento da luta sindical propriamente dita.

De outro lado, o relativo esvaziamento do atual sistema de relações de trabalho, imposto pelas políticas neoliberais de reconversão econômica e reformulação no papel do Estado (privatização do setor produtivo estatal e enxugamento das ações da administração pública), terminou por retirar parte importante do sentido estabelecido pela legislação social e trabalhista desde a década de 1930. Isso porque, ao invés da expansão do assalariamento, que constituía a base de referência de toda a política social e trabalhista, ganhou dimensão as ocupações não assalariadas, como trabalho autônomo, independente e por conta própria, entre outras formas de manifestação da ocupação. (POCHMANN, 2005: 164-165).

“Responsabilidade Social”. (NEVES, 2005)

A responsabilidade social como estratégia de recursos humanos.

É o uso de ações de responsabilidade social com o foco nos empregados e seus dependentes. O objetivo é garantir a satisfação dos empregados, reter os seus principais talentos e aumentar a produtividade.

g) A responsabilidade social como estratégia de valorização dos produtos / serviços.

h) O objetivo é atestar não apenas a qualidade dos produtos e/ou serviços da empresa, mas também conferir-lhes o *status* de “socialmente corretos”. (MELO NETO & FROES; 2001:41).

De forma a legitimar esse ideário, Pfeiffer (2001) afirma que a empresa necessita do desenvolvimento da sociedade para se desenvolver; e que as empresas devem instituir premiações, criar programas e outros incentivos para estimular a ação voluntária de seus empregados, fundamenta-se na idéia de que a empresa deve colaborar para apoiar ou despertar nos trabalhadores o interesse pelo desenvolvimento e fortalecimento da “cidadania”, assim, para essa autora, serão de certa forma difusoras das idéias sobre a importância da “cidadania participativa” e da consolidação do “Terceiro Setor” para o “aperfeiçoamento da democracia” no Brasil.

É bom lembrar que a burguesia aceita a democracia¹⁵¹ por ser um regime

¹⁵¹ Desde seus primeiros escritos, Marx afirmou seu compromisso com o ideal da democracia direta. Sua concepção inicial desse gênero de democracia prendia-se a uma crítica rousseauiana do princípio da representação e à concepção de que a verdadeira democracia implica o desaparecimento do Estado e, desse modo, o fim da separação entre o Estado e a sociedade civil, que ocorre porque a “sociedade passa a ser um organismo de interesses homogêneos e solidários, e a esfera ‘política’ distinta, a esfera do ‘interesse geral’, desaparece, desaparece juntamente com a divisão entre governantes e governados” (Colleti, 1975: 44). Essa concepção reaparece nos textos de Marx sobre a COMUNA DE PARIS, que ele tanto admirou por ela ter sustentado que todos os representantes do povo poderiam ser removidos de seus cargos a qualquer momento e estavam condicionados às instruções formais de seus eleitores. Assim, “em lugar de decidir uma vez em cada três ou seis anos qual o membro da classe dominante que deverá representar mal o povo no parlamento, o sufrágio universal deveria servir ao povo, constituído em Comunas (...)” (A guerra civil na França, III).

Em parte por ser essa a sua concepção, Marx jamais se empenhou em definir questões de procedimento às escolhas coletivas ou à tomada de decisões sob o COMUNISMO, quer no seu estágio inferior, quer em sua fase superior.

A visão que Marx tinha da democracia burguesa (que se caracteriza pelo sufrágio universal, pelas liberdades políticas, pelo império da lei e pela competição política) era, porém, complexa e sensível às suas possibilidades contraditórias. Sobre a república democrática burguesa, ele escreveu, na segunda parte de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, que sua constituição sanciona o poder social da burguesia, ao mesmo tempo em que retira as garantias políticas desse poder, impondo-lhe “condições democráticas que, a todo momento, contribuem para a vitória das classes que lhes são

político que se adequa em determinada instância de sua acumulação capitalista. Porém, no tratante à democracia econômica, que se refere à apropriação do excedente produtivo pelo proletariado, não faz qualquer abertura

Retomando a discussão, as estatísticas não negam o montante de trabalhadores envolvidos com os projetos sociais das empresas com “Responsabilidade Social”, o que podemos entender que os gastos que se tem com esses programas são ínfimos, uma vez que utilizam de recursos humanos próprios da empresa para tais serviços e são ações que, em sua maioria, não possuem planejamento, monitoramento ou aferição dos resultados alcançados.

as empresas participantes da pesquisa declararam que têm 113 mil funcionários participando como voluntários em projetos sociais, sendo que 81% deles reservam horas do expediente para a atividade, com o incentivo dos patrões. (SCHARF, R., MANFREDINI, C. e EMÍLIO, P. “Profissionalismo na ação social das empresas”, Gazeta mercantil, 24 e 25/03/2001.p: A-9).

Mészáros (2003) aponta que essas ações restritas ao *locus* produtivo e em outros setores das empresas constitui-se num conjunto importante de estratégias de legitimação burguesa que visam debilitar politicamente a classe trabalhadora no espaço nacional, e evitar que o aguçamento das contradições resultantes das condições objetivas da exploração e da expropriação capitalistas – se transformem em pressupostos objetivos para a organização de um bloco de forças que questione os fundamentos da ordem social vigente, consubstanciada no imperialismo hegemônico global.

hostis e põem em risco as próprias bases da sociedade burguesa”. A partir da “Introdução” escrita por Engels para essa mesma obra em 1895, uma certa corrente do marxismo centralizou suas atenções nessa segunda possibilidade, ou seja, a da vitória final do socialismo pelas urnas e pelo parlamento. Exponentes notáveis dessa idéia foram Kautsky, naquela época, e muitos dos chamados “eurocomunistas” em nossos dias (...).

Já Lenin discordava vigorosamente da concepção de Kautsky e escreveu, em A revolução proletária e o renegado Kautsky (1965: 235), que “é natural que um liberal fale de ‘democracia’ em geral; um marxista, porém, nunca esquecerá de perguntar: ‘para que classes?’”. A democracia burguesa, como qualquer outra forma de Estado, era uma forma de dominação de classe que precisava ser “esmagada” e substituída pela DITADURA DO PROLETARIADO organizada em soviets (...) (BOTTOMORE, 1983: 97-98)

3.3.2. Envolvimento da comunidade/ poder local

Com a “Responsabilidade Social” as corporações conseguem esconder ou, até mesmo, amenizar o impacto de seus acidentes ambientais e / ou a depredação do meio ambiente que provoca - com o auxílio da mídia que veicula suas propagandas. E além disso, a obtém o apoio da comunidade e sua atuação como voluntária para atuar nos programas de “Responsabilidade Social” e também beneficiária dessas ações sociais empresariais – com traços de benesse ou favor – fortalecendo a idéia central de “solidariedade e parceria”.

Além da cooptação dos trabalhadores, a “Responsabilidade Social” das empresas visa “conquistar” a comunidade onde atua e/ou onde está localizada por uma série de vantagens que a corporação adquire.

No discurso da “Responsabilidade Social”, as empresas contribuem para a melhoria da qualidade de vida das comunidades localizadas no entorno das empresas, pois “substituem ou complementam as ações sociais do Estado”.

As “ações sociais” empresariais desenvolvidas para as comunidades são notadamente voltadas para setores mais vulnerabilizados. E a “Questão Social” é teorizada pelos empresários com o intuito de colocá-la no âmbito da solidariedade individual e “transclassista” ou “supraclassista”, da cidadania individual e do tecnicismo próprio da reforma do aparelho estatal - de uma administração gerencial, embasados nas regras da eficiência e da eficácia empresarial. Como podemos verificar na afirmação de que “mercados livres, não reprimidos pelo governo, geralmente resultam em alocação de recursos mais eficaz e socialmente mais favorável;” (MELO NETO & FROES; 2001:51).

A empresa vem como símbolo de “desenvolvimento social, humano”, de forma que a comunidade aceita a exploração e a degradação em prol do “desenvolvimento”.

As empresas atuam como os principais agentes desta nova racionalidade. (...)

Assim, tal como na nova racionalidade econômica vigente, prevalece a estratégia da fragmentação, como já vem ocorrendo com as cadeias produtivas. Cada unidade produtiva da empresa global interage com a comunidade mais próxima, preferencialmente situada em seu entorno. (MELO NETO & FROES; 2001: 7).

Assim, como há essa fragmentação das unidades produtivas das corporações com as terceirizações, - parece ser legítimo também, para o empresariado - a sua fragmentada¹⁵² e focalizada intervenção social nas seqüelas da “Questão Social”, baseada numa solidariedade totalmente localizada que se supõe “transclassista ou supraclassista”.

A ênfase é na prática da solidariedade empresarial. Isto é, a empresa é o foco irradiador da solidariedade, e não a sociedade. Além disso, o que predomina é a prática da solidariedade individual, sob a forma de trabalhos voluntários, e não a solidariedade regional, local e nacional, que exigem maior mobilização social e, sobretudo, consciência social. (IDEM: 7).

O objetivo é claro, a repolitização da sociedade para atuar com ações locais desvirtuadas da sociedade como um todo – sem articulação da particularidade regional com a universalidade da sociedade, possibilitando-se assim uma interpretação fragmentada da realidade de forma desarticulada com a realidade social como um todo. Desse modo, incentivam o poder local, para que

(...) o direcionamento de tais ações [do empresariado] (...) [seja] em favor da comunidade e não da sociedade. Assim, diminuem-se os riscos de mobilização, conscientização, participação social em mais alto grau, o que poderia colocar em risco a racionalidade econômica e a ordem social e política vigentes. (IDEM: 10).

Incutir a participação local a partir das associações comunitárias atrelada a idéia de solidariedade e parceria com as empresas e o “Terceiro Setor” que promovem práticas “ harmônica [s], integradora [s], de parceria, visando ao bem comum, e não aos interesses de classes” (MONTAÑO, 2002: 149).

¹⁵² Devemos ressaltar que a intervenção estatal sob a regulação social diante à “Questão Social” sempre foram fragmentadas em relação a sua totalidade – como as políticas de saúde, habitação, educação.

Assim como aponta criticamente Montaño - uma das principais finalidades dessa atuação do empresariado e do chamado “Terceiro Setor” é desarticular e enfraquecer os movimentos sociais classistas e incentivar lutas pulverizadas e fragmentadas (movimento feminista, racial, ambiental, popular-urbano, sociocultural etc.).¹⁵³

E sob o ponto de vista dos gurus das grandes corporações esse “paradigma” da

(...) responsabilidade social corporativa sucedeu à ética da responsabilidade comunitária. Enquanto a primeira tem hoje como principais agentes as empresas, as ONG's, as associações comunitárias e filantrópicas e os governos locais; a segunda está centrada na ação dos movimentos e grupos sociais.

A diferença é clara: a ética da responsabilidade social comunitária enfatiza o voluntariado social dos movimentos sociais, a sua luta contra o Estado, e é baseada, se for recuperado o seu contexto histórico, nos conflitos ideológicos do tipo direita x esquerda; a ética da responsabilidade social corporativa, de gênese, não busca o confronto ideológico e nem tampouco se baseia no conflito da sociedade civil com o Estado. Seu objetivo é desenvolver a sociedade e a comunidade a partir de novas inserções e parcerias envolvendo outros agentes, tais como: empresas, ONG's, entidades filantrópicas, associações comunitárias e o próprio Estado. (MELO NETO & FROES; 2001: 21)

Podemos reconhecer que o alvo é nítido – acabar com toda e qualquer forma de conflito e consciência político-ideológica e estabelecer novos “parâmetros” de participação priorizando a individualidade e a subjetividade dos sujeitos sociais.

Portanto, atrelado a todo esse conjunto “pós-moderno” - o “empoderamento” das comunidades – é uma das alternativas para “amenizar os problemas sociais”. Porém, é claro, afirmam que com todo o apoio do “Terceiro Setor” que tem a

(...) capacidade de gerar novos conhecimentos e de contribuir para o aumento da empregabilidade e capacitação profissional de pessoas residentes na comunidade.

Este fenômeno é denominado de “*empowerment* dos setores populares”, como assim o chama Gohn em seu livro.

Os resultados produzidos pelo desenvolvimento do novo Terceiro Setor são também intitulados de ‘capitais sociais’. São exemplos de capitais sociais os empreendimentos sociais criados, a profissionalização inerente à ação dos novos agentes de economia social, os novos modelos de parceria implantados, a capacitação profissional dos cidadãos, as ONG'S criadas com

¹⁵³ É importante ressaltar que a partir da suposta “crise de paradigmas”, a questão de classe passou a ser mais uma particularidade, mas não a principal. As formas de organização passaram a ser baseadas na valorização da fragmentação das particularidades, na quase inexistência de um projeto societário alternativo

o apoio das empresas. (MELO NETO & FROES; 2001:25-26).

As “ações sociais” das empresas para as comunidades são consideradas por alguns autores, como Pfeiffer (2001), como um “agradecimento”, uma “gratificação” da empresa à sociedade, que “adquire sua produção” ou “que permite seu funcionamento em seu território”; esse direcionamento foi e é desenvolvido por empresas multinacionais ou estrangeiras dos setores de atividade química e de distribuição de derivados de petróleo, que em sua maior parte ocasionam desastres ambientais¹⁵⁴.

Nesse mesmo caminho, Falcão Neto (1995) afirma que as empresas que utilizam o *marketing* institucional, se constitui num instrumento de “convergência de interesses” daquela com o interesse público de seus consumidores e da comunidade.

Visto que, para o autor, é uma tática que integra a empresa à comunidade, trazendo um diferencial para a empresa no mercado e que compensa a sociedade pelos efeitos negativos que a empresa gera ao ambiente.

Essa tática, que prefiro denominar como *marketing* social, é freqüentemente utilizada para otimizar os lucros das empresas, pois todos esses aspectos relacionados acima geram, de alguma forma, benefícios econômicos para os empresários.

3.3.3. Marketing Social

A “Responsabilidade Social” viabiliza o “valor agregado” à marca ou à imagem da empresa, como resultado do seu “investimento social” e também a construção de uma imagem positiva que objetiva desconstruir a imagem da empresa que depreda o meio ambiente e explora os trabalhadores.

Esse emblema tem como objetivo afirmar no mercado produtos diferenciados com apelo social e / ou ambiental que possibilitam estipularem preços mais altos. De forma que a literatura empresarial alerta que

¹⁵⁴ Verifique a nota 107.

As empresas com um bom marketing tornam-se mais competitivas, porque alardeiam suas lideranças em custo, vendas, gestão, tecnologia e enfoque.

O social também incorpora valores e fortalece a imagem corporativa de marcas e produtos. Faz a empresa ganhar respeito, reconhecimento e simpatia dos clientes, fornecedores, distribuidores e de toda a população. Praticando ações de responsabilidade social, as empresas mantêm vínculos com seu ambiente interno e externo. (MELO NETO & FROES; 2001: 73).

Nessa direção, o auge é o conhecido “consumo cidadão”, em que os consumidores ao adquirirem certas mercadorias ajudam crianças com câncer¹⁵⁵, colaboram com o reflorestamento de matas, entre outras benesses. O *marketing* social consolidado pela “Responsabilidade Social” é fundamental para a difusão desse ideário da solidariedade, da parceria e do voluntariado.

É possível verificar que a competitividade da empresa aumenta com a construção de uma imagem da marca, que expressa a qualidade e a diferenciação das mercadorias ou serviços que vendem, a partir de selos ambientais/sociais e/ou certificados. De forma que o “social” passa a ser um dos elementos da estratégia do mercado que qualificam os objetivos e os resultados empresariais.

A importância e a vantagem do *marketing* social não é, meramente, econômica ou lucrativa, mas também ideológica, no sentido de constituir a “imagem de uma empresa cidadã”. Pois, ao intervir nas demandas da “Questão Social” dissemina uma idéia de sua presença ampliada na sociedade - mesmo que sua atuação seja local, pontual e sem planejamento – favorece a legitimação do poder do mercado e há um fortalecimento do seu poder hegemônico.

Existem algumas pesquisas que identificaram o “consumo cidadão” – com as questões: “*O consumidor brasileiro e a construção do futuro*” – “*cada vez mais necessário e relevante estimular toda a comunidade – indivíduos e empresas ou entidades – a adotar ações no sentido de um consumo mais responsável e consciente*”. Essas afirmativas são de uma pesquisa¹⁵⁶, realizada entre setembro e outubro de

¹⁵⁵ O McDia Feliz 2007 bateu o recorde com mais de R\$ 10 milhões de arrecadação. http://www.mcdonalds.com.br/institucional/imprensa_releases_interna.asp?id=916> Acesso em 24/12/2007.

¹⁵⁶ A pesquisa intitulada “*Como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente?*” com o patrocínio da Faber Castell, pelo Instituto Akatu que *busca conscientizar e mobilizar o consumidor brasileiro para o papel do consumo consciente como instrumento de transformação social para a construção de um mundo melhor. Nesse sentido, busca transformar o “cidadão consumidor” – um cidadão cuja principal qualidade é ser consumidor – em um “consumidor cidadão” – um consumidor cuja*

2006, pelo Instituto Akatu - a sétima pesquisa sobre “consumo consciente” no Brasil – que entrevistou 1.275 adultos de todas as classes sociais residentes nas onze principais cidades das cinco regiões geográficas do país.

A pesquisa apresentou como resultado a assimilação de valores e na adesão a comportamentos relacionados ao “consumo consciente”, com destaque para dados como os percentuais de assimilação dos valores do “consumo consciente” (67% dos entrevistados) e de real adesão a “comportamentos conscientes de consumo” (35%, em média).

Apresentou também uma nova distribuição dos brasileiros em grupos, de acordo com seu grau de consciência: os “indiferentes” somam 8% (que eram 3% em pesquisa realizada pela mesma instituição em 2003), os “iniciantes” são 59% (54% em 2003), os “engajados” (anteriormente denominados “comprometidos”) correspondem a 28% (eram 37% em 2003) e os “conscientes” respondem por 5% da população (apenas um ponto abaixo do percentual – 6% - aferido em 2003).

A pesquisa também quis identificar o reconhecimento por parte dos consumidores de selos de certificação de produtos e instituições (balanços sociais) que cresceu 69% entre 2003 e 2006, passando de 19% para 32% dos brasileiros que conhecem a existência de selos sociais.

É importante ressaltar primeiramente os financiadores¹⁵⁷ dessa pesquisa e o objetivo encoberto de promover a “Responsabilidade Social” das empresas e conseqüentemente as empresas. Em segundo lugar, devemos reconhecer que pesquisas como essas são maneiras de escamotear os dados reais, porque são apresentados de forma nada confiável os seus dados. Sabemos, também, que pretendem que a população crie uma simpatia e confiança para com a empresa, sem conhecer a verdadeira essência dessas.

Não podemos ignorar que realmente há uma mudança no comportamento dos consumidores de um modo geral – já influenciados por essa falaciosa “ética

principal qualidade é ser cidadão e que contribui para uma sociedade economicamente próspera, socialmente justa e ambientalmente sustentável. <
[¹⁵⁷ Patrocinada pela Faber-Castell e executada pela Market Analysis \(é um instituto de pesquisa e opinião pública que realiza pesquisas para grandes corporações como *desk research, mystery shopping* e estudos de inteligência competitiva\).](http://www.akatu.org.br/central/imprensa/releases/instituto-akatu-faz-aniversario-e-lanca-a-pesquisa-201ccomo-e-por-que-os-brasileiros-praticam-o-consumo-consciente201d/?searchterm=Como%20e%20por%20que%20os%20brasileiros%20praticam%20o%20consumo%20consciente?*> Acesso em 02/01/2008.</p></div><div data-bbox=)

empresarial” – em que consideram selos de certificação de “Responsabilidade Social” nos produtos que compram e acreditam que estão fazendo algum bem indiretamente.

Percebemos que essas pesquisas são mais uma forma de publicizar a “Responsabilidade Social”, de maneira a desenvolver na opinião pública a idéia de que ter um consumo “consciente” é ser cidadão, que pagar mais caro por um produto que tenha selo sócio-ambiental pode garantir que árvores não sejam derrubadas sem serem reflorestadas ou que crianças sejam exploradas na cadeia produtiva.

3.3.4. Isenção fiscal

Outro benefício que a “Responsabilidade Social” concede aos empresários é a isenção fiscal¹⁵⁸ e o financiamento com o dinheiro do governo através das organizações não-governamentais que não pagam impostos.

Existem alguns autores que afirmam que as empresas que praticam a “Responsabilidade Social” “corretamente” são aquelas que usam o seu próprio dinheiro para o desenvolvimento de uma “ação social”!

Com a ênfase de formalizar instrumentos legais para a sedimentação dessa “nova cultura” para atingir o “consenso” dessa nova hegemonia burguesa. A modificação da legislação foi fundamental para a conformação de novas normas

¹⁵⁸ *Isenção fiscal é a liberação do pagamento de alguns impostos, por parte das empresas, por um período determinado ou não. A isenção fiscal pode ser concedida pelos governos como forma de incentivar investimentos privados no desenvolvimento de áreas de interesse público. Isenção (arts. 176 a 179, do Código Tributário Nacional). Isenção é a dispensa de tributo por meio de lei, realizada pelo ente federativo competente para instituí-lo, não há efetivação do lançamento tributário, no entanto, ocorre o fato gerador e conseqüentemente instaura a obrigação tributária, mas não há constituição do crédito tributário. Concessão de isenção em caráter individual - concedida por lei mediante solicitação do sujeito passivo, que terá de cumprir alguns requisitos constante na norma concedente. Concessão de isenção em caráter geral - também depende de lei, no entanto, é genérica e não traz requisitos a serem cumpridos pelo sujeito passivo.*

Formas de Isenção: a) Condicionada - a isenção é concedida mediante o cumprimento de determinados requisitos exigidos pela lei. b) Incondicionada - a lei apenas descreve a hipótese de concessão da isenção. c) Por prazo certo - a lei determina o prazo que o sujeito passivo terá direito à isenção. d) Por prazo indeterminado - a lei não define o prazo de concessão do benefício. A concessão de isenção não dispensa o cumprimento de obrigações acessórias. A isenção concedida sob condição onerosa pode ser livremente suprimida (Súmula 544 do STF). A revogação de isenção tem eficácia imediata (Súmula 615 do STF). As isenções são interpretadas de forma literal (art. 111 do CTN).

<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/CodTributNaci/ctn.htm> > Acesso em 22 de dezembro de 2007.

sociais.

Sob a vigência do Estado Novo e também na década de 1950, em um contexto nacional-desenvolvimentista, surgiram algumas leis que, embora em, contextos políticos bastantes diversos, apontam para a reafirmação da posição do Estado como estimulador da expansão das organizações da sociedade civil, por intermédio de inúmeros e cada vez mais crescentes “incentivos” fiscais. A primeira declaração de imunidade tributária para estabelecimentos particulares de educação encontra-se na constituição de 1934 que, em seu artigo 154, dispunha que “os estabelecimentos particulares de educação, gratuita, primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, estão isentos de qualquer tributo” (BRASIL, 1934). (ALGEBAILLE, 2005: 194-195).

Existe um leque variado entre os marcos regulatórios dessa nova estruturação de “parceria” entre o Estado e a sociedade civil como certificados e títulos que avaliam as entidades para se candidatarem a receber diversos incentivos fiscais.

A pedagogia da hegemonia, por meio de diferentes mecanismos de difusão de idéias, vem insistentemente procurando convencer os mais diversos organismos da sociedade civil das vantagens de se tornarem uma Oscip [Organização da Sociedade Civil de Interesse Público], argumentando em seu favor as possibilidades de: acesso mais fácil a recursos públicos para financiamento de projetos via termo parceria; acesso a recursos privados, pelo uso de incentivos fiscais da empresa patrocinadora, que deduz as doações como despesa; remunerar dirigentes estatutários sem perda de imunidade ou isenções fiscais; receber doações de bens móveis da União e de mercadorias apreendidas pela Secretaria da Receita Federal; atuação no ramo do microcrédito, com taxas de juros de mercado, sem infringir a lei da usura (12% ao ano). (IDEM: 202).

O comportamento empresarial de investimento em cultura modificou muito nos últimos anos, após a modernização das leis que regulamentam a atividade. Influenciada pela política de “parceria” entre Estado, empresários e comunidade cultural, foi possível criar novas ferramentas que atendem aos objetivos da empresa. São ferramentas como a Lei Rouanet¹⁵⁹ e as leis de ICMS estaduais que permitem investimento com total isenção fiscal, ou seja, sem qualquer desembolso de caixa.

¹⁵⁹ A Lei 8.313/91 ficou conhecida como Lei Rouanet devido ao Ministro da Cultura Sérgio Rouanet, responsável pela sua formulação.

As ressalvas que o TCU (Tribunal de Contas da União) fez à Lei Rouanet - de renúncia fiscal em benefício de projetos culturais - provocaram, ontem, reações de apoio e também de

O investimento cultural passa a ser assim uma forma de “humanizar” a imagem das empresas e a literatura empresarial atesta que os clientes passam a ver a empresa não apenas como a desenvolvedora de produtos, mas também as relações com a comunidade.

Em outras palavras, conseguem benefícios governamentais para cumprir suas “ações sociais”, que desencadeia num grande *marketing* social para a empresa e fundamentalmente a questão político-ideológica que se desenvolve com a idéia de “parceira” da comunidade. Como na frase abaixo com ares de subjetividade.

Investir em cultura significa estar presente em lugares de muito público, estar associado a momentos de emoção, de respeito ao meio ambiente, à responsabilidade social e às raízes históricas da comunidade. É uma forma de expressar seriedade no compromisso com a comunidade¹⁶⁰.

discordância entre os gestores da cultura em São Paulo e representantes da classe artística ouvidos pela Folha.

No relatório de contas da União de 2006, divulgado anteontem, o TCU aponta como "alarmante" a situação da fiscalização dos recursos aplicados por meio da Lei Rouanet em projetos culturais - da ordem de R\$ 971 milhões no ano passado. Segundo o tribunal, grande parte dos projetos não está sendo fiscalizada. O tribunal critica ainda a concentração dos recursos em projetos da região Sudeste e o significativo aumento ocorrido nos últimos anos do volume de recursos investidos por empresas estatais, em detrimento da participação das privadas.

A Secretaria de Estado da Cultura avalia que o TCU tem razão ao apontar a necessidade de maior fiscalização da aplicação das verbas da lei, mas defende seu princípio. "A lei é ótima. É uma questão de como se a aplica. Creio que o Executivo tem sido competente em sua aplicação", diz o secretário-adjunto de Estado da Cultura, Ronaldo Bianchi.

Distorção

Já Carlos Augusto Calil, secretário municipal de Cultura de São Paulo, afirma que "o espírito da Lei Rouanet foi distorcido" e defende que ela seja "completamente revista".

Para Calil, "há excesso de liberalidade da lei em relação às empresas", como o fato, por modificações introduzidas no texto, de as empresas serem autorizadas a realizar seus patrocínios com 100% de dinheiro do Imposto de Renda devido, sendo dispensadas de aplicar recursos orçamentários. "A lei dá mais incentivo do que seria necessário", afirma Calil.

Crítico da lei, o consultor Yacoff Sarkovas, especialista em atitudes de marca e diretor-geral da Significa e da Articultura, diz achar "um escândalo que o poder público só se dê conta dessa questão 20 anos depois [a lei é de 1991]".

Sarkovas afirma que "quando o TCU fala em desequilíbrio regional [da aplicação dos recursos de patrocínio], está confundindo a opinião pública", ao apontar para uma conseqüência do uso da lei, sem questionar sua essência.

"A única forma de produzir uma distribuição mais horizontal [dos recursos], onde o peso econômico seja menos preponderante, é que ela tenha caráter público, e não transite pela decisão privada", diz (...). ("TCU põe Lei Rouanet na berlinda e recebe críticas da classe artística", disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u306059.shtml> - Acesso em 20/07/2007.

¹⁶⁰

http://www.3sprojetos.com.br/projetos/folder_julinhaamazonia.pdf> Acesso em 2 de janeiro de 2008.

Outra lei de isenção¹⁶¹ são para as empresas que desenvolvem “atividades sustentáveis” na região amazônica fomentada pela ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia – é o projeto de isenção fiscal na Amazônia¹⁶² no que tange à concessão de incentivos fiscais, que obedecem a alguns parâmetros de concessão do benefício ao empreendimento novo.

Para a empresa conseguir a isenção são avaliadas algumas “peculiaridades” do empreendimento no que diz respeito a um conjunto de variáveis¹⁶³ capaz de qualificá-lo em relação às condições fortuitas que conduzem ao desenvolvimento “sustentável” da Amazônia. As variáveis contempladas, por serem obtidas no âmbito do empreendimento, mantêm um vínculo forte com a formação do “ambiente empresarial” em sua dimensão territorial, de modo a produzir as externalidades “positivas” necessárias à evolução do “desenvolvimento local” para a formação de pólos e/ou a expansão do crescimento do setor econômico contemplado.

Os valores atribuídos a cada variável, muda de acordo com os empreendimentos em dada localidade de uma unidade federativa da Amazônia.

É oportuno ressaltar que, essa “metodologia” contempla as variáveis consideradas como relevantes para estudos do crescimento econômico dentro do mais recente aporte teórico do “desenvolvimento endógeno”¹⁶⁴. As variáveis são: “capital

¹⁶¹ CRITÉRIOS PARA ORIENTAR CONTRAPARTIDA DOS INCENTIVOS FISCAIS -Incentivos Fiscais e a contribuição dos empreendimentos econômicos para o desenvolvimento sustentado da Amazônia - www.ada.kit.net/isv4.doc - Acesso em 02 de janeiro de 2008.

¹⁶² RESOLUÇÃO N° 08, DE 20 DE SETEMBRO DE 2004.

¹⁶³ *As variáveis são buscadas na contabilidade regional, produzidas pelo IBGE para os estados da Amazônia Legal. Essas variáveis são apresentadas na Tabela 2 e representam variáveis de demanda e de valor adicionado: consumo agregado das famílias e do governo – C; investimento planejado (Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF) – I; massa salarial dos setores público e privado – S; lucro total das empresas – L; valor das exportações de cada estado – EX; fatores ambientais, medidos pelo índice de desmatamento – FA; capital social sendo representado por um indicador do montante do gasto realizado em saúde, educação, seguridade e em serviços coletivos e pessoais – CS; capital humano sendo referenciado pelo IDH de cada estado – CH”* www.ada.kit.net/isv4.doc - Acesso em 02 de janeiro de 2008.

¹⁶⁴ *O desenvolvimento endógeno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação de estruturas internas, visando à consolidação de um desenvolvimento originalmente local, a partir da criação de condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas. Estimulando-se as potencialidades endógenas, ou fatores internos, os efeitos perniciosos da globalização tendem a ser minimizados.*

A contribuição da teoria endogenista foi identificar que os fatores de produção decisivos eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Estes fatores são: qualidade das instituições, acesso ao conhecimento e à informação, capital social e humano e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/interna.php?n0=1&n1=3&n2=2&n3=1&PHPSESSID=ef21880a24a45a29c1ba10509070893c> Acesso em 02 de janeiro de 2008.

físico” (incorporado na variável investimento), “capital humano” (envolvendo a força de trabalho e sua habilidade, conhecimento e experiência), “capital social” (serviços coletivos e sociais, educação, saúde, saneamento, seguridade, associações) e fatores ambientais (forma de utilização dos recursos naturais).

Esperam que, a partir disso, ajuste-se mais um pilar de uma nova institucionalidade da ação federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal, na qual os incentivos fiscais poderão constituir instrumento capaz de estabelecer as bases para o acompanhamento técnico de cada empreendimento e para a orientação do investimento, contribuindo, assim, para a consolidação de uma nova trajetória de crescimento, agora “sustentável”, da economia regional.

Com a renúncia fiscal, o Estado não só subsidia, como incentiva esta atividade da “ação social” das empresas e promove o *marketing* falacioso de um desenvolvimento “sustentável”.

3.4. A funcionalidade para a manutenção da hegemonia burguesa sob o ideário neoliberal

Até aqui reconhecemos as vantagens da “Responsabilidade Social” para o empresariado na forma de obter a colaboração e um certo “consenso” com os trabalhadores dentro e fora do *lócus* produtivo, em que atuam como agentes sociais dos programas de “Responsabilidade Social” das empresas nas comunidades locais que conseqüentemente favorece a melhoria da imagem da empresa em toda a sociedade -, e o seu *marketing* é favorecido significativamente. Outra vantagem da “empresa-cidadã” é a isenção fiscal que suas instituições ou fundações angariam.

Entretanto, o proveito desse emblema é a sua função política, ideológica, cultural, social e econômica que acarreta na sociedade como um todo, no sentido de redirecionar o ordenamento da relação entre Estado e sociedade civil e repolitizar todos os sujeitos sociais, supondo a inexistência de conflitos entre as fundamentais classes antagônicas e a fictícia equalização dos interesses presentes na sociedade civil.

Essas suposições que esse mote apresenta acarreta um privilégio fantástico para os empresários e que conseqüentemente para o modo de produção capitalista - nesse atual momento histórico neoliberal – no rumo da sua perpetuação. Pois, existe a “possibilidade de um capitalismo sustentável” – o que sugere a negação da inerente destrutibilidade do sistema do capital – então não há com o que se preocupar porque as empresas “cumprem seu papel social e ambiental”.

A exigência de uma nova conformação de legitimidade e sustentação do sistema capitalista gerou a necessidade da construção dessa “nova sociabilidade”, uma “nova cultura” para os atuais “padrões” que o ideário neoliberal implementou e implementa com suas políticas.

Dessa forma, podemos identificar a funcionalidade da “Responsabilidade Social” das empresas para o processo de consolidação do projeto societário neoliberal.

A literatura específica dos ideólogos desse tema não mede esforços para legitimar o *status quo* e a “nova sociabilidade” imposta.

3.4.1. Contra-reforma do Estado

Neste ponto, iremos de certa forma retomar o debate realizado no ponto 1.3 do capítulo 1 – sobre a ofensiva neoliberal e a contra-reforma do Estado, onde trabalhamos com a contribuição de Behring – porém aqui, iremos demonstrar como a literatura específica da “Responsabilidade Social” menciona os “benefícios” da contra-reforma do Estado com o intuito de corroborar o ideário neoliberal e a sua “nova cultura” – a qual é imposta ao conjunto da sociedade com a ajuda fundamental da mídia.

O padrão de resposta às refrações da “Questão Social” iniciado pela contra-

reforma do Estado é claramente defendido pelas corporações capitalistas, pois para elas são fundamentais que se implementem todas as “reformas” para eliminar os gastos sociais, que colaborará com a diminuição do chamado “Custo Brasil”¹⁶⁵ para, portanto o Brasil poder se “desenvolver social e economicamente de forma sustentável”.

Há uma apologia à “democratização da democracia”¹⁶⁶, na afirmação de que com a “Responsabilidade Social” das empresas se alcançará uma “democracia plena”, pois as ações serão de auto-proteção individuais e não de proteção social promovida pelo Estado.

Melo Neto & Froes (2001) em defesa à “Responsabilidade Social”, alegam que

Este fenômeno ocorre da seguinte forma: a emergência do ideal de democracia plena (ética da responsabilidade social), antes subjugado pelo ideal de democracia do mercado (ética da irresponsabilidade social); (...) volta do exercício da cidadania por indivíduos, empresas, grupos, comunidade e sociedade (ética da responsabilidade social), o que antes era impossível de acontecer pelo domínio dos individualismos, narcisismos, alienação das pessoas (ética da irresponsabilidade social); (...) Volta da proteção social, mais precisamente autoproteção movida pelas ações auto-sustentáveis individuais, grupais, organizacionais e comunitárias do que propriamente pela concessão do Estado (ética da responsabilidade social), em substituição à completa desproteção vigente (ética da irresponsabilidade social). (IDEM: 15)

¹⁶⁵ *“Custo Brasil” tem-se constituído uma expressão genérica para alguns fatores desfavoráveis à competitividade de setores ou empresas da economia brasileira que não dependem das próprias empresas, ou seja, da qualidade de seus produtos, de seus custos etc. Credita-se atualmente no Brasil grande confiança na eliminação desses fatores de custo como instrumento para - em conjunto com aumentos de produtividade - reverter-se, sem fortes mudanças nos patamares das taxas reais de câmbio, a tendência de valores negativos no saldo comercial. Algumas vezes, a expressão se refere a distorções presentes na estrutura tributária que oneram desnecessariamente algumas exportações. Outras vezes, aponta-se o custo com transportes terrestres, portos, comunicações etc., cujo estado de deterioração está hoje elevado em função da insuficiência de investimentos públicos em infra-estrutura desde o início dos anos 80. Também, em outras ocasiões, mencionam-se encargos sociais supostamente maiores que no exterior. Reformas no sistema tributário e privatização são apontadas como soluções do problema. No segundo caso, o resultado final dependerá principalmente da extensão em que se faça acompanhar por investimentos maciços. Não apenas nos segmentos cuja lucratividade operacional já seja atraente de imediato, como também em outros componentes da infra-estrutura, cujo retorno para a economia como um todo se apresente maior do que o expresso na rentabilidade corrente.* <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/comext/custobr/index.htm> - Acesso em 20/12/2007.

¹⁶⁶ Giddens (2003: 83) aponta para uma ‘democratização da democracia’, uma forma de aprofundamento da própria democracia, no qual busca-se o descentramento efetivo do poder, criando medidas “anticorrupções” efetivas em todos os níveis. Em uma era do “Estado sem inimigos”, ou seja da terceira via, que pretende a reconstrução do Estado (que sabemos ser a contra-reforma do Estado, Behring, 2003).

Percebemos o louvor e a legitimação dessa reversão conservadora na transformação de direitos coletivos em “responsabilidades individuais”, de forma que não existe mais direito social, mas sim a meta de cada indivíduo reeducar-se, qualificar-se, conseguir a “empregabilidade” para se inserir no mercado de trabalho e colaborar com o trabalho voluntário, pois com o “sacrifício de todos” se alcançará o “desenvolvimento sustentável” do país! Na suposição de um Welfare State moderno.

O ponto de partida para o desenvolvimento do Terceiro Setor, no qual as empresas socialmente responsáveis têm uma atuação relevante, foi o esgotamento do modelo do *welfare state* tradicional. (...) Em seu lugar, surgiu um novo modelo – o *welfare state* moderno. Nele, as funções do Estado são revistas. Aumenta o papel social das empresas. Surge o Terceiro Setor, com suas Organizações Não-governamentais, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos. (IDEM: 53-54).

Para os ideólogos da ordem estabelecida, as empresas nomeadas como “cidadãs” têm um papel a cumprir nesse contexto – de contra-reforma do Estado – pois a partir de suas “ações sociais”, resgatam a solidariedade e a sociabilidade perdidas e desprezadas na sociedade e nas comunidades. (MELO NETO & FROES; 2001). Na verdade, para eles é a

Substituição do ataque direto ao Estado pelo fortalecimento da ação dos grupos sociais.
O movimento iniciado pelo IBASE foi responsável pelo fortalecimento da sociedade civil, pelo desenvolvimento da sensibilidade cidadã e pela difusão de valores centrais como democracia e justiça. (IDEM: 19)

Apropriam-se do termo de Francisco de Oliveira (1985) para caracterizar o Estado, de forma funcional à contra-reforma do Estado - o “Estado de mal-estar social” - que se estabeleceu no Brasil, contudo não partilham da mesma interpretação de Oliveira, de forma a não reconhecerem historicamente a forma e o momento tardio que esse tipo de regulação se estabeleceu em nosso país, justamente quando o projeto neoliberal se tornava finalidade em âmbito mundial para a reestruturação do

capitalismo como tentativa da saída da crise. Portanto, afirmam que

O Estado de mal-estar social é um verdadeiro “leviatã” que gerencia mal seus recursos, não prioriza as questões sociais, é voraz na arrecadação de tributos, o que se reflete numa carga tributária pesada para os contribuintes. (IDEM: 56).

Assim, esses ideólogos asseveram que o Estado é um “setor”¹⁶⁷ rígido, burocrático e ineficiente por meio de uma interpretação maniqueísta a partir da dicotomia radical entre Estado e sociedade civil (crítica ao Estado ditatorial iniciada pela esquerda). Utilizam esse discurso de forma funcional ao ideário neoliberal.

O problema principal não se limita à gestão ineficiente da política social. O erro está na própria definição da política social. Sua concepção é de natureza assistencialista, patrimonialista e sua gestão burocrática e centralizadora. Tem no estado o seu próprio agente. (...) o governo estimula a participação das empresas na busca de soluções para as questões sociais relevantes do dia-a-dia da população e reforça seu papel como parceiro das empresas-cidadãs.

(...) o setor privado dá provas de competência social, compromisso social e visão social. Enfim, demonstra que aprendeu com os erros do governo. (IDEM; 2001: 60-62).

Reconhecem as “empresas-cidadãs” como novos agentes de promoção social, porém esquecem de explicar como serão prestados esses serviços sociais – via mercado ou ofertados pelo trabalho voluntário - que muitas das vezes convocam pessoas não qualificadas para tais atividades. Isso não é, para eles, política assistencialista ou paternalista, mas sim uma “democracia plena”!

o outro foco específico [da empresa], [é] o bem-estar social dos serviços, [que] representa o acesso da população carente aos serviços públicos essenciais (educação, saúde, nutrição, lazer, coleta de lixo, segurança, transporte etc.). É

¹⁶⁷ O motivo pelo qual é necessário colocar setor entre aspas ao identificar o Estado como tal, decorre da caracterização pelos ideólogos da ordem estabelecida do Estado como “1º setor”, o mercado “2º setor” e a sociedade civil como o “3º setor”. Uma interpretação *claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista.* (MONTAÑO, 2002: 53).

nesta área que atuam socialmente as empresas privadas. Suas ações do governo, insuficientes e precárias, num quadro de crescentes desigualdades e carências sociais. Sob este ângulo, é possível afirmar que as empresas são os mais novos agentes de promoção do bem-estar social. (IDEM: 65).

A solução às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade estatal que na verdade é de todos – a partir da contribuição compulsória do financiamento estatal -, e um direito de cidadania, e passa a ser uma possibilidade do voluntário que ajuda o próximo e um não-direito do portador de necessidades, o “cidadão pobre”. (MONTAÑO, 2002)

A função social da resposta às seqüelas da “questão social” deixa de ser, no projeto neoliberal, responsabilidade privilegiada do Estado, e por meio deste do conjunto da sociedade, e passa a ser agora de auto-responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades, e da ação filantrópica, “solidária-voluntária”, de organizações e indivíduos. (IDEM: 22)

Os defensores da ordem estabelecida insistem em diferenciar a antiga filantropia¹⁶⁸ das empresas com a atual “Responsabilidade Social” com o intuito de atestar que agora as ações fazem parte do planejamento estratégico da empresa – e isso é verdade - porém há o intuito de se legitimar que as empresas junto com as ações da sociedade civil (o “Terceiro Setor”) são agentes sociais muito mais eficientes que o Estado na promoção social e na instituição de uma democracia plena – a “democratização da democracia”

Na análise do nosso objeto de estudo cabe perfeitamente a crítica feita por Montaña (2002) sobre o chamado “Terceiro Setor” pois está atrelada a todo esse movimento de construção dessa “nova cultura” referida acima. Construída pela “Terceira Via” neoliberal, que busca hegemonizar o mesmo ideário do neoliberalismo, mas de uma forma que se apropria das reivindicações da esquerda ressignificando-as conforme seus reais objetivos.

¹⁶⁸ Os próprios defensores da “Responsabilidade Social” que fazem uma análise endogenista e evolucionista da ação social - da filantropia à “Responsabilidade Social” – infirmam esse “histórico”.

Escamotear a veracidade deste processo exige um duplo caminho: por um lado, o da indução a uma imagem mistificada de construção e ampliação da cidadania e democracia, porém retirando as reais condições para a sua efetiva concretização; por outro, o da indução a uma imagem ideológica de transferência de atividades, de uma esfera estatal satanizada (considerada naturalmente como burocrática, ineficiente, desfinanciada, corrupta) para um santificado “setor” supostamente mais ágil, eficiente, democrático e popular (o de uma “sociedade civil” transmutada em “terceiro setor”). Assim, a desresponsabilização estatal das respostas às seqüelas da “questão social” seria (supostamente) compensada pela ampliação de sistemas privados: mercantis (empresariais, lucrativos) e filantrópicos-voluntários (do chamado “terceiro setor”). A partir do tripé constitucional da seguridade social – previdência, saúde e assistência, de forma muito clara, porém não casual -, o “setor” empresarial se volta para atender demandas nas áreas da previdência social e da saúde, enquanto o “terceiro setor” dirige-se fundamentalmente à assistência social, notadamente nos setores carentes. (IDEM: 22-23)

O intuito de desresponsabilizar o Estado e o capital das conseqüências da “questão social” tem uma fundamental funcionalidade política, social, ideológica que conseqüentemente favorece o econômico. Pois ao gerar uma cultura de individualização e moralização das mazelas que afetam os sujeitos – uma auto culpa –, promove-se a externalização do entendimento da “questão social” da ordem societária e a impossibilidade de se aclarar que todos os problemas sociais são decorrentes da relação de exploração do trabalho pelo capital, além de desonerar financeiramente o capital e (de forma direta) o Estado.

A racionalidade burguesa tem sempre a tarefa de tentar encobrir que

(...) todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue portanto que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. (...) A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, 1984, livro I, tomo 2: 210)

Quanto maior a acumulação, maior a abundância de riqueza e ao mesmo tempo a escassez. Nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento da

produtividade, desenvolve-se um cenário de condições que só gera riqueza para a burguesia.

Com a tentativa de se estabelecer essa “nova sociabilidade” – o objetivo central é repolitizar o conjunto da sociedade, no sentido de ocultar a verdadeira essência do sistema produtivo capitalista.

Aproveitam-se da crise das experiências socialistas para afirmar a impossibilidade de outra ordem social e asseguram alternativas para o desenvolvimento econômico capitalista de forma “humana e sustentável”.

Como a exposição de Querubin apud Pfeiffer (2001), que afirma que

em conseqüência do fracasso do modelo de organização econômica e política socialista, da incapacidade do capitalismo para resolver os problemas das grandes maiorias pobres, e da revolução informática, (...) agudiza as diferenças entre ricos e pobres. Em contrapartida, também encontramos diante da formação de um consenso mundial no sentido de dar ao desenvolvimento econômico uma significação humana, uma finalidade que garanta o bem-estar de todos os habitantes do planeta (...) com clareza cada vez maior, na potencialização da participação cidadã e na fundamentação da solidariedade.

(...) faz-se necessário que cada um dos atores do desenvolvimento - Estado, Sociedade Civil e, no interior desta, o Setor Privado, empresarial - assumam novos comportamentos e papéis sociais, e que se construa um espaço, onde tanto o Estado como a sociedade civil, e dentro dela o setor privado, possam encontrar-se tanto para o dissenso e a divergência, quanto para o consenso, o pacto e a ação conjunta. (IDEM: 67-69).

Querubin (2001) remete a importância do Estado assumir o papel de garantir a “socialização do poder e dos meios econômicos”, como sendo o máximo representante da comunidade política, assumindo uma “nova cultura política”, que favoreça a participação de um “novo cidadão” mais “autônomo e responsável”, com a capacidade de desejar, de recriar seus deveres e de reclamar e fazer valer seus direitos. E em relação à sociedade civil, deve-se promover a participação, a partir da atuação conjunta da sociedade civil e do setor privado, desenvolvendo uma “cultura cidadã”, com a finalidade de evitar o “burocratismo”, consolidando a autonomia e assegurando a “democracia”.

Assim, afirma que o setor privado deve dar “um sentido diferente à função produtiva e redefinir seu lugar no conjunto das atividades sociais”, na direção de um

projeto de sociedade que garanta a dignidade da existência para todos os cidadãos.

Os apologetas da ordem estabelecida atestam, que com a ajuda a partir de criação de estratégias de fortalecimento do “Terceiro Setor”, que atuarão com o Estado (esse financiando), empresas¹⁶⁹ e mesmo entre as ONG’s. O “Terceiro Setor” será a alternativa, que pode se transformar numa “força permanente e sustentada”, com vistas à melhoria das condições humanas, se superar os desafios. Destarte, o “Terceiro Setor” e o Estado devem se unir e captar o apoio empresarial às suas atividades, convencendo os empresários do papel relevante que poderão desempenhar em um “setor” vigoroso e capacitado a ajudar no atendimento às necessidades públicas. (SALAMON, 1997)

3.4.2. Produção Sustentável

A mídia divulga as propagandas das grandes corporações de que é possível o “desenvolvimento sustentável”. São várias nomeações como a mais nova: “Banco do planeta”¹⁷⁰.

O discurso do “desenvolvimento sustentável” possui uma série de objetivos, mas pretende fundamentalmente ocultar a *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* (MÉSZÁROS, 2002) que é uma das dimensões fundamentais da produção e do consumo – e um dos principais aspectos de perda de legitimação do sistema capitalista com seu inerente caráter destrutivo de produção e reprodução, o objetivo principal é aparentar a falácia da sustentabilidade, do ambientalmente correto.

No atual momento histórico do capital, é importante lembrarmos nesse estudo, que há uma intensificação da *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* indispensável para

¹⁶⁹ As ações sociais empresariais são consideradas, em sua maioria, com o mesmo *status* de ONG porque as grandes empresas possuem suas fundações.

¹⁷⁰ *O Banco do planeta vai unificar todas as ações socioambientais do Bradesco. Ele vai ampliar o papel de um banco. Porque nele o dinheiro estará a serviço do empreendimento mais importante que existe: um modo de vida sustentável. Banco do Planeta é o Bradesco pensando completo.*

Disponível em <http://www.bradescompleto.com.br/bancodoplaneta/default.asp> - Acesso em 10/01/2008.

a reposição do processo de valorização do capital, a falácia da *qualidade total*, tão difundida no “mundo empresarial moderno”, na empresa *enxuta* da era da reestruturação produtiva, torna-se evidente: quanto mais “qualidade total” os produtos devem ter, *menor deve ser seu tempo de duração*.

A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que a “qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o *invólucro*, a *aparência* ou o aprimoramento do *supérfluo*, uma vez que os produtos podem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado. (ANTUNES, 2003: 50)

Mészáros apud Antunes (2003) demonstra – a partir das análises de Marx (1983) - que o aumento da *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* é condição *sine qua non* para a atual reprodução ampliada do capital e seus imperativos de expansão. Na qual a “qualidade total” – que tem como antônimo a durabilidade, ou seja, as mercadorias de qualidade devem apresentar um tempo de vida útil ínfimo – é o artifício dessa demanda. Isso significa que os fatores determinantes dessa falácia são o desperdício e a destrutividade.

Para essa discussão é fundamental entendermos a necessidade de se reduzir o tempo da rotação do capital – que deve ser o mais rápido possível para possibilitar uma maior acumulação, porque a rotação do capital é

igual à soma de seu tempo de circulação e de seu tempo de produção: “é o período de tempo que se inicia no momento em que o valor-capital é adiantado sob uma determinada forma [a forma monetária] e termina com o retorno do valor-capital em processo, sob a mesma forma [monetária]” (Marx, 1984, II: 113). Se assim é, (...) fica claro que o interesse do capitalista consiste em reduzir ao máximo o tempo de rotação do seu capital: quanto menor o tempo de rotação, mais reinvestimentos podem ser feitos; interessa ao capitalista o maior número de rotações no menor espaço de tempo. (NETTO & BRAZ, 2007: 129)

Em outras palavras, as empresas, em virtude da necessidade de se reduzir o tempo entre produção e consumo (a rotação do capital), pressionadas pela competitividade, estimulam ao extremo essa tendência destrutiva do valor de uso das

mercadorias.

Com a redução dos ciclos de vida útil dos produtos, os capitais não têm outra opção, para sua sobrevivência, senão inovar ou correr o risco de ser ultrapassados pelas empresas concorrentes, conforme o exemplo da empresa transnacional de computadores Hewlett Packard, que com a 'inovação' constante de seu sistema computacional reduziu enormemente o tempo de vida útil dos produtos. (ANTUNES, 2003: 51)

Podemos reconhecer que a lógica do sistema capitalista transforma tudo em supérfluo e descartável o que desencadeia a passos largos a destruição incontrolável e degradante da natureza.

Com apenas uma inicial e brevíssima reflexão já podemos entender que se trata de mais uma farsa a possibilidade de um capitalismo "sustentável".

Esse mote busca criar uma cultura política legitimadora de que é possível um "capitalismo social e ecologicamente reformado". Atualmente, a "Responsabilidade Sócio-ambiental" é fator determinante para as corporações estarem inseridas no mercado mundial - assim apresentam selos e certificados de qualidade. Sabemos que o capital busca o lucro imediato e não se preocupa com o futuro, quando faz reflorestamento pensa na colheita do amanhã e não no futuro do planeta. E mesmo que pense, não podemos esquecer de analisar a forma destrutiva da acumulação capitalista.

As empresas objetivam reverter – em seu próprio benefício - as conseqüências destrutivas do seu modo operativo e obter legitimidade social e política, além dos benefícios econômicos para sustentar a proposta de uma possível sustentável relação entre produção de mercadorias e meio ambiente.

Com isso, apresentam a reciclagem de materiais descartáveis como maneira de substituir a matéria-prima. E recorrem a mais uma estratégia para encarecer seus produtos, pois tem "Responsabilidade Ambiental", exemplo disso são os papéis reciclados que tem um apelo ecológico, o que faz com que alcancem um preço até maior que o feito com material virgem.

Sabemos, todavia que

O MPC [modo de produção capitalista] só pode existir e reproduzir-se na escala em que a busca do lucro é interminável, a função social do capitalista não pode ser compreendida através de (ou reduzida a) traços psicológicos, biográficos ou morais: nas suas características individuais, os capitalistas, assim como os proletários, apresentam-se numa infinita gradação – das personalidades generosas às figuras mais canalhas. Igualmente, é preciso deixar de lado toda a ideologia que tenta revestir com um verniz moralizador a ação das empresas capitalistas; essa ideologia (atualmente resumida nos motes “empresa cidadã”, “empresa com responsabilidade social” etc.) pretende ocultar o objetivo central de todo e qualquer empreendimento capitalista: a caça aos lucros. (...) um capitalista e uma empresa capitalista que não se empenharem prioritária e sistematicamente na obtenção de lucros serão liquidados. (NETTO & BRAZ, 2007: 97).

O lucro está acima de tudo e não é uma questão moral como afirmam Netto & Braz, mas sim de sustentação da lógica de acumulação do capital.

Essa suposição de um desenvolvimento “sustentável” é favorabilíssima para a legitimação do *status quo* porque a questão da destrutibilidade da acumulação capitalista vem desde seus primórdios, pois, como exemplo, não existia o menor controle de emissão dos gases poluentes, de locais de despejos industriais, hoje existe, mas não faz muita diferença.

(...) o problema da ecologia é real já algum tempo, ainda que, evidentemente, por razões inerentes à necessidade do crescimento capitalista, poucos tenham dado atenção a ele. Marx, entretanto – (...) abordou esta questão dentro das dimensões de seu verdadeiro significado socioeconômico, e isto há mais de 125 anos. (...) Marx compreendeu perfeitamente, já naquela altura, que uma reestruturação radical do modo prevalecente de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva precisamente em virtude do modo prevalecente, alienado e reificado de intercâmbio e controle humanos. (MÉSZÁROS, 2002: 998)

Para Marx já naquele tempo era possível vislumbrar a destruição que o sistema capitalista promovia e hoje com a *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias que cresce cada vez mais* – é impensável a viabilidade de um “desenvolvimento sustentável”, pois a própria relação do homem com a natureza

postos pelo movimento do capital e sua lógica de rotação já impossibilitavam tal propósito. Como Mészáros (2002) atesta

Em contraste, a tendência da taxa de utilização decrescente de utilização atinge seu pleno escopo apenas com a realização das potencialidades produtivas do capital, que prometem a supressão das contradições associadas ao caráter até então limitado da tendência. Contudo, a dinâmica do desenvolvimento capitalista não pode simplesmente remover as limitações anteriores à trajetória da taxa de utilização decrescente. Ela, simultaneamente, deve também tornar algumas das novas manifestações da taxa de utilização decrescente muito *problemáticas* desde o primeiro momento e *crescentemente* problemáticas com o passar do tempo. Como resultado da absurda reversão dos avanços produtivos em favor dos produtos de ‘consumo’ rápido e da destrutiva dissipação de recursos, o ‘capitalismo avançado’ impõe à humanidade o mais perverso tipo de existência que produz para o consumo imediato (*hand to mouth economy*): absolutamente injustificada com base nas limitações das forças produtivas e nas potencialidades da humanidade acumuladas no curso da história. (IDEM: 642)

Esse discurso da “sustentabilidade” é legitimado também pelo discurso “pós-moderno”, que é a base cultural do capitalismo contemporâneo, que leva à despolitização, que afirma a tese do fim da sociedade do trabalho, o fim da história, ou seja, que não há possibilidade de existir nada para além do capital - o fim das utopias – porém, nada mais contraditório em afirmar o fim das utopias e afirmar a possibilidade de um “capitalismo sustentável”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “Responsabilidade Social” das empresas é entendida, aqui nesse estudo, como um dos fatores que potencializa a hegemonia burguesa e que é uma estratégia de rearticulação das ações empresariais e de um novo consenso burguês – de cunho político-ideológico e fundamentalmente econômico. Estratégias que potencializam a valorização do capital, portanto um artifício fortemente econômico – ao partirem das consignações de isenção de impostos, transferências de recursos públicos para as empresas, “marketing social” dos produtos, e de maior produtividade dos trabalhadores etc.

Esse “novo paradigma” empresarial é apresentado como o surgimento de uma nova percepção das organizações privadas e dos cidadãos quanto à necessidade de

assumirem “responsabilidades pelo seu bem-estar e pelo futuro da sociedade”. E que no Brasil e no mundo surgiu um “novo conceito de cidadania e de responsabilidade social”, onde as empresas privadas não estão fora disso, pois também defendem um “Estado menor e melhor”, assumindo as responsabilidades antes exclusivas desse, pois objetivam a construção de um “capitalismo menos selvagem”, inspirado no “modelo” norte-americano. (PFEIFFER, 2001).

Os defensores da ordem do capital certificam a necessidade da introdução de uma nova cultura de “cidadania participativa” para a sobrevivência da sociedade no século XXI. A partir da “empresa-cidadã” como agente social, pois essa, segundo eles, disponibiliza os mesmos recursos usados em seu negócio para modificar a sociedade e desenvolver o sentido de bem comum!

Pfeiffer (2001) encontra justificativas para essa atuação empresarial relacionada à rentabilidade, e ao papel dessas empresas na transformação da sociedade. E destaca outros fatores decorrentes dessa “ação social”, que favorecem os lucros das empresas como: um melhor relacionamento com as comunidades do entorno da empresa; o envolvimento de seus funcionários em programas sociais faz com que a instituição fortaleça esses programas e aumente o compromisso dos funcionários com a gestão diária e com os planos de longo prazo da empresa; a opinião da empresa passa a ser solicitada e apreciada por instituições públicas e privadas; entre outros.

Essa autora identificou a partir de documentos de grandes corporações e de entrevistas com esses empresários quais são os motivos desses para sua atuação, e o primeiro deles está relacionado à justificativa de que há uma emergência de um novo “paradigma” de atuação empresarial denominado de “Responsabilidade Social”, centrado na concepção de que a empresa deve se envolver com o desenvolvimento da comunidade onde atua, porque nela encontram-se seus empregados, clientes e fornecedores; e, portanto, esse investimento reverte em benefícios para a própria organização e estimula o surgimento e a prática de novos padrões de “desenvolvimento auto-sustentável”.

Nossa pesquisa identificou, que esse “novo comportamento” empresarial é condição básica para manter as empresas no mercado “globalizado”, aumentando sua competitividade, que contribui no alcance de um sucesso econômico em longo prazo. Em poucas palavras, para os empresários, a “Responsabilidade Social” é o fator diferencial que ajuda a construir e a consolidar a marca. Assim, como afirma Oded

Grajew que "com certeza, as empresas, com atitudes responsáveis se tornam mais lucrativas, porque conquistam a fidelidade do consumidor e maior motivação dos colaboradores" (IDEM in: GAZETA MERCANTIL, 30 de setembro de 1998).

Pfeiffer (2001) afirma que as "ações sociais" das empresas estão associadas diretamente ao ganho institucional, em termos da imagem que elas visam obter perante a sociedade e ao governo ao promovê-las - um ganho institucional que pode resultar em mais compradores para os seus produtos – ou seja, *marketing* social.

(...) A moderna ação social não vem pontuada pelo discurso do assistencialismo. O objetivo é estimular o surgimento e a prática de novos padrões de desenvolvimento auto-sustentável. E toda a sociedade sai lucrando com esta nova atitude empresarial. Sinal de um novo tempo em que iniciativa privada e comunidade unem-se em programas de responsabilidade mútua. (The document Company Xerox, Xerox & responsabilidade social IN: PFEIFFER, 2001: 94).

Alguns autores, como a supracitada, sugerem que as "ações sociais" dos empresários traduzem uma nova forma de filantropia empresarial - uma filantropia que não se baseia em doações sem expectativa de retorno, mas em programas que buscam colaborar "concretamente" para a solução de prementes problemas sociais, pelo fato das empresas considerarem que o bem-estar dos negócios depende de tal solução.

Em oposição à idéia dessa autora (de que as empresas buscam o solucionamento dos problemas sociais), nossa pesquisa mostra que as empresas – capital – são "responsáveis socialmente" pelas manifestações da "questão social", porém suas "ações sociais" nada mais são do que ações paliativas¹⁷¹ que além de tudo intencionam escamotear o antagonismo de classes – com a falsa idéia de colaboracionismo e parceria - e servem de pretexto para ampliar sua acumulação – mediante incentivos fiscais, financiamento do Estado, *marketing* social. Uma das conseqüências desse processo é a perda de direitos garantidos na Constituição de 1988, na Legislação trabalhista e a substituição da ação (técnico-profissional e remunerada) pela ação de voluntários, não-técnicos e não-remunerados.

A "Responsabilidade Social" das empresas tem extrema funcionalidade para o

¹⁷¹ A "Responsabilidade Social" das empresas valoriza a perspectiva da focalização, pois focaliza o atendimento pelos seus programas sociais ao priorizar populações extremamente carentes, os projetos ocorrem sempre com atuação nas áreas onde as empresas estão alocadas.

fortalecimento das instituições e para os aportes ideológicos que compõe o chamado “Terceiro Setor”. Dessa forma, contribui para devastar a esfera pública de direitos e as políticas sociais estatais, sendo, portanto, favorável à concepção neoliberal que preza a diminuição e a desregulamentação da cidadania estatal.

Fica claro para nós que a conformação desse novo “paradigma” empresarial, tem como metas a otimização dos lucros a partir do *marketing* social, obtenção de privilégios concedidos pelos órgãos governamentais (parcerias público-privado), mas também, legitimar a contra-reforma do Estado configurada pelo projeto neoliberal.

Compreendemos que consiste também em estratégias de *marketing* institucional das empresas, ou seja, em estratégias para preservar e / ou melhorar a sua imagem, na sociedade que vem questionando a sua utilidade social das corporações. Porém, não são apenas esses os objetivos

Esse novo “paradigma” empresarial é parte do projeto neoliberal, que caminha na direção de indicar a possibilidade das ações empresariais resultarem na inovação no âmbito da política social. Essa alteração consistiria no estabelecimento de novas relações entre o Governo, o "setor privado lucrativo" e o "setor privado não-lucrativo" na produção e distribuição de bens e serviços sociais.

Por trás desse novo "paradigma empresarial", está o que nos referimos anteriormente, a reforma neoliberal do Estado, que desresponsabiliza esse do trato das seqüelas da "Questão social", passando para o mercado as políticas que possam ser mercantilizadas e aquelas que não, são direcionadas para o "Terceiro Setor".

Cabe aqui lembrar, diante desses aspectos, que as atuais exigências da hegemonia financeira do capital são incompatíveis, nesse atual momento histórico - com formas tradicionais de regulação social¹⁷². Todas as relações de reprodução da ordem capitalista, para que essa permaneça, devem ser regulamentadas de forma a favorecer integralmente o capital. Ou seja, deve haver uma desregulamentação dos mercados e uma "reforma" do Estado, que privatize setores estratégicos da economia, além da retirada sistemática de direitos e garantias da classe trabalhadora promovida pela política neoliberal.

¹⁷² Típicas de um Welfare State.

Entretanto, nessa mesma lógica neoliberal, setores progressistas¹⁷³ da sociedade pressionam o sistema, incentivando e/ou criando órgãos e mecanismos reguladores/fiscalizadores do sistema produtivo em prol dos direitos humanos e da questão ambiental. Porém, está claro que

nenhum desses problemas pode ser resolvido sem modalidades de controle social cuja racionalidade transcenda aquela que é inerente ao capital; esses problemas só podem ser equacionados e solucionados, sem a reiteração de vetores barbarizantes, mediante intervenções cuja estratégia supere compulsoriamente as requisições específicas da lógica de acumulação e valorização sem a qual o movimento do capital é impensável. Curta e grosseiramente: no marco da ordem burguesa, esses problemas tendem a cronificar-se, a receber pseudo-soluções ou soluções de altíssimo custo sócio-humano, porque “o capitalismo e a racionalidade do planejamento social abrangente são radicalmente incompatíveis”. (NETTO, 2001:46).

Pseudo-soluções como as de fiscalizar a cadeia produtiva para não usar o trabalho escravo, trabalho infantil, para não haver crimes ambientais – e a possibilidade de um desenvolvimento “sustentável e socialmente correto”. Sabemos ser inviável essa possibilidade, pois o desenvolvimento econômico não pode ser sustentável nem integralmente para o capital devido as suas inerentes crises, portanto é impensável essa sustentabilidade para a sociedade em sua totalidade.

Essas ocorrências (trabalho escravo, trabalho infantil) aparentemente contraditórias são refuncionalizadas no atual contexto de nova configuração do modo de produção capitalista, no qual há uma extrema precarização das relações de trabalho e fragmentação das relações de produção, como as terceirizações. Por isso, constatamos a exacerbação da exploração da força de trabalho e como as grandes indústrias, constantemente, conforme esse novo padrão, terceirizam sua produção, freqüentemente são denunciadas a exploração de formas ultrajantes de trabalho.

No presente momento histórico, o sentido – além dessa reconfiguração do modo de produção - é despolitizar todas as questões, moralizar as seqüelas da “Questão Social”, psicologizar o tratamento dos indivíduos o que desfragmenta o entendimento da realidade social como um todo. E deixa transparecer que a culpa da pobreza e de

¹⁷³ Muitos novos movimentos sociais (antigos também), atualmente atrelados a ONG'S e financiados por grandes corporações acreditam na possibilidade da construção de um capitalismo mais “humano”, o que sabemos ser inviável.

toda violência é um problema individual – uma questão moral e psicológica.

Pois, a partir da desresponsabilização da intervenção direta do Estado nas seqüelas da “Questão social” com a convocação da atuação da sociedade civil, pretende-se uma hipotética “nova sociabilidade”, ou seja, afirmam que seria uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil, e isso proporciona a externalização do entendimento da “questão social” da ordem societária que dessa forma, é moralizada e psicologizada – como um problema dos sujeitos individuais.

Essa suposta intervenção social do empresariado – a “Responsabilidade Social” – compreende-se para nós como mais um fragmento da totalidade da reestruturação do capital no seu atual momento histórico. Um dos objetivos primordiais desse processo é desmontar o padrão de regulação social estatal na intervenção às refrações da “Questão Social” num dado momento de reorganização da produção capitalista e do mercado mundial.

Com a proeminência do ideário neoliberal que inflexionou a intervenção das classes e do Estado sobre a “Questão Social”. A crise hegemônica do capital a partir da década de 1970 promoveu um processo de reestruturação, que afetou a esfera da produção como a das relações sociais, que gerou um reordenamento das ligações dos mercados entre centro e periferia – com o intuito de determinar um projeto societário de acordo com um novo “consenso” estabelecido pelas classes dirigentes.

O projeto neoliberal no Brasil, se desenvolveu - apesar do seu caráter retardatário - de acordo com as medidas de reajuste e reformas estruturais inscritas no Consenso de Washington – para o “ajustamento” dos países periféricos à ordem econômica mundial.

E foi no início da década de 1990 que se iniciou a implementação das políticas de ajuste neoliberal, num cenário de inflações galopantes, fracassos econômicos, aumento dos conflitos de classes, fortalecimento do processo de organização das classes trabalhadoras e avanços sociais e trabalhistas alcançados com a Constituição Federal de 1988.

Foi o momento em que o empresariado nacional apresentou uma crise de representação e que tentou superar com a criação de entidades empresariais que reconstituísse a coesão em cima de um “novo consenso” e “rompesse” com os antigos interesses econômicos-corporativos - um novo projeto hegemônico de uma democracia

restrita – que abortasse os avanços sociais conquistados pela luta dos movimentos sociais.

Aqui, o que é chamado de nova “consciência social” do empresariado, “empresa cidadã” e outras denominações, nada mais é do que uma nova modalidade de o capital obter isenção de impostos e subsídios estatais (diminuindo custos e/ou aumentando as rendas), para a melhora da imagem da/do empresa/produto (aumentando as vendas ou os preços das mercadorias), para a manutenção da “harmonia social”, para a aceitação pela comunidade da presença da indústria e seus eventuais prejuízos àquela e/ou meio ambiente. (MONTAÑO, 2002: 212-213)

A “Responsabilidade Social” vem como um fenômeno político-ideológico que ultrapassa a questão de incentivos fiscais, ou a otimização de lucros com o *marketing* social. Aparece nos termos da categoria gramsciana como um “aparelho privado de hegemonia” da classe dominante, em que carrega fortemente um ideário de que as empresas têm “Responsabilidade Social”, mistificando as relações entre as classes e supondo a possibilidade de um “capitalismo sustentável”.

Nesta pesquisa, a finalidade foi avaliar o real significado da “Responsabilidade social” das empresas e mostrar como está claramente subordinada aos interesses das classes dominantes e suas “ações sociais” objetivam, mesmo que indiretamente, o lucro. Atrás dessa aparente boa intenção a essência do capital é angariar com esse mote compensações econômicas, políticas, ideológicas e culturais.

Para o empresariado desenvolver a “Responsabilidade Social” favorece a promoção da sua imagem no mercado e na sociedade; o estabelecimento da fidelidade dos seus clientes; o aumento da produtividade dos empregados, tornando-os voluntários e não mais militantes; obtenção de incentivos fiscais do Estado e o “consenso” de uma nova sociabilidade baseada na “parceria” e “solidariedade” na sociedade.

É importante frisar que esse movimento de deslocamento da reprodução social do Estado para o mercado e para a sociedade civil ganhou força a partir da crise da ofensiva do trabalho perante o capital – a crise do movimento operário, a crise do “socialismo real”. Condições essas que possibilitaram a “Responsabilidade Social” na disputa do capital pela consciência dos trabalhadores.

Todo esse cenário mostra o caráter político esvaziado na questão da intervenção social. Onde o ideário neoliberal reconfigurado como “Terceira Via” trouxe o “Terceiro Setor” e a “Responsabilidade social” empresarial para legitimarem toda essa despolitização e a contra-reforma do Estado, com ares de “democratização da democracia” e “colaboracionismo entre as classes”.

Por isso entendemos que todo esse movimento pode ser explicado e clarificado por uma série de fatores como o enfraquecimento do movimento operário, a crise do “socialismo real”, a ascensão das teorias “pós-modernas” e o reaparecimento da falsa afirmativa de que estamos no fim da história, de que não existe nada para além do sistema vigente.

Os teóricos neoliberais trazem essas estratégias como a “Responsabilidade Social” para a conformação, viabilização da colaboração dos funcionários. Como podemos verificar que em alguns setores produtivos, a reestruturação da produção e a desregulamentação das relações de trabalho, acarretaram na precarização do vínculo empregatício. E por outro lado, houve a criação dos “CCQ” (Círculos de Controle de Qualidade) em que existe a premissa da participação dos funcionários nas decisões da empresa, como colaborador tanto nas “decisões” da empresa quanto nos trabalhos voluntários nas “ações sociais” da corporação.

Martinelli (1997) aponta os ganhos que as empresas privadas podem ter com a prática da “cidadania empresarial” e destaca que é benéfico tanto para a imagem da empresa, quanto para os seus funcionários, resultante da motivação pelo trabalho, um espírito de equipe que se gera, através da “consciência” e capacidade do seu papel de cidadãos e de seu engajamento em programas consistentes, consolidando valores de solidariedade.

Não podemos deixar de reconhecer como apontamos acima a modificação do movimento operário com uma certa desmobilização das suas lutas – que já apresentava um histórico de mobilizações de luta das categorias e não de caráter de classe. Pois,

por mais significativas que sejam as conquistas salariais dos trabalhadores (e elas são importantes em si mesmas, entre outras razões porque podem melhorar as suas condições de vida), não afetam o núcleo do caráter explorador da relação capital/trabalho. Do ponto de vista ideológico, aliás, o regime salarial contribui para difundir a falsa idéia, tão cara aos capitalistas,

segundo a qual, mediante o salário, os trabalhadores obtêm a remuneração integral do seu trabalho. (NETTO & BRAZ, 2007:104)

E essas atuais reivindicações tendem a diminuir devido ao medo do desemprego. Marx (1983) esclarece essa tendência que se exacerba na atualidade, pois o desemprego faz parte da estrutura do sistema capitalista, uma vez que é necessário manter uma população supérflua, denominada como “exército de reserva”, que pressiona, de forma a intensificar a produtividade dos empregados, otimizando a produção que proporciona a extração de um maior percentual de mais-valia relativa e absoluta.

A ofensiva do capital que objetiva arruinar as conquistas dos trabalhadores desmontando as formas de regulação das lutas de classes – com a nomeada “Responsabilidade Social” traz uma das condições essenciais para a manutenção da ordem burguesa.

Com a “Responsabilidade Social” interna os funcionários se envolvem nas ações voluntárias da empresa ou em fundações/institutos da empresa que atuam como o “Terceiro Setor”. Com o objetivo de envolver os trabalhadores nas “ações sociais” empresariais e beneficiá-los com parques serviços sociais, porque na verdade são rebatidos profundamente pela regressão dos direitos sociais.

Então, outra aparente contradição é essa “Responsabilidade Social” interna com os funcionários, porque as empresas nem sempre cumprem a legislação trabalhista, com inúmeros casos de trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo, trabalho infantil, contratos sem carteira assinada etc.

Existem vários casos de empresas com “Responsabilidade social” com a superexploração da força de trabalho, trabalho infantil, em suas cadeias produtivas¹⁷⁴, - que é conseqüente dessa nova configuração da “flexibilização” como um todo do processo produtivo e também é claro, decorre das particularidades do capitalismo brasileiro como esse se desenvolveu e se configurou, que permite essa incorporação de relações sociais arcaicas¹⁷⁵ com a inovação tecnológica. Esses capitalistas ignoram

¹⁷⁴ Os intermediários da cadeia produtiva e exportadores nem sempre têm consciência desse crime. Sob o ponto de vista legal, esses intermediários, varejistas e exportadores não possuem responsabilidade pelos seus fornecedores.

¹⁷⁵ E podemos verificar que as relações sociais são atravessadas pelo compadrio, pelo favor e pelo clientelismo. E o que verificamos é que a assistência social vem se apresentando como espaço propício

os direitos trabalhistas, a legislação ambiental, enganam os consumidores com a maquiagem de produtos para embolsar posições nesse cenário de grande concorrência.

Assim, afirmamos que a “Responsabilidade Social” aparece também com uma estratégia para encobrir irregularidades que são necessárias e inerentes à lógica da acumulação capitalista, com funcionalidade econômica, político-ideológica, cultural e social no atual contexto de reestruturação do capital.

Consiste numa “cultura” prática ao neoliberalismo, que demanda afirmar a necessidade de fortalecer um “Terceiro Setor”, que assuma a responsabilidade do Estado no trato das seqüelas da “Questão Social”, pois essa possibilidade, parte também da “iniciativa pessoal e [do] o envolvimento de um número incontável de pessoas, grupos e organizações comunitárias a grandes movimentos de massa, cujos objetivos são os de reformar a sociedade e abordar questões que afetem a qualidade de vida”. (MONTAÑO, 2002).

O capital tem como tarefa atual a repolitização da sociedade, o encobrimento e a mistificação da realidade social a partir de valores de uma solidariedade local, individual e transclassista, ajuda mútua, substituindo os valores de solidariedade social de classe, universalidade e direito dos serviços sociais (IDEM).

É um contexto, que favorece integralmente o capital, uma intervenção estatal que financia a reprodução do capital, mas não financia a reprodução da força de trabalho – ou como afirma Netto (2001): *um Estado máximo para o capital e mínimo para o trabalho*, favorecidos com a desregulamentação trabalhista e social. A contemporaneidade está revestida em contra-reformas, desregulamentações, enfim como foi remetido anteriormente é a reversão conservadora e a regressão neoliberal que subjuga cada vez mais o trabalho ao capital.

A principal idéia que se tenta consensualizar com o mote “Responsabilidade Social” é de que é possível uma “reforma ético-moral” no capitalismo deixando intocada a estrutura econômica.

E o assistente social aparece como um dos colaboradores desse mote gerenciando programas de “Responsabilidade Social” de grandes corporações, a partir

à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais. Assim personalizam-se as relações com os subalternos, não reconhecendo o direito desses e ainda esperando a lealdade pelos serviços recebidos.

dessa constatação, entre outras que apareceram no decorrer de nossa pesquisa, fica claro que não devemos findar por aqui nossa análise acerca desse tema extremamente atual e relevante.

Apesar de termos confirmado algumas das hipóteses levantadas no início de nosso trabalho. Pretendemos realizar uma pesquisa profícua acerca do tema e das possibilidades de atuação do assistente social nesse novo lócus empregatício – no sentido de identificar, se é possível ou não, uma atuação em consonância com nosso projeto ético-político profissional, que tem como compromisso principal a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, a liberdade e a justiça social. Princípios esses que vão de encontro aos objetivos dos programas de “Responsabilidade Social” das empresas.

5. BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, S., DAGNINO E. & ESCOBAR A. *O Cultural e o político nos Movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000

ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. Brasiliense – coleção Primeiros Vãos, São Paulo, 1984.

ANTUNES, R. “Construção e desconstrução da legislação social no Brasil”, in ANTUNES, R. (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2006.

_____. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2003.

- _____. A Terceira Via de "Tory" Blair: a Outra Face do Neoliberalismo Inglês. *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, 3: 31-52, maio 1999.
- _____. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. 2 ed. revis./ampl. Campinas, Pontes, 1995.
- ASHLEY, P. A., GOULART COUTINHO, R. B., TOMEI, P. A. *Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa*. Enanpad, 2000.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 1993.
- BRAVO, M. I. S. Gestão Democrática na Saúde: O potencial dos conselhos. In: *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- CAMARGO, M. F. et al. *Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Futura, 2001.
- COUTINHO, C. N. *O Estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972
- COUTINHO, R.B.G; MACEDO-SOARES, T.D.L.V.A. *Gestão Estratégica com responsabilidade Social: Arcabouço Analítico para Auxiliar sua Implementação em Empresas no Brasil*. *Revista de Administração Contemporânea/Associação nacional dos programas de Pós-Graduação em Administração*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 75-96, jan/abril 1997.
- ESTERCI, N. *Escravos da desigualdade. Um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: CEDI, Koinonia, 1994.
- _____. A dívida que escraviza. In: *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 101-126.
- _____. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Vozes, Petrópolis, 1987.
- EVANGELISTA, J. E. *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.
- FREEMAN, R.E.; STONER, J.A.F. *Administração*. Rio de Janeiro: Prientice-Hall, 1999.
- FALCÃO NETO, J. A. de. *O empresário e o Terceiro Setor. Seminário Internacional, cidadania participativa: responsabilidade social e cultural num Brasil democrático*. Rio de Janeiro, Texto e Arte, 1995. p. 65-67

GIDDENS, A. *Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

GUERRA, Y. As racionalidades do capitalismo e o Serviço Social. IN: MOURO, H.& SIMÕES, D. (org.) *100 anos de Serviço Social*, Quarteto, Coimbra, 2001.

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Loyola, São Paulo, 13ª edição, 2004.

HAY, E. J. *Just-in-time: um exame dos novos conceitos de produção*. Maltese editorial, São Paulo, 1992.

IAMAMOTO, M. *Trabalho e indivíduo social*. Cortez, São Paulo, 2001

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em <http://www.ethos.org.br>. Acesso: em 03 de junho de 2006.

IOSCHPE, E. B. *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Ed Paz e Terra, 1997.

JAMENSON, F. *Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 2002.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 4ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986.

KRAEMER, M.E.P. *Responsabilidade Social – Uma alavanca para sustentabilidade*. 2004.

Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>. Acesso em 22 de outubro de 2007.

LESSA, S. O Processo de Produção/Reprodução social: trabalho e sociabilidade. IN: *Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 02, CEAD/ABEPSS/CFESS, Brasília, 1999*.

LUKÁCS, G. *La Destruction de la Raison: L'irrationalisme Moderne de Dilthey a Toynbee*. Paris : L'arche, C1959. 2 V.

_____. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Coleção Perspectiva do Homem, v. 36. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MANDEL, E. *Capitalismo tardio*. Abril Cultural. Coleção: Os economistas, São Paulo, 1982.

- MARDONES, J.M. *En torno a la posmodernidad*. Barcelona: Santafé de Bogotá / Anthopos – Siglo del Hombre, 1994.
- MARTINELLI, A.C. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, E. B. *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Ed Paz e Terra, 1997.
- MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. IN: *Tempo Social*, N. 6, V. 1-2, 1994, p. 1-25.
- MARX, K. *O Capital*. v.1 São Paulo, Editora Abril, 1983.
- MATTOS, M. B. *O Sindicalismo Brasileiro após 1930*. São Paulo, Jorge Zahar editora, 2003.
- MATTOSO, J. A desordem do trabalho. Scritta. São Paulo. 1995.
- MELO NETO, F. P. de; FROES, C. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- _____. *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- _____. Desenvolvimentos capitalistas e “direitos do homem” IN: *Filosofia, Ideologia e Ciência Social - ensaios de negação e afirmação*. São Paulo, Ed. Ensaio, 1993.
- _____. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo, Boitempo, 2003.
- MONTAÑO, C. De las lógicas del Estado a las lógicas de la sociedad civil y del mercado:Crítica al “tercer sector” y el nuevo trato a la “cuestión social” IN: BORGIANNI, E., GUERRA, Y. & MONTAÑO, C. (orgs.) *Servicio Social Crítico – Hacia la constrcción del nuevo proyecto ético-político profesional*, Cortez, São Paulo, 2003.
- _____. *Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, Ed. Cortez, 2002
- _____. El debate metodológico de los’80/’90. El enfoque ontológico versus el abordage epistemológico. IN: MONTAÑO, C. BORGIANNI, E. (orgs.) *Metodologia y Servicio Social – Hoy en debate*.São Paulo, Cortez, 2000.
- MOTA, A. E. (org.) *A Nova Fábrica de Consensos*. São Paulo, Cortez, 2ªed. 2000.
- NETTO, J. P. *Crise do Socialismo, Teoria Marxiana e Alternativa Comunista*. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 37, São Paulo, Cortez. 1991.

- _____. A Controvérsia Paradigmática nas Ciências Sociais. In: Cadernos ABESS V. *A Produção do Conhecimento e o Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- _____. *Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Nº 50, Cortez, p. a 23 a 37, abril de 1996.
- _____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. “Razão, ontologia e práxis”. *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 30, São Paulo, Cortez, 1989 (b).
- _____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. IN: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1 – Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999.
- NETTO, J. P. & BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. Rio de Janeiro, Cortez, 2ª ed. 2007.
- NEVES, L. M. W. (org). A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, F. Além da transição, aquém da imaginação. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, Cebrap, junho 1985, nº 12, p 2-15
- ONU (United Nations). Disclosure of the impact of corporations on society: current trends and issues. Geneva, 2004.
- ORCHIS, M. A. et al. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Petrópolis, 2002.
- PASSADOR, C.S. A Responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Lisboa, Portugal, 2002. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044201.pdf> >. Acesso em 24 de novembro de 2007.
- PFEIFFER, C. *Por que as empresas privadas investem em projetos sociais e urbanos no Rio de Janeiro?* Rio de Janeiro, Editora Agora da Ilha, 2001.
- POCHMANN, M. Os desafios atuais do sindicalismo brasileiro. IN: *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*. Enrique de la Garza Toledo (tradutor). Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, Buenos Aires, Arg. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/sindi/pochmann.pdf>
- PRADO JR.,C. *A Revolução Brasileira*. Brasiliense, São Paulo, 1966.
- ROCKEFELLER, D. *A filantropia e o futuro do Brasil*. Seminário internacional, cidadania participativa: responsabilidade social e cultural num Brasil democrático. Rio de Janeiro, Texto e Arte, 1995, p. 17-26.

- REZENDE FIGUEIRA, R. *Pisando fora da própria sombra – A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. Condenados à escravidão. In: *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 165-208.
- ROTHGIESSER, T. Quem é socialmente responsável? 2006 Disponível em: http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=423 Acesso em 13 de setembro de 2006.
- SADER, E. e GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1995.
- SALAMON, L. *Estratégias para o Fortalecimento do Terceiro Setor*. In: IOSCHPE, E. B. (org). *3º Setor – Desenvolvimento Social Sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 89-112
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SANDRONI, P. *O que é mais-valia*, 14ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1999.
- SIQUEIRA, L. *Programa Bolsa-família: política pública de ruptura ou de continuidade?* Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.
- SWEEZY, P. M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1962.
- TAVARES, M. A. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da exploração capitalista. In: Outubro, n. 7, Instituto de Estudos Socialistas, 2º. Semestre de 2002.
- TINOCO, J. E. P. *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.
- TOLDO, M. *Responsabilidade social empresarial*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)